



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Saúde

TÍTULO V

RELATÓRIO DE DESEMPENHO DA GESTÃO 2009

(Em cumprimento a Instrução Normativa SECON Nº 1, de 29 de fevereiro de 2008)

I – DADOS GERAIS SOBRE A ORGANIZAÇÃO

O decreto de nº 25.659 e 29.150 que regulamenta a estrutura e arcabouço jurídico administrativo respectivamente, continua inalterados desde 2007.

a) Descrição geral sobre a organização, contendo sua missão, finalidade, competências e estrutura organizacional, e indicando os dispositivos legais que a fundamentam.

A Secretaria da Saúde do Estado do Ceará – SESA é um órgão da administração direta estadual e sua atual estrutura está regulamentada pelo Decreto nº 28.659, de 28 de fevereiro de 2007 e alterada pelo Decreto Nº 29.150, de 9 de janeiro de 2008, que criou um arcabouço jurídico-administrativo visando uma administração ágil e inovadora, num contexto favorável ao avanço das políticas públicas e efetivação do Sistema Único de Saúde – SUS, no âmbito do Estado e outras instâncias gestoras.

O Decreto Nº 28.659, em seu Art. 1º disciplina a competência, a estrutura organizacional e a denominação dos Cargos de Direção e Assessoramento superior sendo estes últimos alterados pelo Decreto Nº 29.150, de 9 de fevereiro de 2008 que dispõe sobre a consolidação do quadro de cargos de direção e assessoramento superior, integrantes da Administração Direta do Poder Executivo, sobre a distribuição e denominação dos cargos de direção e assessoramento superior da SESA e dá outras providências.

Finalidade: Coordenação e gestão do SUS no âmbito do estado, definindo e desenvolvendo políticas públicas e ações de saúde orientadas pelos princípios e diretrizes constitucionais.

Missão: Assegurar a formulação e gestão das políticas em saúde e prestação de assistência à saúde individual e coletiva contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos cearenses.

Competências: Como coordenadora e gerenciadora do SUS no estado, compete:

- I.formular, regulamentar e coordenar a política estadual de saúde;
- II.assegurar e apoiar a organização dos sistemas Locais de saúde;
- III.acompanhar e avaliar a situação de saúde e da prestação de serviços;
- IV.prestar serviços de saúde através de unidades especializadas, de vigilância sanitária e epidemiológica;
- V.promover uma política de desenvolvimento de recursos humanos, adequada às necessidades do SUS;
- VI.apropriar-se de novas tecnologias e métodos através do desenvolvimento de pesquisas;
- VII.integrar e articular parcerias com a sociedade e outras instituições;
- VIII.desenvolver uma política de comunicação e informação, visando à melhoria da qualidade de vida da população;
- IX. desenvolver outras atribuições correlatas, nos termos do regulamento.

Valores:

- I.universalidade
- II.integralidade
- III.equidade
- IV.solidariedade
- V.respeito às crenças
- VI.ética
- VII.honestidade
- VIII. solidariedade

Estrutura Organizacional:

I - DIREÇÃO SUPERIOR

- Conselho Estadual de Saúde (CESAU)
- Secretário da Saúde
- Secretário Adjunto da Saúde

II – GERÊNCIA SUPERIOR

- 1.Secretaria Executiva

III – ÓRGÃOS DE ASSESSORAMENTO

- 2.Ouvidoria
- 3.Assessoria Jurídica
- 4.Assessoria de Comunicação e Informação
- 5.Assessoria de Planejamento e Gestão do SUS

IV – ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO PROGRAMÁTICA

- 6. Coordenadoria de Políticas e Atenção à Saúde
 - 6.1. Núcleo de Atenção Primária
 - 6.2. Núcleo de Atenção Especializada
 - 6.3. Núcleo de Atenção de Urgência e Emergência
 - 6.4. Núcleo de Atenção à Saúde do Trabalhador e Meio Ambiente
 - 6.5. Núcleo de Atenção à Saúde Bucal
 - 6.6. Núcleo de atenção à Saúde Mental
- 7. Coordenadoria de Promoção e Proteção à Saúde
 - 7.1. Núcleo de Vigilância Epidemiológica
 - 7.2. Núcleo de Vigilância Sanitária
 - 7.3. Núcleo de Vigilância Ambiental
 - 7.4. Núcleo de Controle de Vetores
 - 7.5. Núcleo de Informação e Análise em Saúde
 - 7.6. Núcleo de Prevenção e Controle de Doenças e Agravos
- 8. Coordenadoria de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria
 - 8.1. Núcleo de Informação e Controle de Serviços de Saúde
 - 8.2. Núcleo de Auditoria e Gestão do SUS
 - 8.3. Central de Transplantes de Órgãos
 - 8.4. Central de Regulação
- 9. Coordenadoria das Células Regionais de Saúde
 - 9.1. 1ª Coordenadoria Regional de Saúde - Fortaleza
 - 9.2. 2ª Coordenadoria Regional de Saúde – Caucaia
 - 9.3. 3ª Coordenadoria Regional de Saúde - Maracanaú
 - 9.3.1. Centro de Convivência Antônio Justa
 - 9.3.1.1 Seção Técnica
 - 9.3.1.2. Seção Administrativo-Financeira
 - 9.3.2. Centro de Convivência Antônio Diogo
 - 9.3.2.1. Seção Técnica
 - 9.3.2.2. Seção Administrativo-Financeira
 - 9.4. 4ª Coordenadoria Regional de Saúde - Baturité
 - 9.5. 5ª Coordenadoria Regional de Saúde - Canindé
 - 9.6. 6ª Coordenadoria Regional de Saúde - Itapipoca
 - 9.7. 7ª Coordenadoria Regional de Saúde - Aracati
 - 9.8. 8ª Coordenadoria Regional de Saúde - Quixadá
 - 9.9. 9ª Coordenadoria Regional de Saúde - Russas
 - 9.10. 10ª Coordenadoria Regional de Saúde – Limoeiro do Norte
 - 9.11. 11ª Coordenadoria Regional de Saúde - Sobral
 - 9.12. 12ª Coordenadoria Regional de Saúde – Acaraú
 - 9.13. 13ª Coordenadoria Regional de Saúde – Tianguá
 - 9.14. 14ª Coordenadoria Regional de Saúde – Tauá
 - 9.15. 15ª Coordenadoria Regional de Saúde - Crateús
 - 9.16. 16ª Coordenadoria Regional de Saúde - Camocim
 - 9.17. 17ª Coordenadoria Regional de Saúde - Icó
 - 9.18. 18ª Coordenadoria Regional de Saúde - Iguatu
 - 9.19. 19ª Coordenadoria Regional de Saúde - Brejo Santo
 - 9.20. 20ª Coordenadoria Regional de Saúde - Crato
 - 9.21. 21ª Coordenadoria Regional de Saúde - Juazeiro do Norte
- 10. Unidades de Referência
 - 10.1. Unidades Ambulatoriais de Referência
 - 10.1.1. Centro de Saúde Escola - Meireles - CSM
 - 10.1.1.1. Centro Administrativo - Financeiro
 - 10.1.1.2. Setor de Assistência Médica
 - 10.1.1.3. Setor de Ações Básicas

- 10.1.1.4. Seção de Assistência Farmacêutica
- 10.1.1.5. Seção de Análises Clínicas
- 10.1.2. Centro de Referência Nacional em Dermatologia Sanitária Dona Libânia - CDERM
 - 10.1.2.1. Seção Técnica
 - 10.1.2.2. Seção Administrativo-Financeira
- 10.1.3. Centro Odontológico Tipo I - CEO Centro
 - 10.1.3.1. Seção Técnica
 - 10.1.3.2. Seção Administrativo-Financeira
- 10.1.4. Centro Odontológico Tipo II – CEO Joaquim Távora
 - 10.1.4.1. Setor de Assistência em Saúde Bucal
- 10.1.5. Centro Odontológico Tipo II – CEO Rodolfo Teófilo
 - 10.1.5.1. Setor de Assistência em Saúde Bucal
- 10.1.6. Centro de Hematologia e Hemoterapia do Ceará - HEMOCE
 - 10.1.6.1. Unidade de Hemoterapia
 - 10.1.6.2. Unidade de Hematologia
 - 10.1.6.3. Unidade de Ensino e Pesquisa
 - 10.1.6.4. Unidade Administrativo-Financeira
 - 10.1.6.4.1. Seção de Desenvolvimento de Pessoas
 - 10.1.6.4.2. Seção de Material, Patrimônio e Serviços Gerais.
- 10.1.7. Centro Regional de Hematologia e Hemoterapia do Crato
 - 10.1.7.1 Centro Técnico
 - 10.1.7.2. Seção Administrativo-Financeira
- 10.1.8. Centro Regional de Hematologia e Hemoterapia de Sobral
 - 10.1.8.1. Centro Técnico
 - 10.1.8.2. Seção Administrativo-Financeira
- 10.1.9. Centro Regional de Hematologia e Hemoterapia de Iguatu
 - 10.1.9.1 Centro Técnico
 - 10.1.9.2. Seção Administrativo-Financeira
- 10.1.10. Centro Regional de Hematologia e Hemoterapia de Quixadá
 - 10.1.10.1 Centro Técnico
 - 10.1.10.2. Seção Administrativo-Financeira
- 10.1.11. Laboratório Central de Saúde Pública - LACEN
 - 10.1.11.1. Divisão de Coordenação dos Laboratórios Regionais de Saúde Pública
 - 10.1.11.1.1. Laboratório Regional de Saúde Pública de Senador Pompeu
 - 10.1.11.1.2. Laboratório Regional de Saúde Pública de Tauá
 - 10.1.11.1.3. Laboratório Regional de Saúde Pública de Icó
 - 10.1.11.1.4. Laboratório Regional de Saúde Pública do Crato
 - 10.1.11.1.5. Laboratório Regional de Saúde Pública de Juazeiro do Norte
 - 10.1.11.2. Divisão de Biologia Médica
 - 10.1.11.2.1. Centro de Análise Clínica
 - 10.1.11.3. Divisão de Bromatologia
 - 10.1.11.3.1. Centro de Microbiologia e Química
 - 10.1.11.4. Divisão Técnica
 - 10.1.11.4.1. Centro de Preparação de Reagentes-Meios de Cultura
 - 10.1.11.5. Centro Administrativo-Financeiro
- 10.1.12. Instituto de Prevenção do Câncer - IPC
 - 10.1.12.1. Unidade Médico - Assistencial
 - 10.1.12.1.1. Seção de Pacientes Externos
 - 10.1.12.1.2. Seção de Anatomia Patológica
 - 10.1.12.1.3. Seção de Citopatologia
 - 10.1.12.1.4. Seção de Arquivo Médico e Estatística
 - 10.1.12.2. Centro Administrativo- Financeiro
 - 10.1.12.2.1. Seção de Finanças
 - 10.1.12.2.2. Seção de Desenvolvimento de Pessoas
 - 10.1.12.2.3. Seção de Material, Patrimônio e Serviços Gerais
- 10.1.13. Centro Integrado de Diabetes e Hipertensão - CIDH
 - 10.1.13.1. Unidade Médico-Assistencial
 - 10.1.13.1.1. Seção de Enfermagem
 - 10.1.13.1.2. Seção de Arquivo Médico e Estatística
 - 10.1.13.2. Centro Administrativo-Financeiro

- 10.1.13.2.1. Seção de Desenvolvimento de Pessoas
- 10.1.13.2.2. Seção de Material, Patrimônio e Serviços Gerais
- 10.1.14. Centro de Referência em Saúde do Trabalhador - CEREST
- 10.1.14.1. Unidade Técnica
- 10.1.14.2. Centro Administrativo-Financeiro
- 10.1.14.3. Secretaria Executiva do Conselho Gestor
- 10.1.15. Centro de Serviço de Verificação de Óbitos Dr. Rocha Furtado – SVO
- 10.1.15.1. Divisão Técnica
- 10.1.15.1.1. Unidade de Estudo e Pesquisa
- 10.1.15.1.2. Unidade de Análise e Patologia
- 10.1.15.2. Divisão Administrativo-Financeira
- 10.1.15.2.1. Unidade de Finanças
- 10.1.16. Centro Estadual de Referência e Apoio à Mulher – CERAM
- 10.1.16.1. Unidade Técnica
- 10.1.16.2. Seção Administrativo-Financeira
- 10.1.17. Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU – Leste
- 10.1.17.1. Divisão Técnica
- 10.1.17.2. Divisão Administrativo-Financeira
- 10.2. Hospitais de Referência
- 10.2.1. Hospital Geral de Fortaleza – HGF
- 10.2.1.1. Seção de Estudos e Aperfeiçoamento
- 10.2.1.2. Seção de Controle de Infecção Hospitalar
- 10.2.1.3. Divisão de Qualidade
- 10.2.1.3.1. Setor de Formação de Pessoas
- 10.2.1.4. Diretoria Médico - Assistencial
- 10.2.1.4.1. Setor de Cirurgia Geral
- 10.2.1.4.2. Setor de Neurocirurgia
- 10.2.1.4.3. Setor de Cirurgia Plástica e Reparadora
- 10.2.1.4.4. Setor de Cirurgia Pediátrica
- 10.2.1.4.5. Setor de Otorrinolaringologia
- 10.2.1.4.6. Setor de Oftalmologia
- 10.2.1.4.7. Setor de Urologia
- 10.2.1.4.8. Setor de Ginecologia
- 10.2.1.4.9. Setor de Obstetrícia
- 10.2.1.4.10. Setor de Nefrologia
- 10.2.1.4.11. Setor de Ortopedia
- 10.2.1.4.12. Setor de Endoscopia
- 10.2.1.4.13. Setor de Pediatria
- 10.2.1.4.14. Setor de Neonatologia
- 10.2.1.4.15. Setor de Anestesiologia e Gasoterapia
- 10.2.1.4.16. Setor Ambulatorial
- 10.2.1.4.17. Setor de Clínica Médica
- 10.2.1.4.17.1. Seção de Transplante Renal
- 10.2.1.4.18. Unidade de Emergência
- 10.2.1.4.18.1. Setor de Terapia Intensiva da Emergência
- 10.2.1.5. Diretoria Técnica
- 10.2.1.5.1. Setor de Enfermagem
- 10.2.1.5.2. Setor de Nutrição
- 10.2.1.5.3. Setor de Farmácia
- 10.2.1.5.4. Setor de Serviço Social
- 10.2.1.5.5. Setor de Odontologia
- 10.2.1.5.6. Setor de Fisioterapia
- 10.2.1.5.7. Setor de Arquivo Médico e Estatística
- 10.2.1.5.8. Setor de Anatomia Patológica
- 10.2.1.5.9. Setor de Patologia Clínica
- 10.2.1.5.10. Setor de Imagenologia
- 10.2.1.5.11. Setor de Fonoaudiologia
- 10.2.1.6. Diretoria Administrativo-Financeira
- 10.2.1.6.1. Unidade de Desenvolvimento de Pessoas

- 10.2.1.6.2. Unidade de Material e Patrimônio
- 10.2.1.6.2.1. Seção de Almoxarifado
- 10.2.1.6.3. Setor de Manutenção e Reparo
- 10.2.1.6.4. Unidade de Serviços Gerais e Comunicação Administrativa
- 10.2.2. Hospital de Saúde Mental de Messejana - HSM
- 10.2.2.1. Seção de Estudos e Aperfeiçoamento
- 10.2.2.2. Seção de Controle de Infecção Hospitalar
- 10.2.2.3. Unidade de Preceptoria de Residência Médica
- 10.2.2.4. Unidade de Internação
- 10.2.2.4.1. Seção de Internação de Pacientes Alcoólicos e de Outras Dependências
- 10.2.2.5. Unidade de Pacientes Externos
- 10.2.2.6. Diretoria Técnica
- 10.2.2.6.1. Centro de Enfermagem
- 10.2.2.6.2. Centro de Farmácia
- 10.2.2.6.3. Centro de Nutrição
- 10.2.2.6.4. Centro de Atendimento Médico - Hospitalar
- 10.2.2.7. Diretoria Administrativo-Financeira
- 10.2.2.7.1. Seção de Finanças
- 10.2.2.7.2. Seção de Desenvolvimento de Pessoas
- 10.2.2.7.3. Seção de Material e Patrimônio
- 10.2.2.7.4. Seção de Almoxarifado
- 10.2.2.7.5. Seção de Atividades Gerais e Comunicação Administrativa
- 10.2.2.7.6. Seção de Lavanderia e Rouparia
- 10.2.2.7.7. Seção de Manutenção e Reparo
- 10.2.2.8. Diretoria Clínica
- 10.2.3. Hospital São José de Doenças Infecciosas - HSJ
- 10.2.3.1. Seção de Estudos e Aperfeiçoamento
- 10.2.3.2. Seção de Controle de Infecção Hospitalar
- 10.2.3.3. Unidade de Preceptoria de Residência Médica
- 10.2.3.4. Diretoria Médica
- 10.2.3.5. Diretoria Técnica
- 10.2.3.5.1. Centro de Patologia Clínica
- 10.2.3.5.2. Centro de Imagenologia
- 10.2.3.5.3. Centro de Farmácia
- 10.2.3.5.4. Centro de Nutrição e Dietética
- 10.2.3.5.5. Centro de Arquivo Médico e Estatística
- 10.2.3.5.6. Centro de Enfermagem
- 10.2.3.5.7. Centro de Assistência Social
- 10.2.3.5.8. Centro de Vigilância Epidemiológica
- 10.2.3.6. Diretoria Administrativo-Financeira
- 10.2.3.6.1. Seção de Finanças
- 10.2.3.6.2. Seção de Desenvolvimento de Pessoas
- 10.2.3.6.3. Seção de Material e Patrimônio
- 10.2.3.6.4. Seção de Atividades Gerais e Comunicação Administrativa
- 10.2.4. Hospital Dr. Carlos Alberto Studart Gomes
- 10.2.4.1. Unidade de Preceptoria de Residência Médica
- 10.2.4.2. Diretoria Médico-Assistencial
- 10.2.4.4.1. Unidade de Métodos Auxiliares Terapêuticos
- 10.2.4.4.1.1. Setor de Fisioterapia e Reabilitação
- 10.2.4.4.1.2. Setor de Patologia Clínica
- 10.2.4.4.1.3. Setor de Radiologia e Ultra - sonografia
- 10.2.4.4.1.4. Setor de Terapia Ocupacional
- 10.2.4.4.1.5. Setor de Anestesiologia
- 10.2.4.4.2. Unidade de Emergência
- 10.2.4.4.3. Unidade de Pacientes Externos
- 10.2.4.4.4. Unidade de Cirurgia Cardiovascular
- 10.2.4.4.4.1. Setor de Cirurgia Torácica
- 10.2.4.4.5. Unidade de Cardiologia
- 10.2.4.4.5.1. Setor Coronariano
- 10.2.4.4.5.2. Setor de Terapia Intensiva

- 10.2.4.4.5.3. Setor de Hemodinâmica
- 10.2.4.4.5.4. Setor de Métodos Eletrográficos
- 10.2.4.4.6. Unidade de Pneumologia
- 10.2.4.4.6.1. Setor de Métodos Complementares
- 10.2.4.4.6.2. Setor de Recuperação Intensiva
- 10.2.4.5. Diretoria Técnica
- 10.2.4.5.1. Unidade de Serviço Social
- 10.2.4.5.2. Unidade de Enfermagem
- 10.2.4.5.2.1. Centro de Cardiologia
- 10.2.4.5.2.2. Centro Coronariano
- 10.2.4.5.2.3. Centro de Terapia Intensiva
- 10.2.4.5.2.4. Centro de Pacientes Externos
- 10.2.4.5.2.5. Centro de Esterilização
- 10.2.4.5.2.6. Centro de Cirurgia e Material
- 10.2.4.5.2.7. Centro de Pneumologia
- 10.2.4.5.2.8. Centro de Emergência
- 10.2.4.5.3. Unidade de Farmácia
- 10.2.4.5.4. Unidade de Nutrição
- 10.2.4.5.5. Unidade de Documentação Científica
- 10.2.4.6. Diretoria Administrativo-Financeira
- 10.2.4.6.1. Unidade de Finanças
- 10.2.4.6.2. Unidade de Desenvolvimento de Pessoas
- 10.2.4.6.3. Unidade de Material e Patrimônio
- 10.2.4.6.3.1. Seção de Almoxarifado
- 10.2.4.6.4. Setor de Manutenção e Reparo
- 10.2.4.6.5. Unidade de Serviços Gerais e Comunicação Administrativa
- 10.2.4.6.5.1. Seção de Lavandaria e Rouparia
- 10.2.5. Hospital Geral Dr. César Cals de Oliveira - HGCCO
- 10.2.5.1. Seção de Estudos e Aperfeiçoamento
- 10.2.5.2. Seção de Controle de Infecção Hospitalar
- 10.2.5.3. Unidade de Preceptoría de Residência Médica em Clínica Médica
- 10.2.5.4. Unidade de Preceptoría de Residência Médica em Tocoginecologia
- 10.2.5.5. Unidade de Preceptoría de Residência Médica em Cirurgia
- 10.2.5.6. Diretoria Médica
- 10.2.5.6.1. Centro de Tocoginecologia
- 10.2.5.6.2. Centro de Cirurgia
- 10.2.5.6.3. Centro de Clínica Médica
- 10.2.5.6.4. Centro de Neonatologia
- 10.2.5.6.5. Centro de Terapia Intensiva
- 10.2.5.6.6. Centro de Ambulatório
- 10.2.5.6.7. Centro de Anestesiologia
- 10.2.5.6.8. Centro de Imagenologia
- 10.2.5.7. Diretoria Técnica
- 10.2.5.7.1. Centro de Nutrição e Dietética
- 10.2.5.7.2. Centro de Farmácia
- 10.2.5.7.3. Centro de Arquivo Médico e Estatística
- 10.2.5.7.4. Centro de Assistência Social-Médica
- 10.2.5.7.5. Centro de Enfermagem
- 10.2.5.7.6. Centro de Fisioterapia
- 10.2.5.7.7. Centro de Patologia Clínica
- 10.2.5.8. Diretoria Administrativo-Financeira
- 10.2.5.8.1. Seção de Finanças
- 10.2.5.8.2. Unidade de Desenvolvimento de Pessoas
- 10.2.5.8.3. Seção de Material e Patrimônio
- 10.2.5.8.4. Seção de Serviços Gerais e Comunicação Administrativa
- 10.2.5.8.5. Seção de Lavandaria e Rouparia
- 10.2.5.8.6. Seção de Manutenção e Reparo
- 10.2.6. Hospital Infantil Dr. Albert Sabin - HIAS
- 10.2.6.1. Seção de Estudos e Aperfeiçoamento
- 10.2.6.2. Seção de Controle de Infecção Hospitalar

- 10.2.6.3. Unidade de Preceptoria de Residência Médica
 - 10.2.6.4. Diretoria Médica
 - 10.2.6.4.1. Centro de Emergência
 - 10.2.6.4.2. Centro de Pacientes de Ambulatório
 - 10.2.6.4.3. Centro de Pacientes Internos
 - 10.2.6.4.3.1. Seção de Coordenação do Internato
 - 10.2.6.4.3.2. Seção de Internação A
 - 10.2.6.4.3.3. Seção de Internação B
 - 10.2.6.4.3.4. Seção de Internação C
 - 10.2.6.4.3.5. Seção de Internação D
 - 10.2.6.4.3.6. Seção de Internação E
 - 10.2.6.4.4. Centro de Cirurgia
 - 10.2.6.4.5. Centro de Anestesiologia
 - 10.2.6.4.6. Centro de Diagnóstico por Imagem
 - 10.2.6.4.7. Centro de Hemoterapia e Quimioterapia
 - 10.2.6.4.8. Centro de Terapia Intensiva Neonatal
 - 10.2.6.4.9. Centro de Terapia Intensiva Pediátrica
 - 10.2.6.5. Diretoria Técnica
 - 10.2.6.5.1. Setor de Enfermagem
 - 10.2.6.5.2. Centro de Assistência Social
 - 10.2.6.5.3. Centro de Fisioterapia
 - 10.2.6.5.4. Centro de Odontologia
 - 10.2.6.5.5. Centro de Terapia Ocupacional
 - 10.2.6.5.6. Centro de Fonoaudiologia
 - 10.2.6.5.7. Centro de Nutrição e Dietética
 - 10.2.6.5.8. Centro de Laboratório e Análises Clínicas
 - 10.2.6.5.9. Centro de Farmácia
 - 10.2.6.5.10. Seção de Arquivo Médico e Estatística
 - 10.2.6.6. Diretoria Administrativo-Financeira
 - 10.2.6.6.1. Seção de Finanças
 - 10.2.6.6.2. Seção de Desenvolvimento de Pessoas
 - 10.2.6.6.3. Seção de Material e Patrimônio
 - 10.2.6.6.4. Seção de Almoxarifado
 - 10.2.6.6.5. Seção de Atividades Gerais e Comunicação Administrativa
 - 10.2.6.6.6. Seção de Limpeza e Rouparia
 - 10.2.6.6.7. Seção de Manutenção e Reparo
 - 11. Coordenadoria de Assistência Farmacêutica
 - 11.1. Núcleo de Medicamentos de Caráter Excepcional
 - 11.2. Núcleo de Fitoterápicos
 - 11.3. Núcleo de Medicamentos Essenciais e Estratégicos
 - 12. Coordenadoria de Gestão de Trabalho e Educação em Saúde
 - 12.1. Núcleo de Ciência e Tecnologia
 - 12.2. Núcleo de Desenvolvimento Humano
 - 12.3. Núcleo do Direitos e Vantagens
 - 12.4. Núcleo de Cadastro, Pagamento e Benefícios
 - 12.5. Núcleo de Valorização, Negociação e Educação no Trabalho
- V – ÓRGÃO DE EXECUÇÃO INSTRUMENTAL
- 13. Coordenadoria Administrativo-Financeira
 - 13.1. Núcleo de Planejamento de Compras
 - 13.2. Núcleo de Economia da Saúde
 - 13.3. Núcleo de Execução e Controle Orçamentário
 - 13.4. Núcleo de Contabilidade e Execução Financeira
 - 13.5. Núcleo de Obras e Manutenção
 - 13.6. Núcleo de Tecnologia da Informação
- VI – ENTIDADE VINCULADA
- Escola de Saúde Pública

Conforme as informações contidas no Decreto Nº 29.150, publicadas no Diário Oficial do Estado do Ceará, 18 de janeiro de 2008, Anexo II, apresentadas na Tabela 1, a seguir, os cargos de direção e assessoramento superior da SESA foram removidos, ocorrendo criação de uns e extinção de outros, resultando na redução numérica de três cargos.

No que se refere a estrutura foram criados o Centro Regional de Hematologia e Hemoterapia de Quixadá e o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU – Leste, integrantes da estrutura organizacional da Secretaria da Saúde do Estado.

A estrutura apresentada na tabela 1, define o Quadro de Cargos de Direção e Assessoramento superior para SESA:

Tabela 1 – Cargos de Direção e Assessoramento Superior da SESA, com situação anterior e atual (criados, extintos e remanejados). Ceará, 2008.

Cargos/símbolos	Situação anterior	Situação atual
DNS-2	10	35
DNS-3	25	18
DAS-1	45	67
DAS-2	69	58
DAS-3	62	44
DAS-5	50	50
DAS-6	84	85
DAS-8	98	83
TOTAL	443	440

Fonte: DOE – CE/ 18/01/2008

Com relação a descrição dos Cargos, constante do Anexo II do D.O.E., de 18 de janeiro de 2008, a Tabela 2 apresenta as denominações e respectivos símbolos e quantitativo, destacando-se a alteração ocorrida na Direção Superior das Regionais de Saúde, conseqüentemente, substituindo o Cargo de Gerente Regional pelo Cargo de Coordenador Regional de Saúde.

Tabela 2 – Denominação dos Cargos de Direção e Assessoramento Superior da SESA. Ceará, 2008

Nome do Cargo	Símbolos	Quantidade
Secretário Executivo	DNS - 2	01
Coordenador	DNS - 2	28
Diretor de Hospital I	DNS - 2	02
Diretor de Hospital II	DNS - 2	04
Diretor de Diretoria	DNS - 3	18
Supervisor de Núcleo	DAS - 1	28
Assessor Técnico	DAS - 1	28
Assessor Jurídico	DAS - 1	01
Diretor I	DAS - 1	10
Diretor II	DAS - 2	07
Assistente Técnico	DAS - 2	42
Chefe de Divisão	DAS - 2	09
Diretor III	DAS - 3	02
Auxiliar Técnico	DAS - 3	02
Chefe de Unidade	DAS - 3	40
Auxiliar de Secretaria	DAS - 5	01
Chefe de Setor	DAS - 5	49
Chefe de Centro	DAS - 6	65
Chefe de Laboratório	DAS - 6	65
Chefe de Plantão	DAS - 6	15
Chefe de Seção	DAS - 8	73
Encarregado de Atividades Auxiliares	DAS - 8	06
Encarregado de Turno	DAS - 8	04
TOTAL		440

Fonte: DOE – CE/ 18/01/2008

b) Recursos orçamentários, financeiros e patrimoniais, quadro de pessoal e demais recursos materiais com os quais a organização dispôs para alcançar a execução e acompanhamento dos programas, projetos e atividades.

A auscultação direta e as negociações de ações, monitoramento e avaliação é um processo que envolve e mantém informados técnicos e governador do estado sobre as metas, ações e produtos prioritários, previstos e executados, constantes no Painel de Controle do Governo e na Matriz de Gestão Pública por Resultados, até a negociação, para composição de consórcios como estratégias de superação das limitações territoriais dos municípios cearenses.

Como estratégias políticas e operacionais de apoio foram desenvolvidos o Monitoramento de Ações e Projetos Prioritários – MAPP; o Programa de Cooperação Federativa – PCF, correspondente às emendas parlamentares, e acordos internacionais para co-financiamento de ações, serviços e investimentos, constituintes do Fortalecimento da Atenção Secundária e Terciária – FAST adequados à vocação particular de cada um, às necessidades de saúde da população e à pactuação solidária de resultados.

No Pacto pela Saúde 2006, Portaria GM/MS Nº 204, de 29 de janeiro de 2007, publicada no Diário Oficial da União, de 31 de janeiro de 2007 estabeleceu responsabilização dos entes públicos e Blocos de financiamento, direcionados as especificidades de ações e serviços pactuados:

- I. Atenção Básica;
- II. Atenção de Média e Alta complexidade Ambulatorial e Hospitalar;
- III. Vigilância em Saúde;
- IV. Assistência Farmacêutica;
- V. Gestão do SUS;

Recursos Orçamentários e financeiros

O orçamento global da SESA em 2009 foi composto de três orçamentos: (1) o da SESA como Administração Direta, onde estão alocados os recursos para pagamento de pessoal com vínculo; pagamento dos Agentes Comunitários de Saúde e do pessoal do SAMU - Leste, bem como vale transporte dos funcionários do Estado; (2) o da Escola de Saúde Pública ESP - CE, autarquia vinculada à SESA; e, (3) o do Fundo Estadual de Saúde FUNDES, cuja alocação engloba os recursos destinados a pessoal sem vínculo (terceirizados), custeio e investimentos de todas as fontes de recursos.

Esse orçamento agregou recursos próprios do Tesouro do Estado (TE), de recursos Federais recebidos Fundo a Fundo, conforme política de financiamento estabelecido em cada Bloco de Financiamento, conforme legislação do Pacto pela Saúde: em defesa da vida, do SUS e da Gestão, regulamentados nas Portarias 399/ GM – MS e 699/ GM – MS, bem como outras fontes de recursos, apresentados na Tabela 3, abaixo:

Tabela 3 – Orçamento e Gastos da SESA/CE, por Órgão e Fonte de Recursos. Ceará, 2009.

Órgão	LEI	LEI+CRED	Var. %	EMPENHADO	% gasto	% Emp
Tesouro do Estado						
SESA	291.387.957	405.920.357	39,3	394.598.710	97,2	40,7
ESP	8.053.138	10.097.940	25,4	9.300.809	92,1	1,0
FUNDES	537.209.671	749.183.109	39,5	565.866.114	75,5	58,4
Total TE	836.650.766	1.165.201.406	39,3	969.765.633	83,2	100,0
Outras Fontes						
SESA	-	-	-	-	-	-
ESP	3.110.292	3.230.292	3,9	1.159.812	35,9	0,4
FUNDES	491.098.821	557.669.924	13,6	315.076.467	56,5	99,6
Total OF	494.209.113	560.900.216	13,5	316.236.279	56,4	100,0
TOTAL GERAL	1.330.859.879	1.726.101.622	29,7	1.286.001.912	74,5	-

Fonte: SIOF/ Elaboração NUCONS

A partir das informações da Tabela 3 avalia-se que a gestão da SESA pode ser considerada eficiente no que se refere à execução orçamentária dos recursos próprios, atingindo um percentual de gastos de 83,2. Com recursos de outras fontes, que foram basicamente os recursos federais, esse percentual ficou em 74,5. Os gastos com saúde da SESA somaram R\$ 1.286 milhões de reais.

Do orçamento de R\$ 1.165, milhões com recursos do TE, 40,7% foram gastos na SESA (Administração Direta), 1% com as atividades da Escola de Saúde Pública e 58,4% entre as 50 Unidades orçamentárias do FUNDES.

Analisando a variação percentual entre o orçamento inicial e o final, verifica-se que houve um incremento no orçamento de 39,3% com recursos do Tesouro e 29,7% de recursos de outras fontes. Dos recursos próprios, o maior beneficiado foi o orçamento de pessoal, 39,3% e 30,6% de recursos do FUNDES, tiveram como principal motivo a prioridade dada em investimento.

A Tabela 5 apresenta a execução orçamentária por Grupo de Despesa. Os resultados mostram que foram aplicados recursos com pessoal, no montante de R\$ 520.629,570 milhões de reais, dos quais

10,7% foram gastos no Programa 535 para fortalecimento da atenção à saúde nos níveis secundário e terciário; 1,1% no Programa 559, destinado a vigilância à saúde e 86,6% no Programa 400, Coordenação e Manutenção Geral. Em termos de pessoal a SESA gasta 71,2% de seus recursos com trabalhadores com vínculo empregatício com o Estado, terceirizando em 28,8% dos seus recursos de pessoal.

No que se refere ao custeio, o Estado gastou R\$ 605.553,594 milhões de reais com ações e serviços de saúde, que representando 60,8% dos recursos totais. Os programas que mais efetivamente carregaram recursos foram o 535 – Fortalecimento da Atenção à Saúde nos Níveis Secundário e Terciário, onde estão alocados os recursos para manutenção das unidades hospitalares ambulatoriais de média e alta complexidade, com 60,8% dos recursos de custeio e o Programa 005 – Sistema Integral de Assistência Farmacêutica, com 25,9%.

Vale salientar que dos R\$ 157,531 milhões aplicados em Assistência Farmacêutica pela SESA, R\$ 39,082 milhões foram aplicados em medicamentos básicos, de média e alta complexidade e fitoterápicos foram aplicados ainda R\$ 7,220 milhões com medicamentos não contemplados nos protocolos clínicos e diretrizes terapêuticos do ministério da saúde nas demandas administrativas e judiciais o equivalente a 59,04% do erário estadual.

Os recursos de investimentos no ano de 2009 foram de R\$ 159.818, milhões de reais, o equivalente em 81,9% dos gastos gerais. A oferta de serviços de saúde, principalmente na média e alta complexidade, tem a finalidade de reduzir a demanda reprimida e possibilitar um atendimento de qualidade por meio de tecnologia de ponta no que se refere a equipamentos de diagnóstico, terapia e reabilitação. Dessa forma espera-se obter resultados positivos em termos de saúde da população assistida pelo SUS.

As tabelas 5 e 6 apresentam os gastos da SESA por Bloco de Financiamento, Programa de Governo e Fonte de Recursos. Do total de recursos gastos, 44,3% foram com o Bloco 2 – Atenção de Média e Alta Complexidade. Neste bloco estão alocados os recursos de investimentos da Atenção de Média e Alta Complexidade com financiamento de 38,4% do tesouro e 62,3% de outras fontes.

Em segundo lugar vem os recursos do Bloco 5– Gestão Programa 400 da SESA, responsável por 39,5% dos gastos totais. Neste bloco estão alocados os recursos de pessoal e manutenção no nível central e coordenadorias regionais de saúde que equivale a 30,9% dos recursos totais o maior volume de recursos é proveniente do erário Estadual.

O terceiro maior gasto é o do Bloco 4 destinado a Assistência Farmacêutica, representando 12,2% dos gastos totais. Aqui estão alocados recursos para medicamentos básicos, dentro da política de pactuação com os governos federal e municípios cearenses, bem como os recursos para aquisição de medicamentos de média e alta complexidade, pactuação feita com o governo federal, além dos fitoterápicos. Dentre dos medicamentos da Assistência Farmacêutica, destacam-se os de alta complexidade, responsável por 94,5% dos gastos com medicamentos, seguido dos medicamentos de média complexidade com 64,5%.

No Bloco 3 de Vigilância à Saúde/ Programa 559 da SESA, estão alocados recursos para vigilância sanitária, epidemiológica e ambiental, com despesa anual de R\$ 36.801 milhões, ou 29% dos gastos totais da SESA. Neste bloco o gasto mais relevante foi com a ação 20387 destinado ao “controle de doenças transmissíveis por vetores, zoonoses e acidentes por animais peçonhentos” com 80,1%, dos gastos com a “manutenção da rede de Laboratórios de Saúde Pública-LACEN”, com 74,4 ,ressaltando-se gastos na ação 20883,funcionamento e melhoria das unidades próprias da SESA, na ordem de 87,8%.

A distribuição dos recursos orçamentários e gastos das cinquenta e duas (52) Unidades Orçamentárias da SESA execução de recursos foram gastos através do FUNDES, que representa 68,5% dos gastos totais destinados a pessoal terceirizado, custeio e investimentos com saúde. Sob este ângulo, pode-se observar que 27,5% dos gastos totais da SESA foram gerenciados e gastos pelo Gabinete do Secretário e Coordenadorias. Está incluída aqui toda a manutenção do nível central bem como ações direcionadas às políticas de saúde. O segundo maior gasto da SESA é com hospitalização, destacando-se o HGF com 9,4%, o HM(coração e pulmão) com 5,8% e o HIAS, com 4,1% .

Tabela 4 – Situação dos Municípios e Estado do Ceará, segundo o cumprimento da EC 29/ 2000. Ceará, 2006-2009.

Situação	Período			
	2006	2007	2008	2009
Nº de Municípios com % abaixo da EC 29	2	2	5	- *
Percentuais	1,1	1,14	2,72	-
Nº de Municípios com % acima da EC 29	182	175	178	-
Percentuais	98,9	98,87	97,28	-
Percentuais do Estado do Ceará	14,49	12,14	13,83	17,23

Fonte: SIOF-NUCONS/ SESA

*Dados não foram lançados no sistema.

De acordo com o Relatório Resumido da Execução Orçamentária da SEFAZ (Anexo IX), para efeito de atendimento à Emenda Constitucional 29, o Estado aplicou R\$ 1,602 bilhões com ações e serviços de saúde, o que equivale a 17,23% das receitas líquidas. A distribuição das despesas por subfunções revela que 52,63% das despesas estão alocadas em outras subfunções, 32,85% na subfunção 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial e 9,85% na subfunção Suporte Profilático e Terapêutico, ficando 4,67% alocados nas subfunções: Atenção Básica, Vigilância Sanitária e Epidemiológica.

Ademais, de acordo com a Tabela 4, vale destacar a evolução dos percentuais, no período avaliado neste Relatório.

TABELA – 5 – Execução Orçamentária por Grupo de Despesa, Programa e Fonte de Recursos no ano de 2009

Pessoal

	PROGRAMA					Outras Fontes							
		LEI	LEI+CRED	Empenhado	% Emp	LEI	LEI+CRED	Empenhado	% Emp	LEI	LEI+CRED	Empenhado	% Emp
535	Fortalecimento da Atenção à Saúde nos Níveis Secundário e Terciário	12.847.635	21.910.848	18.152.450	3,9	52.188.764,0	57.706.834	46.099.695	82,0	65.036.399	79.617.682	64.252.145	12,3
559	Vigilância à Saúde	2.220.135	1.780.135	1.416.662	0,3	4.587.200,0	4.893.200	4.069.511	7,2	6.807.335	6.673.335	5.486.173	1,1
400	Coordenação e Manutenção Geral	326.017.368	459.082.462	444.850.911	95,8	3.345.980,0	7.120.980	6.040.342	10,7	329.363.348	466.203.442	450.891.253	86,6

Custeio

	PROGRAMA												
		LEI	LEI+CRED	Empenhado	% Emp	LEI	LEI+CRED	Empenhado	% Emp	LEI	LEI+CRED	Empenhado	% Emp
400	Coordenação e Manutenção Geral	31.690.841	34.321.404	30.029.850	8,4	3.001.037,0	2.389.212	427.721	0,2	34.691.878	36.710.616	30.457.572	5,0
067	Desenvolvimento educacional, científico e produção do conhecimento	5.800	5.800	-	-	418.167,0	397.342	200.392	0,1	423.967	403.142	200.392	0,0
071	Desenvolvimento Educacional Permanente no SUS	5.545.443	7.028.409	6.690.027	1,9	1.427.897,0	1.607.398	780.730	0,3	6.973.340	8.635.807	7.470.757	1,2
090	Expansão e melhoria da assistência especializada	350.000	1.666.386	548.448	0,2	-	-	-	-	350.000	1.666.386	548.448	0,1
535	Fortalecimento da Atenção a Saúde nos Níveis Secundário e Terciário	244.264.642	258.182.252	227.836.794	63,4	129.604.429,0	183.320.828	140.557.050	57,1	373.869.071	441.503.079	368.393.844	60,8
536	Fortalecimento e Expansão da Atenção à Saúde no Nível Primário	4.325.313	3.636.165	1.173.644	0,3	2.452.520,0	2.051.776	99.040	0,0	6.777.833	5.687.941	1.272.684	0,2
553	Controle Social e Desenvolvimento Institucional do Sistema Único de Saúde - SUS	2.953.489	3.091.133	2.301.457	0,6	2.618.282,0	2.797.282	347.122	0,1	5.571.771	5.888.415	2.648.579	0,4
888	Gestão de Tecnologia da Informação - FUNDES	598.000	543.000	-		125.000,0	120.000	-	-	723.000	663.000	-	-
596	Planejamento, Orçamento e Gestão	-	86.685	86.685	0,0	-	-	-	-	-	86.685	86.685	0
554	Desenvolvimento de Recursos	10.972.758	26.109.929	9.139.264	2,5	6.495.393,0	7.052.746	1.380.449	0,6	17.468.151	33.162.675	10.519.713	1,7

	Humanos, Ensino e Pesquisa em Saúde												
074	Programa de Atenção à Pessoa com Deficiência	978.350	941.950	54.274	0,0	-	114.400	103.000	0,0	978.350	1.056.350	157.274	0,0
076	Programa de Atendimento à pessoa idosa	235.651	233.651	60.343	0,0	-	-	-	-	235.651	233.651	60.343	0,0
005	Sistema Integral de Assistência Farmacêutica	76.205.178	84.813.178	70.459.237	19,6	115.194.517,0	115.194.517	86.135.897	35,0	191.399.695	200.007.695	156.595.134	25,9
777	Valorização do Servidor	268.055	268.055	-	-	201.500,0	184.500	154.889	0,1	469.555	452.555	154.889	0,0
559	Vigilância à Saúde	12.870.109	14.570.698	11.197.731	3,1	21.055.399,0	22.823.276	15.789.550	6,4	33.925.508	37.393.974	26.987.281	4,5
TOTAL GERAL													

Investimento

	PROGRAMA												
		LEI	LEI+CREDE	Empenhado	% Emp	LEI	LEI+CREDE	Empenhado	% Emp	LEI	LEI+CREDE	Empenhado	% Emp
400	Coordenação e Manutenção Geral	16.000	16.000	14.988	0,0	-	-	-	-	16.000	16.000	14.988	0,0
067	Desenvolvimento educacional, científico e produção do conhecimento	-	-	-	-	5.500,0	5.500	-	-	5.500	5.500	-	-
071	Desenvolvimento Educacional Permanente no SUS	-	52.513	23.103	0,0	15.200,0	15.200	-	-	15.200	67.713	23.103	0,0
090	Expansão e melhoria da assistência especializada	14.176.365	19.581.265	6.472.377	4,4	51.808.699,0	50.808.699	-	-	65.985.064	70.389.964	6.472.377	4,0
535	Fortalecimento da Atenção à Saúde nos Níveis Secundário e Terciário	67.111.951	191.102.590	119.448.037	81,9	64.167.353,0	65.840.010	10.484.649	74,6	131.279.304	256.942.600	129.932.686	81,3
536	Fortalecimento e Expansão da Atenção à Saúde no Nível Primário	8.678.655	20.243.742	12.925.179	8,9	404.800,0	404.800	-	-	9.083.455	20.648.542	12.925.179	8,1
553	Controle Social e Desenvolvimento Institucional do Sistema Único de Saúde - SUS	3.825.000	3.906.952	2.607.079	1,8	2.000,0	122.000	-	-	3.827.000	4.028.952	2.607.079	1,6
888	Gestão de Tecnologia da Informação - FUNDES	4.322.508	4.502.786	1.948.912	1,3	1.419.602,0	1.596.926	607.701	4,3	5.742.110	6.099.712	2.556.613	1,6
596	Planejamento, Orçamento e Gestão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
554	Desenvolvimento de Recursos Humanos, Ensino e Pesquisa	-	-	-	-	113.300,0	70.000	-	-	113.300	70.000	-	-

TABELA – 6 - Execução Orçamentária da SESA por Bloco de financiamento, Programa e Fonte de Recursos no ano de 2009

		LEI	LEI+CRED	Empenhado	% Emp	LEI	LEI+CRED	Empenhado	% Emp	LEI	LEI+CRED	Empenhado	% Emp
BLOCO 1 - ATENÇÃO BÁSICA		14.225.969	25.105.508	14.215.912	1,5	2.879.565	2.593.221	222.013	0,1	17.105.534	27.698.729	14.437.925	1,1
536	Fortalecimento e Expansão da Atenção à Saúde no Nível Primário - Saúde da Família	13.003.968	23.879.907	1,5	1,5	2.857.320	2.456.576	99.040	0,0	15.861.288	26.336.483	14.197.863	1,1
074	Atendimento à pessoa com Deficiência	978.350	991.950	0,0	0,0	22.245	136.645	122.973	0,0	1.000.595	1.128.595	179.719	0,0
076	Atendimento à pessoa idosa	243.651	233.651	0,0	0,0	-	-	-	-	243.651	233.651	60.343	0,0
BLOCO 2 - ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE		341.588.113	496.535.878	372.458.106	38,4	327.769.245	387.561.971	197.141.394	62,3	669.357.358	884.097.849	569.599.500	44,3
535	Fortalecimento da Atenção à Saúde nos Níveis Secundário e Terciário	341.588.113	496.535.878	38,4	38,4	327.769.245	387.561.971	197.141.394	62,3	669.357.358	884.097.849	569.599.500	44,3
BLOCO 3 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE		16.666.244	18.721.542	14.003.387	1,4	29.176.928	32.071.421	22.797.628	7,2	45.843.172	50.792.963	36.801.014	2,9
559	Vigilância à Saúde	16.666.244	18.721.542	1,4	1,4	29.176.928	32.071.421	22.797.628	7,2	45.843.172	50.792.963	36.801.014	2,9
BLOCO 4 - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA		77.955.178	85.823.348	71.395.953	7,4	115.194.517	115.194.517	86.135.897	27,2	193.149.695	201.017.865	157.531.850	12,2
005	Sistema Integral de Assistência Farmacêutica	77.955.178	85.823.348	7,4	7,4	115.194.517	115.194.517	86.135.897	27,2	193.149.695	201.017.865	157.531.850	12,2
BLOCO 5 - GESTÃO		386.215.262	539.015.130	497.692.275	51,3	19.188.858	23.479.086	9.939.347	3,1	405.404.120	562.494.216	507.631.622	39,5
554	Gestão do Trabalho e Educação em Saúde	10.972.758	26.109.929	0,9	0,9	6.608.693	7.122.746	1.380.449	0,4	17.581.451	33.232.675	10.519.713	0,8
553	Gestão, Controle Social e Institucional do SUS	6.778.489	6.998.085	0,5	0,5	2.620.282	2.919.282	347.122	0,1	9.398.771	9.917.367	5.255.658	0,4
888	Gestão de Tecnologia da Informação	4.920.508	5.045.786	0,2	0,2	1.544.602	1.716.926	607.701	0,2	6.465.110	6.762.712	2.556.613	0,2
400	Coordenação e Manutenção Geral	357.724.209	493.419.866	49,0	49,0	6.347.017	9.510.192	6.468.063	2,0	364.071.226	502.930.058	481.363.812	37,4
596	Planejamento, Orçamento e Gestão	-	86.685	0,0	0,0	-	-	-	-	-	86.685	86.685	0
67	Desenvolvimento Educacional, Científico e Produção do Conhecimento	5.800	5.800	-	-	423.667	402.842	200.392	0,1	429.467	408.642	200.392	0,0
071	Desenvolvimento Educacional Permanente do SUS	5.545.443	7.080.922	0,7	0,7	1.443.097	1.622.598	780.730	0,2	6.988.540	8.703.520	7.493.860	0,6
777	Valorização do Servidor	268.055	268.055	-	-	201.500	184.500	154.889	0,0	469.555	452.555	154.889	0,0

TABELA – 7 – Execução Orçamentária da SESA, Bloco 1 ATENÇÃO BÁSICA, por Programa, Ação e Fonte de Recursos no Ano de 2009
Programa: 536 - Fortalecimento da Atenção Primária à Saúde

PROGRAMA	Tesouro do Estado				Outras Fontes				Total de Fontes				
	LEI	LEI+CRED	Empenhado	% Emp	LEI	LEI+CRED	Empenhado	% Emp	LEI	LEI+CRED	Empenhado	% Emp	
10000	Construção de Centro/Csa/Fazenda Esperança para dependentes químicos no Município de Pacatuba	-	400.000	400.000	100,0				-	-	400.000	400.000	100,0
10839	Reforço a Estruturação Física e Tecnológica da Atenção Primária à Saúde	8.233.155	19.548.501	12.369.685	63,3	404.800	404.800		-	8.637.955	19.953.301	12.369.685	62,0
12041	Construção de Unidades do Programa Saúde da Família Mamoeiro / Fortim	100.000	-	-	-	-	-	-	-	100.000	-	-	-
12052	Construção de Unidades de Saúde da Família Viçosa / Fortim	100.000	-	-	-	-	-	-	-	100.000	-	-	-
12076	Construção de Postos de Saúde / Russas, Jaguaretama e Jaguaruana	12.000	-	-	-	-	-	-	-	12.000	-	-	-
12080	Construção de Posto de Saúde Cinturão Verde / Tianguá	100.000	-	-	-	-	-	-	-	100.000	-	-	-
12090	Construção de Postos de Saúde / Banabuiú	12.000	-	-	-	-	-	-	-	12.000	-	-	-
12146	Construção de Posto de Saúde / Alto da Boa Vista / Nova Russas	3.000	3.000	-	-	-	-	-	-	3.000	3.000	-	-
12147	Conclusão e Ativação do Posto Médico Taboca / Itaipoca	1.000	-	-	-	-	-	-	-	1.000	-	-	-
12156	Construção de Postos de Saúde/Nova Russas, Paraipaba e Ipueiras	3.000	3.000	-	-	-	-	-	-	3.000	3.000	-	-
12166	Construção de Posto de Saúde / São Francisco / Nova Russas	5.000	-	-	-	-	-	-	-	5.000	-	-	-
12183	Construção de Posto de Saúde Água Boa - Nova Russas	3.000	-	-	-	-	-	-	-	3.000	-	-	-
12199	Fortalecimento de Atenção à Saúde da Criança e do Adolescente / Guaraciaba do Norte	10.000	-	-	-	-	-	-	-	10.000	-	-	-
12275	Recuperação e Desintoxicação de dependentes químicos	22.000	-	-	-	-	-	-	-	22.000	-	-	-
12317	Aquisição de Ambulância para o município de Brejo Santo	4.500	-	-	-	-	-	-	-	4.500	-	-	-
12334	Construção de Posto de Saúde (Sítio Carvão e Baixio dos Clementinos de Pereiro)	10.000	-	-	-	-	-	-	-	10.000	-	-	-
12347	Construção de Posto de Saúde (Mucambo / Chaval)	10.000	-	-	-	-	-	-	-	10.000	-	-	-
12356	Construção de Posto de Saúde (Nova Olinda / Chaval)	10.000	10.000	-	-	-	-	-	-	10.000	10.000	-	-
12358	Construção de Unidades de Saúde nas Localidades de Carrapicho e Tucunduba / Caucaia	10.000	10.000	-	-	-	-	-	-	10.000	10.000	-	-
12407	Auxílio Financeiro para o Hospital Padre Dionísio / Aratuba	30.000	30.000	-	-	-	-	-	-	30.000	30.000	-	-
12416	Reforma e Aquisição de Equipamentos para o Hospital Padre Dionísio no município de Aratuba	4.000	-	-	-	-	-	-	-	4.000	-	-	-
12498	Construção Posto de Saúde Comunidade de Mazagão Capistrano	2.000	2.000	-	-	-	-	-	-	2.000	2.000	-	-
12547	Construção de 2 postos de saúde Programa da Família-PSF Juazeiro do Norte	4.000	4.000	-	-	-	-	-	-	4.000	4.000	-	-
12654	Construção de Casas Lares - Associação Geração Esperança - Cascavel	-	233.241	155.494	66,7				-	-	233.241	155.494	66,7
20149	Fortalecimento das Ações da Coordenação Estadual em Saúde Bucal	2.010.000	1.821.080	109.878	6,0				-	2.010.000	1.821.080	109.878	6,0
20247	Fortalecimento da Atenção à Saúde da Criança e do Adolescente	361.900	305.973	275.830	90,1	200.000	200.000	26.009	13,0	561.900	505.973	301.839	59,7

TABELA - 8- Execução Orçamentária da SESA do BLOCO 2 ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE, por Programa e Fonte de Recursos no ano de 2009

Programa: 535 - Fortalecimento da Atenção à Saúde nos Níveis Secundário e Terciário

PROGRAMA		Tesouro do Estado				Outras Fontes				Total de Fontes			
		LEI	LEI+CRED	Empenhado	% Emp	LEI	LEI+CRED	Empenhado	% Emp	LEI	LEI+CRED	Empenhado	% Emp
10421	Reforço à Estruturação, Adequação Física e Tecnológica da Atenção nos Níveis Secundário e Terciário	56.019.471	95.738.785	62.197.692	65,0	63.962.353	64.387.303	10.425.841	16,2	119.981.824	160.126.088	72.623.532	45,4
11722	Reforço à Estruturação, Adequação, Física e Tecnológica da Atenção nos Níveis Secundário e Terciário	100.000	100.000	-	-	30.000	177.707	58.809	33,1	130.000	277.707	58.809	21,2
11748	Reforço à Estruturação, Adequação Física e Tecnológica da Policlínica de Acaraú.	100.000	5.722.819	1.300.742	22,7				-	100.000	5.722.819	1.300.742	22,7
11749	Reforço à Estruturação, Adequação Física e Tecnológica da Policlínica de Tauá.	100.000	6.375.990	3.313.786	52,0				-	100.000	6.375.990	3.313.786	52,0
11750	Reforço à Estruturação, Adequação Física e Tecnológica da Policlínica de Russas.	100.000	6.491.855	3.441.404	53,0				-	100.000	6.491.855	3.441.404	53,0
11751	Reforço à Estruturação, Adequação Física e Tecnológica da Policlínica de Pacajús.	100.000	4.863.569	1.813.117	37,3				-	100.000	4.863.569	1.813.117	37,3
11752	Reforço à Estruturação, Adequação Física e Tecnológica da Policlínica de Limoeiro do Norte.	100.000	897.172	-	-	-	1.000.000	-	-	100.000	1.897.172	-	-
11753	Reforço à Estruturação, Adequação Física e Tecnológica da Policlínica de Icó.	100.000	4.976.175	1.925.724	38,7				-	100.000	4.976.175	1.925.724	38,7
11754	Reforço à Estruturação, Adequação Física e Tecnológica da Policlínica de Canindé.	100.000	3.779.894	1.043.685	27,6				-	100.000	3.779.894	1.043.685	27,6
11755	Reforço à Estruturação, Adequação Física e Tecnológica da Policlínica de Brejo Santo.	100.000	3.740.296	689.844	18,4				-	100.000	3.740.296	689.844	18,4
11756	Reforço à Estruturação, Adequação Física e Tecnológica da Policlínica de Baturité	100.000	6.057.285	3.006.834	49,6				-	100.000	6.057.285	3.006.834	49,6
11757	Reforço à Estruturação, Adequação Física e Tecnológica da Policlínica de Aracati.	100.000	5.058.986	1.926.253	38,1				-	100.000	5.058.986	1.926.253	38,1
11758	Reforço à Estruturação, Adequação Física e Tecnológica da Policlínica de Camocim.	100.000	6.192.147	3.141.690	50,7				-	100.000	6.192.147	3.141.690	50,7
11759	Reforço à Estruturação, Adequação Física e Tecnológica do Centro de Especialidades Odontológicas de Ubajara	100.000	1.792.135	1.548.957	86,4				-	100.000	1.792.135	1.548.957	86,4
11760	Reforço à Estruturação, Adequação Física e Tecnológica do Centro de Especialidades Odontológicas de Russas	200.000	1.831.377	1.792.800	97,9				-	200.000	1.831.377	1.792.800	97,9
11761	Reforço à Estruturação, Adequação Física e Tecnológica do Centro de Especialidades Odontológicas de Juazeiro do Norte	100.000	2.328.097	1.757.411	75,5				-	100.000	2.328.097	1.757.411	75,5

Programa: 535 - Fortalecimento da atenção à saúde nos níveis secundário e terciário

PROGRAMA		Tesouro do Estado				Outras Fontes				Total de Fontes			
		LEI	LEI+CRED	Empenhado	% Emp	LEI	LEI+CRED	Empenhado	% Emp	LEI	LEI+CRED	Empenhado	% Emp
11762	Reforço à Estruturação, Adequação Física e Tecnológica do Centro de Especialidades Odontológicas de Baturité	100.000	1.865.076	1.824.047	97,8				-	100.000	1.865.076	1.824.047	97,8
11763	Reforço à Estruturação, Adequação Física e Tecnológica do Centro de Especialidades Odontológicas de Acaraú	100.000	2.086.377	1.539.654	73,8				-	100.000	2.086.377	1.539.654	73,8
11765	Construção do Hospital Regional do Cariri	11.000.000	30.993.423	27.184.317	87,7				-	11.000.000	30.993.423	27.184.317	87,7
12032	Implantação de uma Unidade de Tratamento de Cálculo Renal	70.000	70.000	-	-				-	70.000	70.000	-	-
12055	Aquisição de Ambulância para Sec. Municipal de Fortim	10.000	-	-	-				-	10.000	-	-	-
12060	Aquisição de Ambulância para Aracoiaba	6.500	-	-	-				-	6.500	-	-	-
12063	Aquisição de Ambulância para Moraújo	6.500	-	-	-				-	6.500	-	-	-
12098	Aquisição de Equipamentos para o Hospital de Altaneira	28.000	-	-	-				-	28.000	-	-	-
12100	Aquisição de Equipamentos para o Hospital de Caririáçu	28.000	-	-	-				-	28.000	-	-	-
12143	Aquisição de uma Lancha Ambulância para Banabuiú	10.000	10.000	-	-				-	10.000	10.000	-	-
12162	Construção de Postos de Saúde Guaraciaba do Norte	4.000	-	-	-				-	4.000	-	-	-
12168	Implantação de Brinquedoteca na Pediatria do Hospital Municipal São José de Guaraciaba do Norte.	20.000	-	-	-				-	20.000	-	-	-
12197	Aquisição de Equipamentos para Hospital e Maternidade Municipal São José de Guaraciaba do Norte	30.000	-	-	-				-	30.000	-	-	-
12201	Aquisição de Ambulância Hospital de Guaraciaba do Norte	4.000	4.000	-	-				-	4.000	4.000	-	-
12207	Ampliação do Hospital Tasso Jereissati Juazeiro do Norte	4.000	-	-	-				-	4.000	-	-	-
12213	Ampliação do Hospital São Lucas Barbalha	4.000	-	-	-				-	4.000	-	-	-
12229	Aquisição de Ambulância Hospital de Mombaça	4.000	-	-	-				-	4.000	-	-	-
12264	Implantação do SAMU no Cariri	10.000	-	-	-				-	10.000	-	-	-
12267	Compra de Ambulância para Jaquaretama	1.500	-	-	-				-	1.500	-	-	-
12272	Apoio ao Tratamento de Drogadição de crianças e adolescentes em situação de risco	450.000	-	-	-				-	450.000	-	-	-
12277	Implantação de Ambulatório para Dependentes químicos	10.000	-	-	-				-	10.000	-	-	-
12289	Aquisição de Ambulâncias São Benedito e Paraipaba	3.000	-	-	-				-	3.000	-	-	-
12308	Construção de Postos de Saúde (Cafundó/Chaval)	6.500	-	-	-				-	6.500	-	-	-

Programa: 535 - Fortalecimento da Atenção à Saúde nos Níveis Secundário e Terciário

PROGRAMA	Tesouro do Estado				Outras Fontes				Total de Fontes				
	LEI	LEI+CRED	Empenhado	% Emp	LEI	LEI+CRED	Empenhado	% Emp	LEI	LEI+CRED	Empenhado	% Emp	
12325	Aquisição de Equipamentos para o Hospital Municipal de Pacatuba	4.500	-		-			-	4.500	-		-	
12332	Reforma do Hospital Geral de Maracanaú	4.500	4.500		-			-	4.500	4.500		-	
12333	Construção de Posto de Saúde Luzia/Trici/Tauá	13.000	-		-			-	13.000	-		-	
12367	Aquisição da Ambulância para Independência	6.500	-		-			-	6.500	-		-	
12369	Aquisição de Ambulância para Ararendá	6.500	-		-			-	6.500	-		-	
12446	Aquisição de Ambulância para Hospital Geral de Maracanaú	4.500	-		-			-	4.500	-		-	
12451	Aquisição de Ambulância para o Hospital de Uruburetama	4.500	-		-			-	4.500	-		-	
12454	Aquisição de Ambulância para o Hospital Municipal de Pacatuba	4.500	-		-			-	4.500	-		-	
12514	Construção do Centro de Diabetes Quixadá	2.000	-		-			-	2.000	-		-	
12546	Ampliação do Hospital Estefânia Rocha Lima	4.000	-		-			-	4.000	-		-	
12548	Ampliação do Hospital São Lucas Juazeiro do Norte	4.000	-		-			-	4.000	-		-	
12593	Aquisição de Tomógrafo Centro de Especialidades Itapipoca	1.000	-		-			-	1.000	-		-	
12655	Reforço a Estruturação, adequação física e tecnológica da policlínica de Itapipoca.	-	3.631.669		-			-	-	3.631.669		-	
20143	Fortalecimento e Ampliação da Rede Hospitalar de Assistência Secundária e Terciária	47.623.020	52.703.850	46.162.060	87,6			-	47.623.020	52.703.850	46.162.060	87,6	
20146	Funcionamento e Melhoria das Unidades Próprias da SESA	125.642.762	134.087.880	121.694.749	90,8	96.927.649	91.482.115	61.730.029	67,5	222.570.411	225.569.995	183.424.778	81,3
20276	Fortalecimento das Ações de Saúde Mental	518.000	518.000	124.040	23,9	85.000	85.000	-	-	603.000	603.000	124.040	20,6
20277	Fortalecimento da Atenção à Saúde do Trabalhador	475.000	475.000	10.836	2,3	85.000	85.000	43.895	51,6	560.000	560.000	54.731	9,8
20362	Auxílio Financeiro a Hospitais de Pequeno Porte	3.529.000	3.604.000	2.745.609	76,2				-	3.529.000	3.604.000	2.745.609	76,2
20723	Contrato de Gestão com ISGH para gerir o Centro Especializado em Odontologia - CEO Regional do Crato	1.333.667	1.571.100	1.571.100	100,0				-	1.333.667	1.571.100	1.571.100	100,0
20743	Fortalecimento e Melhoria das Ações de Atenção à Saúde da Criança	5.000	5.000	-	-				-	5.000	5.000	-	-
20826	Fortalecimento à Atenção em Saúde Ocular	50.000	50.000	-	-				-	50.000	50.000	-	-
20865	Manutenção de Serviços de referência em Odontologia Especializada na Média e Alta Complexidade	1.372.800	1.372.800	841.500	61,3				-	1.372.800	1.372.800	841.500	61,3
20867	Garantia da Assistência Ambulatorial e Hospitalar de Média e Alta Complexidade aos Usuários do SUS	7.208.000	4.298.340	1.616.809	37,6	27.795.000	86.630.333	74.743.796	86,3	35.003.000	90.928.673	76.360.605	84,0
20868	Garantia de Assistência Especializada aos Usuários do SUS	1.062.320	2.152.320	1.901.876	88,4	5.138.880	5.138.880	3.972.635	77,3	6.201.200	7.291.200	5.874.511	80,6
20869	Fortalecimento da Rede de Captação e Transplante de Órgãos	376.800	415800	142.677	34,3				-	376.800	415.800	142.677	34,3

Programa: 535 - Fortalecimento da Atenção à Saúde nos Níveis Secundário e Terciário

PROGRAMA		Tesouro do Estado				Outras Fontes				Total de Fontes			
		LEI	LEI+CRED	Empenhado	% Emp	LEI	LEI+CRED	Empenhado	% Emp	LEI	LEI+CRED	Empenhado	% Emp
20871	Pagamento de Pessoal e Encargos Sociais	12.847.635	21.910.848	18.152.450	82,8	51.936.664	57.481.734	46.009.200	80,0	64.784.299	79.392.582	64.161.650	80,8
20910	Fortalecimento das Ações da Coordenação Estadual de Urgência e Emergência	188.000	188.000	82.361	43,8				-	188.000	188.000	82.361	43,8
20911	Cooperação Financeira para a manutenção dos SAMU Municipais	2.543.000	2.543.000	783.000	30,8				-	2.543.000	2.543.000	783.000	30,8
20912	Fortalecimento à atenção à Saúde da Mulher e do Homem	618.400	453.220	165.286	36,5		399.600	157.190	39,3	618.400	852.820	322.476	37,8
20913	Apoio a Estruturação da Assistência aos usuários de drogas lícitas e ilícitas	265.000	97.064	-	-				-	265.000	97.064	-	-
20926	Manutenção dos Serviços Odontológicos Hospitalares de Referência	1.680.000	1.540.000	23.100	1,5				-	1.680.000	1.540.000	23.100	1,5
20932	Manutenção da Policlínica de Tauá	414.553	414.553	-	-				-	414.553	414.553	-	-
20933	Contrato em Regime de Cogestão para Gerir UCD / BID	100.000	2.100.000	1.936.888	92,2				-	100.000	2.100.000	1.936.888	92,2
20934	Manutenção do CEO - Maracanaú	315.875	315.875	-	-				-	315.875	315.875	-	-
20935	Manutenção do CEO - Baturité	315.875	315.875	-	-				-	315.875	315.875	-	-
20936	Manutenção do CEO - Acaraú	315.875	315.875	-	-				-	315.875	315.875	-	-
20937	Manutenção do CEO - Russas	126.342	126.342	-	-				-	126.342	126.342	-	-
20938	Manutenção do CEO - Ubajara	126.342	126.342	-	-				-	126.342	126.342	-	-
20943	Manutenção do CEO - Juazeiro do Norte	315.875	315.875	-	-				-	315.875	315.875	-	-
20978	Contrato de Gestão com o ISGH para gerir o Hospital Waldemar de Alcântara	47.703.636	48.259.641	48.034.981	99,5				-	47.703.636	48.259.641	48.034.981	99,5
TOTAL GERAL		326.661.748	474.888.227	365.437.281	77,0	245.960.546	306.867.672	197.141.394	64,2	572.622.294	781.755.899	562.578.675	72,0

Programa: 090 - Expansão e Melhoria da Assistência Especializada

PROGRAMA		Tesouro do Estado				Outras Fontes				Total de Fontes			
		LEI	LEI+CRED	Empenhado	% Emp	LEI	LEI+CRED	Empenhado	% Emp	LEI	LEI+CRED	Empenhado	% Emp
1775	Construção e Fortalecimento da Policlínica de Iguatu	417.177	417.177	350.000	83,9	691.157	691.157	-	-	1.108.334	1.108.334	350.000	-31,6
11776	Construção e Fortalecimento da Policlínica de Campos Sales	600.000	6.181.151	3.071.535	49,7	1.382.313	1.382.313	-	-	1.982.313	7.563.464	3.071.535	40,6
11777	Construção e Fortalecimento da Policlínica de Barbalha	600.000	429.738	-	-	1.382.313	382.313	-	-	1.982.313	812.051	-	-
11778	Construção e Fortalecimento da Policlínica de Maracanaú	1.000.000	1.452.041	300.973	20,7	3.121.055	3.121.055	-	-	4.121.055	4.573.096	300.973	6,6
11779	Construção e Fortalecimento do Centro de Especialidades Odontológicas - CEO - Brejo Santo	300.000	344.851	226.627	65,7	664.903	664.903	-	-	964.903	1.009.754	226.627	22,4
11780	Construção e Fortalecimento do Centro de Especialidades Odontológicas - CEO - Limoeiro do Norte	400.000	149.521	-	-	213.350	213.350	-	-	613.350	362.871	-	-
11781	Construção e Fortalecimento do Centro de Especialidades Odontológicas - CEO - Quixeramobim	300.000	150.561	-	-	664.903	664.903	-	-	964.903	815.464	-	-
11782	Construção e Fortalecimento do Centro de Especialidades Odontológicas - CEO - Canindé	300.000	448.917	-	-	861.889	861.889	-	-	1.161.889	1.310.806	-	-
11783	Construção e Fortalecimento da Policlínica de Quixadá	300.000	414.869	-	-	691.157	691.157	-	-	991.157	1.106.026	-	-
11784	Construção e Fortalecimento da Policlínica de Crateús	500.000	1.353.643	820.444	60,6	3.121.055	3.121.055	-	-	3.621.055	4.474.698	820.444	18,3
11785	Construção e Fortalecimento do Centro de Especialidades Odontológicas - CEO Crateús	300.000	171.631	-	-	861.889	861.889	-	-	1.161.889	1.033.520	-	-
11786	Construção e Fortalecimento da Policlínica de Sobral	734.353	601.308	-	-	1.382.313	1.382.313	-	-	2.116.666	1.983.621	-	-
11787	Construção e Fortalecimento da Policlínica de Tianguá	400.000	414.869	-	-	691.157	691.157	-	-	1.091.157	1.106.026	-	-
11788	Construção e Fortalecimento do Centro de Especialidades Odontológicas CEO Itapipoca	300.000	194.850	130.000	66,7	664.903	664.903	-	-	964.903	859.753	130.000	15,1
11789	Construção e Fortalecimento do Centro de Especialidades Odontológicas CEO Camocim	172.554	413.820	220.575	53,3	664.903	664.903	-	-	837.457	1.078.723	220.575	20,4
11791	Construção e Fortalecimento do Centro de Especialidades Odontológicas CEO Pacajus	400.000	-	-	-	861.889	-	-	-	1.261.889	-	-	-
11792	Construção e Fortalecimento do Centro de Especialidades Odontológicas CEO Maracanaú	400.000	509.177	-	-	861.889	861.889	-	-	1.261.889	1.371.066	-	-
11793	Construção e Fortalecimento da Policlínica de Caucaia	988.281	381.310	381.309	100,0	3.121.055	3.121.055	-	-	4.109.336	3.502.365	381.309	10,9
11794	Construção e Fortalecimento do Centro de Especialidades Odontológicas CEO Caucaia	500.000	594.398	381.309	64,2	735.028	735.028	-	-	1.235.028	1.329.426	381.309	28,7

Programa: 090 - Expansão e Melhoria da Assistência Especializada

PROGRAMA		Tesouro do Estado				Outras Fontes				Total de Fontes			
		LEI	LEI+CRED	Empenhado	% Emp	LEI	LEI+CRED	Empenhado	% Emp	LEI	LEI+CRED	Empenhado	% Emp
11795	Construção do Hospital Regional - Sobral	5.000.000	-	-	-	48.846.578	48.732.178	-	-	53.846.578	48.732.178	-	-
11851	Ações de Avaliação e Controle do Projeto BID	100.000	1.216.386	228.837	18,8	935.805	935.805	-	-	1.035.805	2.152.191	228.837	10,6
11852	Supervisão e Melhoria da Assistência à Saúde Especializada	100.000	1.200.000	231.202	19,3	1.596.466	1.596.466	-	-	1.696.466	2.796.466	231.202	8,3
11853	Sistema Integrado de Saúde	100.000	2.599.892	86.066	3,3	5.995.114	5.995.114	-	-	6.095.114	8.595.006	86.066	1,0
12014	Estabelecer Parceria com o Hospital Santa Casa de Misericórdia	60.000	60.000	-	-	-	-	-	-	60.000	60.000	-	-
12192	Construção do Hospital Regional de Ibiapina	100.000	100.000	-	-	-	-	-	-	100.000	100.000	-	-
12206	Construção da Policlínica Guaraciaba do Norte	4.000	4.000	-	-	-	-	-	-	4.000	4.000	-	-
12656	Construção e Fortalecimento do Centro de Especialidades Odontológicas - CEO Cascavel	-	448.878	-	-	-	861.889	-	-	-	1.310.767	-	-
20950	Fortalecimento da Gestão e Melhoria dos Serviços de Saúde	50.000	626.270	591.947	94,5	933.726	933.726	-	-	983.726	1.559.996	591.947	37,9
TOTAL GERAL		14.926.365	21.647.651	7.020.825	32,4	81.808.699	80.694.299	-	-	96.735.064	102.341.950	7.020.825	6,9

TABELA - 9 – Execução Orçamentária da SESA, BLOCO 3 VIGILÂNCIA EM SAÚDE, por Programa , Ação, e Fonte de Recursos, no ano de 2009.
Programa: 559 - Vigilância em Saúde

PROGRAMA		Tesouro do Estado				Outras Fontes				Total de Fontes			
		LEI	LEI+CRED	Empenhado	% Emp	LEI	LEI+CRED	Empenhado	% Emp	LEI	LEI+CRED	Empenhado	% Emp
10992	Estruturação e Expansão da Rede de Laboratórios de Saúde Pública e Hospitais Sentinela	1.450.000	1.650.000	1.271.485	77,1	2.734.000	2.908.104	2.105.503	72,4	4.184.000	4.558.104	3.376.987	74,1
10993	Estruturação do Centro de Serviço de Verificação de Óbito	100.000	257.000	42.242	16,4	-	-	-	-	100.000	257.000	42.242	16,4
10994	Estruturação, Adequação Física e Tecnológica de Áreas Administrativas na Vigilância Epidemiológica	25.000	463.709	75.267	16,2	627.529	1.274.042	826.281	64,9	652.529	1.737.751	901.548	51,9
11721	Estruturação, Adequação Física e Tecnológica de Áreas Administrativas na Vigilância Sanitária	-	-	-	-	172.800	172.800	6.783	3,9	172.800	172.800	6.783	3,9
12630	Construção de Laboratório de Saúde / Icó	1.000	-	-	-	-	-	-	-	1.000	-	-	-
20365	Controle Sanitário de Produtos e Serviços Relacionados à Saúde	100.000	100.000	31.203	31,2	2.095.682	1.772.702	1.233.743	69,6	2.195.682	1.872.702	1.264.945	67,5
20367	Vigilância Epidemiológica e Informação em Saúde para o SUS	-	48.000	42.818	89,2	1.006.000	765.300	437.751	57,2	1.006.000	813.300	480.569	59,1
20369	Vigilância Ambiental em Saúde	-	-	-	-	509.000	300.900	170.127	56,5	509.000	300.900	170.127	56,5
20375	Prevenção de Doenças Imunopreveníveis	-	422.571	-	-	2.264.000	2.211.600	1.055.437	47,7	2.264.000	2.634.171	1.055.437	40,1
20385	Prevenção e Controle das DST/ AIDS	300.000	887.400	115.274	13,0	1.710.000	2.603.850	1.245.777	47,8	2.010.000	3.491.250	1.361.051	39,0
20387	Controle de Doenças Transmitidas por Vetores, Zoonoses e Acidentes por Animais Peçonhentos	10.889.201	9.787.630	8.089.764	82,7	6.267.651	7.412.651	5.691.373	76,8	17.156.852	17.200.281	13.781.137	80,1
20877	Pagamento de Pessoal e Encargos Sociais em Vigilância Epidemiológica	100.000	1.100.000	985.466	89,6	513.000	761.000	617.675	81,2	613.000	1.861.000	1.603.142	86,1
20883	Funcionamento e Melhoria das Unidades Próprias da SESA	2.420.908	3.165.097	2.795.013	88,3	4.951.000	5.606.107	4.903.437	87,5	7.371.908	8.771.204	7.698.450	87,8
20896	Desenvolvimento de Ensino e Pesquisa e Vigilância Epidemiológica	-	-	-	-	626.100	732.700	265.842	36,3	626.100	732.700	265.842	36,3
20897	Desenvolvimento de Ensino e Pesquisa em Vigilância Sanitária	-	-	-	-	370.966	370.966	177.665	47,9	370.966	370.966	177.665	47,9
20898	Pagamento de Pessoal e Encargos Sociais em Vigilância Sanitária	846.000	406.000	292.336	72,0	4.004.200	4.042.200	3.367.612	83,3	4.850.200	4.448.200	3.659.948	82,3
20899	Prevenção, Controle e Assistência à Hanseníase e Tuberculose	160.000	160.000	123.660	77,3	-	1.500	549	36,6	160.000	161.500	124.209	76,9

20900	Fortalecimento da Gestão em Vigilância em Saúde - VigiSUS	-	-	-	-	1.255.000	1.045.000	607.849	58,2	1.255.000	1.045.000	607.849	58,2
20903	Pagamento de Pessoal e Encargos Sociais	274.135	274.135	138.859	50,7	70.000	90.000	84.224	93,6	344.135	364.135	223.083	61,3
TOTAL GERAL		16.666.244	18.721.542	14.003.387	74,8	29.176.928	32.071.421	22.797.628	71,1	45.843.172	50.792.963	36.801.014	72,5

TABELA – 10 – Execução Orçamentária da SESA, BLOCO 4 ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA, por Programa, Ação e Fonte de Recursos, no ano de 2009

Programa: 005 - Sistema Integral de Assistência Farmacêutica

PROGRAMA		Tesouro do Estado				Outras Fontes				Total de Fontes			
		LEI	LEI+CRED	Empenhado	% Emp	LEI	LEI+CRED	Empenhado	% Emp	LEI	LEI+CRED	Empenhado	% Emp
10984	Estruturação, Adequação Física e Tecnológica de Áreas Administrativas	1.750.000	1.010.170	936.716	92,7	-	-	-	-	1.750.000	1.010.170	936.716	92,7
20267	Assistência Farmacêutica na Atenção Básica	15.336.178	15.408.178	12.133.300	78,7	50.394.517	50.394.517	26.949.319	53,5	65.730.695	65.802.695	39.082.619	59,4
20268	Assistência Farmacêutica na Média Complexidade	13.846.000	16.272.000	10.498.792	64,5	-	-	-	-	13.846.000	16.272.000	10.498.792	64,5
20269	Assistência Farmacêutica na Alta Complexidade	40.783.000	40.735.000	40.522.671	99,5	64.800.000	64.800.000	59.186.578	91,3	105.583.000	105.535.000	99.709.248	94,5
20270	Assistência Farmacêutica em Fitoterapia	240.000	240.000	83.551	34,8	-	-	-	-	240.000	240.000	83.551	34,8
20886	Medicamentos não Contemplados nos Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas do Ministério da Saúde	6.000.000	12.158.000	7.220.923	59,4	-	-	-	-	6.000.000	12.158.000	7.220.923	59,4
TOTAL GERAL		77.955.178	85.823.348	71.395.953	83,2	115.194.517	115.194.517	86.135.897	74,8	193.149.695	201.017.865	157.531.850	78,4

TABELA – 11 – Execução Orçamentária da SESA, BLOCO 5 GESTÃO, por Programa, Ação e Fonte de Recursos

Programa: 554 - Gestão do Trabalho e Educação em Saúde

PROGRAMA		TESOURO DO ESTADO				OUTRAS FONTES				TODAS AS FONTES			
		LEI	LEI+CRED	Empenhado	% Emp	LEI	LEI+CRED	Empenhado	% Emp	LEI	LEI+CRED	Empenhado	% Emp
20131	Implementação da Política de Educação Permanente em Saúde	997.800	1.476.720	451.931	30,6	3.600.000	4.106.625	850.112	20,7	4.597.800	5.583.345	1.302.042	23,3
20138	Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia em Saúde	277.696	277.696	-	-	167.264	167.264	9.814	5,9	444.960	444.960	9.814	2,2
20140	Desenvolvimento de Ensino e Pesquisa em Saúde	225.564	225.564	-	-	1.387.180	1.195.530	138.130	11,6	1.612.744	1.421.094	138.130	9,7
20200	Manutenção do Programa Agente Comunitário de Saúde	5.187.000	18.636.118	7.651.490	41,1	-	-	-	-	5.187.000	18.636.118	7.651.490	41,1
20527	Educação Profissional	-	-	-	-	1.454.249	1.454.249	368.880	25,4	1.454.249	1.454.249	368.880	25,4
20658	Incentivo e Promoção da Educação Popular em Saúde	-	-	-	-	-	199.078	13.513	6,8	-	199.078	13.513	6,8
20678	Humanização da Atenção e Gestão em Saúde	438.008	438.008	-	-	-	-	-	-	438.008	438.008	-	-
20904	Produção Editorial de Conhecimento em Saúde	-	704.130	-	-	-	-	-	-	-	704.130	-	-
21331	Formação e Capacitação dos Trabalhadores da SESA para o seu Desenvolvimento	3.846.690	4.351.693	1.035.843	23,8	-	-	-	-	3.846.690	4.351.693	1.035.843	23,8
TOTAL GERAL		10.972.758	26.109.929	9.139.264	35,0	6.608.693	7.122.746	1.380.449	19,4	17.581.451	33.232.675	10.519.713	31,7

Programa: 553 - Gestão, Controle Social e Institucional do SUS

PROGRAMA		Tesouro do Estado				Outras Fontes				Total de Fontes			
		LEI	LEI+CRED	Empenhado	% Emp	LEI	LEI+CRED	Empenhado	% Emp	LEI	LEI+CRED	Empenhado	% Emp
10475	Estrutura e Adequação Física e Tecnológica de Áreas Administrativas	3.825.000	3.837.952	2.607.079	67,9	2.000	2.000	-	-	3.827.000	3.839.952	2.607.079	67,9
10633	Ampliação e Qualificação da Rede de Ouvidorias em Saúde do Estado do Ceará	115.800	115.800	-	-	1.145.558	1.145.558	133.393	11,6	1.261.358	1.261.358	133.393	10,6
10641	Fortalecimento da Estrutura de Apoio Tecnológico	247.000	247.000	211.720	85,7	-	-	-	-	247.000	247.000	211.720	85,7
20622	Apoio Logístico a Promoção de Eventos em Benefícios da população	453.480	7.480	3.890	52,0	-	-	-	-	453.480	7.480	3.890	52,0
20355	Desenvolvimento do Sistema de Planejamento e Gestão no SUS				-	744.000	364.000	97.431	26,8	744.000	364.000	97.431	26,8
20952	Formação e Capacitação de Conselheiros				-	218.984	218.984	116.298	53,1	218.984	218.984	116.298	53,1
21325	Fortalecimento e Controle Social e Institucional do SUS	560.980	878.667	784.467	89,3	509.740	509.740	-	-	1.070.720	1.388.407	784.467	56,5
21327	Regulação, Avaliação, Auditoria e Controle do SUS	1.576.229	1.911.186	1.301.380	68,1	-	679.000	-	-	1.576.229	2.590.186	1.301.380	50,2
TOTAL GERAL		6.778.489	6.998.085	4.908.536	70,1	2.620.282	2.919.282	347.122	11,9	9.398.771	9.917.367	5.255.658	53,0

Programa: 888 - Gestão e Tecnologia da Informação

PROGRAMA		Tesouro do Estado				Outras Fontes				Total de Fontes			
		LEI	LEI+CRED	Empenhado	% Emp	LEI	LEI+CRED	Empenhado	% Emp	LEI	LEI+CRED	Empenhado	% Emp
60002	Aquisição de Bens e Serviços para Tecnologia da Informação - ESP	168.491	101.544	100.223	98,7	29.402	7.726	-	-	197.893	109.270	100.223	91,7
51210	Implantação e Estruturação de Bens e Serviços de Ti	4.752.017	4.944.242	1.848.689	37,4	1.515.200	1.709.200	607.701	35,6	6.267.217	6.653.442	2.456.390	36,9
TOTAL GERAL		4.920.508	5.045.786	1.948.912	38,6	1.544.602	1.716.926	607.701	35,4	6.465.110	6.762.712	2.556.613	37,8

Programa: 400 - Coordenação e Manutenção Geral

PROGRAMA		Tesouro do Estado				Outras Fontes				Total de Fontes			
		LEI	LEI+CRED	Empenhado	% Emp	LEI	LEI+CRED	Empenhado	% Emp	LEI	LEI+CRED	Empenhado	% Emp
10995	Reforço à Estruturação, Adequação Física e Tecnológica - ESP-CE	15.000	15.000	14.988	99,9	-	-	-	-	15.000	15.000	14.988	99,9
20796	Pagamento de Pessoal e Encargos Sociais - ESP-CE	351.067	351.067	290.052	82,6	-	-	-	-	351.067	351.067	290.052	82,6
25187	Pagamento de Despesas Administrativas de Natureza Obrigatória e Continuada	1.226.544	1.226.544	1.121.106	91,4	72.300	72.300	18.401	25,5	1.298.844	1.298.844	1.139.507	87,7
81198	Manutenção e Funcionamento de Ti - ESP-CE	690.793	690.793	469.364	67,9	6.600	6.600	5.400	81,8	697.393	697.393	474.764	68,1
21096	Restituir ao tesouro estadual pagamento dos bombeiros militares do projeto SAMU	-	-	-	-	890.137	890.137	-	-	890.137	890.137	-	-
20838	Pagamento de Pessoal e Encargos Sociais - FUNDES	37.285.344	56.423.038	53.469.716	94,8	3.345.980	7.120.980	6.040.342	84,8	40.631.324	63.544.018	59.510.058	93,7
25190	Pagamento de Despesas Administrativas da Natureza Obrigatória e Continuada	20.437.359	24.831.121	21.457.033	86,4	1.050.000	1.017.782	400.762	39,4	21.487.359	25.848.903	21.857.796	84,6
80002	Manutenção e Funcionamento de Ti - FUNDES	6.336.145	3.967.946	3.474.780	87,6	982.000	402.393	3.159	0,8	7.318.145	4.370.339	3.477.938	79,6
12031	Instalação do SAMU Regional Litoral Oeste / Itaipoca	1.000	1.000	-	-	-	-	-	-	1.000	1.000	-	-
20738	Pagamento de Pessoal e Encargos Sociais - SESA	225.243.988	333.271.388	327.236.289	98,2	-	-	-	-	225.243.988	333.271.388	327.236.289	98,2
20905	Pagamento dos Agentes Comunitários da Saúde	60.847.775	66.747.775	63.421.058	95,0	-	-	-	-	60.847.775	66.747.775	63.421.058	95,0
20953	Pagamento de Pessoal e Encargos Sociais - SAMU Leste	2.212.194	2.212.194	406.558	18,4	-	-	-	-	2.212.194	2.212.194	406.558	18,4
21471	Pagamento de Despesas Administrativas de Natureza Obrigatória e Continuada	3.000.000	3.605.000	3.507.567	97,3	-	-	-	-	3.000.000	3.605.000	3.507.567	97,3
22484	Concessão de Outros Benefícios Assistenciais	77.000	77.000	27.237	35,4	-	-	-	-	77.000	77.000	27.237	35,4
TOTAL GERAL		357.724.209	493.419.866	474.895.748	96,2	6.347.017	9.510.192	6.468.063	68,0	364.071.226	502.930.058	481.363.812	95,7

Programa: 596 - Gestão do Planejamento Estadual

PROGRAMA		Tesouro do Estado				Outras Fontes				Total de Fontes			
		LEI	LEI+CRED	Empenhado	% Emp	LEI	LEI+CRED	Empenhado	% Emp	LEI	LEI+CRED	Empenhado	% Emp
20752	Premiação dos municípios e organizações não governamentais	-	86.685	86.685	100,0	-	-	-	-	-	86.685	86.685	100,0
TOTAL GERAL		-	86.685	86.685	100,0	-	-	-	-	-	86.685	86.685	100,0

Programa: 067 - Desenvolvimento Educacional, científico e produção do conhecimento

PROGRAMA		Tesouro do Estado				Outras Fontes				Total de Fontes			
		LEI	LEI+CRED	Empenhado	% Emp	LEI	LEI+CRED	Empenhado	% Emp	LEI	LEI+CRED	Empenhado	% Emp
11701	Promoção e Divulgação do Conhecimento Científico	5.800	5.800	-	-	302.527	281.702	147.544	52,4	308.327	287.502	147.544	51,3
11706	Aperfeiçoamento das abordagens educacionais para as profissões de saúde	-	-	-	-	121.140	121.140	52.848	43,6	121.140	121.140	52.848	43,6
TOTAL GERAL		5.800	5.800	-	-	423.667	402.842	200.392	49,7	429.467	408.642	200.392	49,0

Programa: 071 - Desenvolvimento Educacional Permanente do SUS

PROGRAMA		Tesouro do Estado				Outras Fontes				Total de Fontes			
		LEI	LEI+CRED	Empenhado	% Emp	LEI	LEI+CRED	Empenhado	% Emp	LEI	LEI+CRED	Empenhado	% Emp
11710	Readequação Física e Tecnológica da ESP-CE ao Modelo de Gestão por Resultados	163.300	159.313	67.086	42,1	-	-	-	-	163.300	159.313	67.086	42,1
11713	Fortalecimento da Educação Profissional para o SUS	41.586	41.586	39.648	95,3	300.788	292.788	164.885	56,3	342.374	334.374	204.533	61,2
11714	Formação e Educação Permanente em Gestão de Sistemas e Serviços de Saúde	37.200	23.018	2.240	9,7	407.570	453.395	255.269	56,3	444.770	476.413	257.509	54,1
11715	Formação e Educação Permanente em Vigilância em Saúde	43.356	43.356	-	-	433.560	433.560	-	-	476.916	476.916	-	-
11716	Formação e Educação Permanente em Atenção à Saúde	60.001	60.001	31.564	52,6	301.179	442.855	360.576	81,4	361.180	502.856	392.140	78,0
20894	Residência Médica	5.200.000	6.753.648	6.572.592	97,3	-	-	-	-	5.200.000	6.753.648	6.572.592	97,3
TOTAL GERAL		5.545.443	7.080.922	6.713.130	94,8	1.443.097	1.622.598	780.730	48,1	6.988.540	8.703.520	7.493.860	86,1

Programa: 777 - Valorização do Servidor

PROGRAMA		Tesouro do Estado				Outras Fontes				Total de Fontes			
		LEI	LEI+CRED	Empenhado	% Emp	LEI	LEI+CRED	Empenhado	% Emp	LEI	LEI+CRED	Empenhado	% Emp
11707	Qualidade de Vida no Trabalho - Fundes	68.055	68.055	-	-	-	-	-	-	68.055	68.055	-	-
11855	Capacitação de Servidores Públicos - Formação Continuada, Qualificação e Requalificação	-	-	-	-	190.663	173.663	154.889	89,2	190.663	173.663	154.889	89,2
11857	Qualidade de Vida ESP-CE	-	-	-	-	10.837	10.837	-	-	10.837	10.837	-	-
11856	Capacitação de Servidores Públicos - Formação Continuada, Qualificação e Requalificação	200.000	200.000	-	-	-	-	-	-	200.000	200.000	-	-
TOTAL GERAL		268.055	268.055	-	-	201.500	184.500	154.889	84,0	469.555	452.555	154.889	34,2

TABELA – 12 – Execução Orçamentária da SESA, por Órgão, Unidade Orçamentária e Fonte de Recursos no ano de 2009.

	FUNTE DE RECURSOS												
SESA (ADM DIRETA)	217.705.705	293.713.652	282.096.622	38,6	-	-	-	-	-	217.705.705	293.713.652	282.096.622	28,0
ESP-CE	7.439.680	8.314.720	7.578.131	1,0	7.386.850	7.318.049	1.825.554	0,7	14.826.530	15.632.769	9.403.685	0,9	
COORDENADORIAS GABINETE E	191.713.984	235.230.017	188.348.790	25,8	336.586.489	340.409.067	150.955.809	54,4	528.300.473	575.639.084	339.304.599	33,7	
Sec. Executiva (SEXEC)	34.446.043	50.683.693	42.898.504	5,9	6.579.226	6.626.476	3.616.052	1,3	41.025.269	57.310.169	46.514.556	4,6	
Coord. Polít. e Aten. à Saúde (COPAS)	28.665.085	41.895.657	20.875.424	2,9	19.090.617	22.474.899	1.213.343	0,4	47.755.702	64.370.556	22.088.767	2,2	
Coord. Adm.-Financ. (COAFI)	26.732.076	27.956.378	23.664.512	3,2	47.456.000	49.356.000	4.747.816	1,7	74.188.076	77.312.378	28.412.329	2,8	
Coord. Reg., Cont., Aval. e Auditoria (CORAC)	1.384.800	5.077.710	2.322.615	0,3	112.645.129	108.258.225	31.849.281	11,5	114.029.929	113.335.935	34.171.896	3,4	
Coord. Gestão de Trab. e Educ. em Saúde (CGTES)	50.741.217	27.457.351	22.608.760	3,1	2.620.000	5.661.750	508.631	0,2	53.361.217	33.119.101	23.117.391	2,3	
Coord. das CRES (CORES)	1.535.863	1.393.186	1.229.329	0,2	2.000	2.000	-	-	1.537.863	1.395.186	1.229.329	0,1	
Coord. Assist. Farmac. (COASF)	40.587.100	72.456.671	66.991.046	9,2	129.119.517	129.119.517	96.626.672	34,8	169.706.617	201.576.188	163.617.718	16,2	
Coord. Prom. (COPROM)	7.621.800	8.309.372	7.758.599	1,1	19.074.000	18.910.200	12.394.013	4,5	26.695.800	27.219.572	20.152.612	20	
Coordenadorias Regionais	49.237.200	57.607.502	51.182.406	7,0	3.872.387	4.415.101	2.258.359	0,8	53.109.587	62.022.603	53.440.766	5,3	
1ª CRES - Fortaleza	4.169.453	9.576.359	7.266.430	1,0	183.500	263.500	160.449	0,1	4.352.953	9.839.859	7.426.880	0,7	
2ª CRES - Caucaia	2.379.559	2.407.200	2.291.002	0,3	209.000	229.000	91.269	0,0	2.588.559	2.636.200	2.382.270	0,2	
3ª CRES - Maracanaú	3.350.729	1.949.852	1.669.138	0,2	241.900	261.900	134.726	0,0	3.592.629	2.211.752	1.803.864	0,2	
4ª CRES - Baturité	2.101.634	2.866.419	2.719.969	0,4	114.500	147.100	81.291	0,0	2.216.134	3.013.519	2.801.259	0,3	
5ª CRES - Canindé	1.868.714	2.022.675	1.921.897	0,3	158.500	189.500	101.982	0,0	2.027.214	2.212.175	2.023.878	0,2	
6ª CRES - Itapipoca	1.842.615	2.111.300	1.964.513	0,3	166.000	186.000	73.647	0,0	2.008.615	2.297.300	2.038.161	0,2	
7ª CRES - Aracati	1.925.834	2.179.159	2.100.282	0,3	92.292	95.592	45.071	0,0	2.018.126	2.274.751	2.145.353	0,2	
8ª CRES - Quixadá	3.306.436	3.475.400	3.405.053	0,5	238.750	258.750	148.035	0,1	3.545.186	3.734.150	3.553.088	0,4	
9ª CRES - Russas	1.804.515	2.766.700	2.442.547	0,3	158.500	178.500	99.543	0,0	1.963.015	2.945.200	2.542.089	0,3	
10ª CRES - Limoeiro do Norte	1.996.984	2.055.150	1.950.677	0,3	191.000	220.000	145.139	0,1	2.187.984	2.275.150	2.095.816	0,2	
11ª CRES - Sobral	3.822.476	5.265.775	4.953.197	0,7	349.265	371.765	147.553	0,1	4.171.741	5.637.540	5.100.750	0,5	
12ª CRES - Acaraú	2.213.534	797.082	669.898	0,1	136.500	156.500	52.823	0,0	2.350.034	953.582	722.721	0,1	
13ª CRES - Tianguá	2.059.619	2.328.305	1.880.496	0,3	258.380	278.380	138.686	0,0	2.317.999	2.606.685	2.019.182	0,2	
14ª CRES - Tauá	1.787.515	1.448.500	1.255.892	0,2	125.500	161.882	88.888	0,0	1.913.015	1.610.382	1.344.780	0,1	
15ª CRES - Crateús	1.893.865	2.552.550	1.630.325	0,2	181.000	208.700	104.517	0,0	2.074.865	2.761.250	1.734.842	0,2	
16ª CRES - Camocim	1.992.715	1.566.400	1.348.710	0,2	128.500	143.400	76.882	0,0	2.121.215	1.709.800	1.425.592	0,1	

Recursos Patrimoniais

Planejamento de Compras

No ano de 2009, com a elevação do número de planejamentos de compras corporativas, consolidou-se o conceito de que tais compras teve um reflexo direto no resultado financeiro da instituição, pelas garantias de economia, agilidade, abrangência, segurança, impessoalidade e transparência, trazendo para a instituição os benefícios do relacionamento eletrônico: a melhor proposta, no menor tempo, ao mais baixo custo, ratificado inclusive pelos informes da Central de Licitações/PGE.

Controle Patrimonial

Em 2009 foi apresentado pela instituição um novo Software de Controle Patrimonial móveis, cuja ferramenta passou a facilitar o gerenciamento destes bens desde à aquisição, distribuição, avaliação de vida útil, depreciação até sua desincorporação.

Aumento do quadro de pessoal e formação de especialistas na área de Administração de Patrimônio Público, provendo-os de uma visão abrangente e atualizada da Administração.

No tocante aos Bens imóveis, esta Pasta encontra-se em fase de atendimento as solicitações do Setor de Patrimônio da SEPLAG através do SGBI – Sistema de Gestão de Bens Imóveis do Estado, gerido pela Secretaria de Planejamento do Estado.

Quadro de Pessoal

De acordo com os princípios constitucionais do SUS, a participação social, na gestão da saúde requer a mobilização e atuação contínua dos diferentes sujeitos e entre estes, os trabalhadores em saúde.

Neste sentido, no ano de 2008, um dos grandes destaques da gestão da SESA consubstanciou-se em esforços na capacitação permanente desses trabalhadores, fomentando oportunidades de progresso intelectual e de inserção de novas tecnologias nos ambientes de trabalho, independente do vínculo empregatício, reconhecendo-se que tanto entre servidores como nos serviços terceirizados, ocorre uma agregação gradativa de formação superior levando estas pessoas a oferecerem serviços de maior complexidade à SESA.

Para tanto, contou com 11.641 servidores do quadro, 2.296 servidores de outros órgãos cedidos à SESA, 2.907 serviços terceirizados e 13 cooperativas que através de 36 contratos realizaram 122.159 horas/mês de serviços contratados..

Os servidores do quadro estiveram distribuídos por categoria profissional, conforme Tabelas, abaixo:

Tabela 20 – Servidores de Nível Superior da Saúde, SESA. Ceará, 2008.

Cargo	Quantidade
Assistente Social	170
Biólogo	5
Cirurgião Dentista	459
Enfermeiro	706
Farmacêutico	213
Farmacêutico Bioquímico	5
Fisioterapeuta	196
Fonoaudiólogo	9
Médico	2008
Médico Veterinário	19
Nutricionista	53
Psicólogo	22
Sanitarista	6
Tecnólogo de Saneamento Ambiental	20
Terapeuta Ocupacional	48
Total	3948

Fonte: CGTES/ SESA

Tabela 21 – Servidores de Nível Superior da Administração, SESA. Ceará, 2008.

Cargo	Quantidade
Administrador	34
Administrador Hospitalar	5
Advogado	11
Arquiteto	1
Assistente Previdenciário	4
Bibliotecário	4
Contador	10
Economista	21
Economista Doméstico	6
Engenheiro Civil	1
Engenheiro Químico	1
Estatístico	3
Químico Industrial	1
Sociólogo	4
Técnico de Assuntos Educacionais	2
Técnico em Comunicação Social	3
Técnico em Orçamento	1
Técnico em Planejamento	3
Técnico em Turismo	1
Total	116

Fonte: CGTES/ SESA

Tabela 22 – Servidores de Nível Médio da Saúde, SESA. Ceará, 2008

Cargo	Quantidade
Atendente	9
Atendente de Consultório Dentário	28
Atendente de Enfermagem	637
Atendente Dental	331
Auxiliar de Consultório Dentário	36
Auxiliar de Enfermagem	1258
Auxiliar de Laboratório	2
Auxiliar de Nutrição e Dietética	8
Auxiliar de Patologia Clínica	286
Auxiliar de Reabilitação	4
Auxiliar de Traumatologia	6
Auxiliar Sanitário	59
Citotécnico	9
Inspetor Sanitário	3
Orientador de Saúde e Saneamento	448
Técnico de Enfermagem	786
Técnico de Laboratório de Análises Clínicas	161
Técnico de Anatomia e Necrópsia	15
Técnico em Higiene Dental	2
Técnico em Patologia Clínica	43
Técnico em Radiologia	101
Visitador Sanitário	196
Total	4419

Fonte: CGTES/ SESA

Tabela 23 – Servidores de Nível Médio da Administração, SESA. Ceará, 2008

Cargo	Quantidade
Agente de Administração	1200
Agente Social	1
Assistente de Administração	83
Auxiliar	578
Auxiliar	995
Contínuo	1
Copeiro	7
Costureiro	5
Cozinheiro	24
Datilográfico	13
Eletricista	2
Mecânico	1
Motorista	108
Oficial de Manutenção	15
Operador de Telecomunicações	1
Operador de Raio X	1
Servente	3
Técnico em Agropecuária	1
Técnico em Contabilidade	13
Técnico em Estatística	26
Telefonista	19
Trabalhador de Campo	4
Vigia	55
Total	3.158

Fonte: CGTES/ SESA

Os servidores cedidos de outros Órgãos para a SESA representaram 2.296 pessoas dimensionadas na Tabela 24, a seguir

Tabela 24 – Servidores de outros Órgãos cedidos à SESA, SESA. Ceará, 2008

Órgão	Quantidade
Assembleia Legislativa	4
Caixa Econômica Federal - CAIXA	1
Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE	2
Departamento de Edificações e Rodovias - DER	2
Empresa de Tecnologia da Informação do Ceará - ETICE	6
ETC	1
Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos - FUNCEME	1
Fundação Nacional de Saúde - FUNASA	1255
Fundação de Teleducação do Ceará - FUNTELC	1
Instituto do Desenvolvimento Agrário do Ceará – IDACE (SDA)	1
Instituto de Saúde dos Servidores do Ceará - ISSEC	1
Fundação Núcleo de Tecnologia Industrial - NUTEC	3
Ministério da Saúde (Ex- INAMPS)	954
Polícia Militar do Ceará - PMC	1
Prefeitura de Fortaleza	30
Secretaria da Ação Social - SAS	5
Secretaria da Cultura - SECULT	4
Secretaria de Educação - SEDUC	3
Secretaria da Fazenda - SEFAZ	1
Secretaria da Justiça e Cidadania - SEJUS	2
Secretaria Municipal da Saúde de Belém	2
Secretaria da Saúde do Rio Grande do Norte	1
Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS	4
Tribunal de Justiça do Estado - TJE	1
Universidade Federal do Ceará - UFC	7
Universidade Regional do Cariri - URCA	3
Total	2296

Fonte: NUINF/COAFI e CEGTES

No que se refere aos serviços terceirizados estiveram vinculados empresas, de Mão de obra Terceirizada desenvolvendo serviços de: almoxarife; auxiliar operacional de serviços diversos; ascensorista; auxiliar administrativo; auxiliar de manutenção; auxiliar de serviços gerais; bombeiro; chefe de manutenção; copeiro; costureira; cozinheiro; eletricista; jardineiro; manutenção; marceneiro; mobilizador social; motorista; motorista socorrista; operador de máquinas; operador de micro; pedreiro; pintor; secretaria; suporte operacional em *hardware* e *software*; supervisor; técnico de atendimento; telefonista; vigilante; visitador sanitário e zelador como atividades de apoio, além das funções de assessor técnico; gerente técnico; programador pleno e analista de sistema suporte e O&M assumidos por pessoas de graduação superior.

Quanto às horas trabalhadas em 2009 decorrentes dos 36 contratos com Cooperativas de Serviços em Saúde, devido à diversidade de serviços envolvidos, a Tabela 25 apresenta uma descrição detalhada dos mesmos.

Tabela 25 – Dimensionamento dos Contratos de Horas Trabalhados, por Cooperativa, SESA. Ceará, 2008

Nº	Cooperativa	Especialidade	Unidade	Nº Contrato	Carga horária mês contra tada/ 2008
1	COOPANEST	Médicos Anestesiologistas	HSJ	442/07	114
2	COOPANEST	Médicos Anestesiologistas	HGCC	443/07	23
3	COOPANEST	Médicos Anestesiologistas	HGF	444/07	3661
4	COOPANEST	Médicos Anestesiologistas	HIAS	445/07	2247
5	COOPANEST	Médicos Anestesiologistas	HM	446/07	1945
6	COOPED	Médicos Pediatras e Neonatologistas	HIAS	497/06	9755
7	COOPED	Médicos Pediatras e Neonatologistas	HGCC	1684/06	4332
8	COOPED	Médicos Pediatras e Neonatologistas	HGF	1760/06	2112
9	COOPED	Médicos Endocrinologistas Pediátricos	CIDH	1759/06	120
10	COOPEGO	Médicos Ginecologistas e Obstetras	HGCC	1907/06	3120
11	COOPEGO	Médicos Ginecologistas e Obstetras	HGF	1906/06	984
12	COOPCARDIO	Médicos Cirurgões Cardiovasculares e Torácicos	HIAS	057/08	986
13	COOPCARDIO	Médicos Cirurgões Cardiovasculares e Torácicos	HM	058/08	7795
14	HEMOCOOP	Médicos Hemodinamicistas	HM	812/08	1927
15	COMINT	Médicos Intensivistas	HGCC	1745/06	106
16	COMINT	Médicos Intensivistas	HSJ	1746/06	2373
17	COMINT	Médicos Intensivistas	HGF	1298/07	6477
18	COMINT	Médicos Intensivistas	HM	478/06	508
19	CEMERGE	Médicos Emergencistas - Hematologistas	HEMOCE	1720/05	5135
20	CEMERGE	Médicos Emergencistas - Clínicos	HGF	001/09	4396
21	CEMERGE	Médicos Emergencistas – Cardiologistas e Pneumologistas	HM	1777/06	165
22	CEMERGE	Médicos Emergencistas - Cardiologistas e Clínicos	CIDH	1776/06	937
23	COOCIRURGE	Médicos Cirurgões	HGF	1185/07	629
24	COOCIPA	Médicos Anatomocitopatologistas	SVO	282/07	160
25	COOCIPA	Médicos Anatomocitopatologistas	HIAS	765/06	1512
26	COOPED	Médicos Psiquiatras	HSMM	054/07	720
27	COOPNEURO	Médicos Neurocirurgões	HIAS	1908/06	
28	COOPEN	Enfermeiros, Técnicos e Auxiliares de Enfermagem	HEMOCE	1571/04	60640
29	COOPEN	Enfermeiros, Técnicos e Auxiliares de Enfermagem	HM	1572/04	
30	COOPEN	Enfermeiros, Técnicos e Auxiliares de Enfermagem	IPCC	1573/04	
31	COOPEN	Enfermeiros, Técnicos e Auxiliares de Enfermagem	HSMM	1574/04	
32	COOPEN	Enfermeiros, Técnicos e Auxiliares de Enfermagem	HGF	1575/04	
33	COOPEN	Enfermeiros, Técnicos e Auxiliares de Enfermagem	HGCC	1576/04	
34	COOPEN	Enfermeiros, Técnicos e Auxiliares de Enfermagem	HIAS	1577/04	
35	COOSAUDE	Técnicos e Auxiliares de Radiologia	HGF	276/05	
36	COOSAUDE	Técnicos e Auxiliares de Laboratório	HIAS	227/06	
Total					122159

Fonte: ASTUR/ SESA

Recursos Patrimoniais

No que se refere à análise da gestão patrimonial, o uso do Sistema Patrimonial de Bens Móveis possibilitou o crescimento detalhado do patrimônio mobiliário.

Este Sistema é um instrumento informatizado integrado, desenvolvido em tecnologia *Java Web*, com banco de dados *Oracle*, que pode ser acessado de qualquer computador, através de um navegador de Internet, que implementa a segurança de acesso as suas funcionalidades, baseado no Sistema de Gestão Usuário "GESTOR".

O avanço no conhecimento detalhado do patrimônio mobiliário deve-se, principalmente, as características inerentes ao Sistema como: origem; classificação do bem, identificado por grupo, classe, código do item; valor; localização; movimentações; termo de responsabilidade e relatórios emitidos.

Ademais, visando um aproveitamento de recursos, precisão, conforto e gerenciamento rigoroso dos bens, fator que faz o diferencial em uma boa gestão, houve o compromisso da SESA na implantação desse Sistema, garantindo que as metas programadas fossem atingidas.

Merece destacar que o Sistema encontra-se, em fase de implantação, numa parceria entre o NUPLAC – Patrimônio e o Núcleo de Informática da SESA e com previsão de adiantamento de sua implantação nas unidades uma vez que está, em andamento, as indicações dos técnicos para participarem da capacitação em cadastramento de bens móveis, o que possibilitará a implantação do Sistema, em todas as Unidades.

Em 2008, ainda ocorreram várias inclusões que não estão finalizadas, o que requer trabalhos paralelos, de forma manual, para garantir a velocidade e precisão no controle de bens móveis da SESA, os quais impossibilitaram o registro Pleno do quadro de recursos patrimoniais.

I GESTÃO POR RESULTADOS: OBJETIVOS, METAS, INDICADORES E AVALIAÇÃO

- a) Estratégica e plano de ação, destacando sua compatibilidade com as diretrizes, políticas e planos de governo, e os objetivos e metas físicas e financeiras estabelecidas nos programas, projetos e atividades.,**
- b) Avaliação do desempenho da execução dos programas, projetos e atividades, levando -se em consideração os resultados quantitativos e qualitativos alcançados e eficiência no cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos, esclarecimentos se o caso sobre as causas que inviabilizaram o pleno cumprimento, bem como as medidas implementadas com vistas a solução de eventuais disfunções estruturais que prejudicaram o desempenho esperado.**
- c) Indicadores de gestão e de desempenho utilizados para aferir a efetividade, eficiência, eficácia e economicidade dos programas e das ações, levando-se em conta os resultados quantitativos e qualitativos alcançados pelo órgão ou entidade .**

A gestão em 2009 se consolidou estabelecendo compromissos entre gestores que gerou um processo de monitoramento e avaliação da evolução dos indicadores subsidiados por formulários próprios de monitoramento de cada instrumento consolidado na Matriz de Gestão por Resultado - GPR, no Relatório de Desempenho Setorial – RDS e nas metas estruturantes do Plano Estadual de Saúde/2007 – 2010.

MATRIZ DE GESTÃO PÚBLICA POR RESULTADO - GPR

Eixo	Resultados Estratégicos de Governo	Resultados Estratégicos Setoriais	Indicadores de Resultados	Linha de Base Evolução	Programas Prioritários	Produtos	Indicadores de Produtos	Metas 2009
Sociedade Justa e Solidária	Saúde Descentralizada com Qualidade	População Mais Sadia	Número de Pessoas com Deficiência Assistidas pelos Serviços de Saúde do SUS	2006 (45.145) 2007 (51.853) 2008 (47.198) 2009 (33.595)	Atenção à Pessoa com Deficiência (074)	Rede de atenção à pessoa com deficiência reorganizada (9046)	Nº de Unidades de Atenção à Pessoa com Deficiência Integradas à Rede Estadual	35
						Órtese e prótese e tecnologia assistiva dispensada (9048)	Nº de Pessoas Beneficiadas com a Concessão de Órtese e Prótese	3.400
			Número de Pessoas Idosas Assistidas pelo SUS	2006 (...) 2007 (...) 2008 (761.913) 2009 (860.943)	Atendimento à Pessoa Idosa (076)	Município beneficiado com serviço de atenção à saúde do idoso (1206)	Nº de Municípios com Serviços de Atenção à Saúde do Idoso Implantados e Implementados	130
			Nº de Municípios com Acesso a Medicamentos da Assistência Farmacêutica Básica	2006 (184) 2007 (184) 2008 (184) 2009 (184)	Sistema Integral de Assistência Farmacêutica	Municípios pactuados com a Assistência Farmacêutica Básica	Nº de Municípios Cumprindo a Pactuação da Assistência Farmacêutica Básica	184
			Nº de Microrregiões de Saúde com Serviço de Assistência Farmacêutica de Alta Complexidade Descentralizado	2006 (4) 2007 (5) 2008 (6) 2009 (6)		Serviço de Assistência Farmacêutica de Alta Complexidade descentralizado	Nº de Microrregiões de Saúde com Serviço de Assistência Farmacêutica de Alta Complexidade Descentralizado	6
			Percentual de Transferências Reguladas para Macrorregiões	2006 (11,0 %) 2007 (44,0%) 2008 (50,4%) 2009 (50,93)	Fortalecimento da Atenção à Saúde nos Níveis Secundário e Terciário (535)	Hospital Pólo co-financiado pelo Tesouro do Estado	Nº de Hospitais Pólo Co-Financiados	32
			Número de Consultas Médicas Especializadas	2006 (1.945.077) 2007 (2.119.039) 2008 (2.105.042) 2009 (2.526.050)		Policlínicas construídas e equipadas	Nº de Policlínicas Implantadas	4
			Número de Exames Especializados	2006 (14.722.083) 2007 (15.404.793) 2008 (18.583.910) 2009 (19.095.542)		Serviço ambulatorial de média e alta complexidade realizado (1218)	Nº de Serviços Ambulatoriais de Média e Alta Complexidade em Funcionamento	802
			Número de Procedimentos Odontológicos Especializados Realizados	2006 (545.241) 2007 (633.621) 2008 (1.204.480) 2009 (1.680.701)		Centro Regional Especializado em Odontologia – CREO construído e equipado (9251)	Nº de Centros Regionais Especializados em Odontologia - CREO Construídos e Equipados	6

MATRIZ DE GESTÃO PÚBLICA POR RESULTADO - GPR

Eixo	Resultados Estratégicos de Governo	Resultados Estratégicos Setoriais	Indicadores de Resultados	Linha de Base / Evolução	Programas Prioritários	Produtos	Indicadores de Produtos	Metas 2009
Sociedade Justa e Solidária	Saúde Descentralizada com Qualidade	População Mais Sadia	Razão de Mortalidade Materna	2006 (66,6) 2007 (72,0) 2008 (71,4) 2009 (46,5)	Fortalecimento da Atenção Primária à Saúde (536)	Município com Sisprénatal implantado e alimentado regularmente (1308)	Nº de Municípios com Sisprénatal Implantado e Alimentado Regularmente	184
			Taxa de Mortalidade Infantil por 1.000 nascidos vivos	2006 (18,1) 2007 (16,1) 2008 (16,34) 2009 (15,3)		Município beneficiado com serviço de assistência ao adolescente (1207)	Taxa de Partos e Abortos na Adolescência	31,0
			População Coberta pelo Saúde da Família	2006 (65%) 2007 (65,4%) 2008 (67,94%) 2009 (70,9)		Município beneficiado com serviço de assistência à criança (1243)	Nº de Municípios Beneficiados com Serviços de Assistência à Criança	184
			Número de CRES com Gestão Efetivada	2006 (4) 2007(4) 2008 (4) 2009 (4)	Gestão, Controle Social e Institucional do SUS (553)	CRES com gestão orçamentária e financeira descentralizada (1233)	Nº de CRES com Gestão Orçamentária e Financeira Descentralizada	6
			Nº de Conselheiros de Saúde Capacitados no SUS	2006 (...) 2007 (1.131) 2008 (1.411) 2009 ()		Fórum regional de conselheiros de saúde instalado (5580)	Nº de Fóruns Regionais de Conselheiros de Saúde Instalados	5
						Conselheiros de saúde capacitados (5766)	Nº de Conselheiros de Saúde Capacitados	1.242
			Número de Municípios com Política de Gestão do Trabalho e Educação em Saúde Implantada e em Desenvolvimento	2006 (0) 2007 (0) 2008 (6) 2009 (27)	Gestão do Trabalho e Educação em Saúde (554)	Profissional de saúde especialista em saúde da família capacitado (7803)	Nº de Profissionais de Saúde Especialistas em Saúde da Família Capacitados	186
						Agente Comunitário de Saúde treinado (7802)	Nº de Agentes Comunitários de Saúde treinados	1.682
			Número de Exames de Saúde Pública Realizado	2006 (353.453) 2007 (584.151) 2008 (671.967) 2009 (823.459)	Vigilância em Saúde (559)	Laboratório de saúde pública ampliado/ reformado (2376)	Nº de Laboratórios Ampliados/ Reformados	4
						Laboratórios em funcionamento	Nº de Laboratórios em Funcionamento	6
Taxa de Internação por Diarréia em Menores de 5 anos	2006 (19,8) 2007 (15,6) 2008 (13,6) 2009 (10,3)	Exame de controle da qualidade da água para consumo humano realizado (1228)	Nº de Exames de Controle da Qualidade da Água para Consumo Humano Realizados	24.500				

(...) Sem informação disponível

(*) SIM -Sistema de Informação de Mortalidade não concluído para 2009

(**) Dados parciais

RELATÓRIO DE DESEMPENHO SETORIAL – RDS
Janeiro a Dezembro de 2009

Secretaria da Saúde - SESA

I. EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DE RESULTADOS SETORIAIS

Resultados Setoriais / Indicadores	Ano Base 2006	2007	2008	2009	Var. (%) 2009/2006
SESA					
1. População Mais Sadia					
Número de Pessoas com Deficiência Assistidas pelos Serviços de Saúde do SUS com Órtese e Prótese.	45.145	51.853	47.198	33595	
Número de Pessoas Idosas Assistidas pelo SUS	(...)	(...)	642.018	703.944	-
Número de Pessoas beneficiadas com assistência farmacêutica	(...)	(...)	(...)	6.060.397	-
Percentual de Transferência de pacientes regulados pela CRESUS	11,0	44,0	50,4	50,93	363,00
Número de Consultas Médicas Especializadas	1.945.077	2.119.039	2.105.042	2.526.050	31,31
Número de exames especializados	14.722.083	15.404.793	18.583.910	19.095.542	22,90
Número de Procedimentos Odontológicos Especializados Realizados	545.241	633.621	1.204.480	1.680.701	208,25
Razão da Mortalidade Materna por 100 mil nascidos vivos	66,6	72,0	71,4	46,5 (1)	- 30,18
Taxa de Mortalidade Infantil por mil nascidos vivos	18,1	16,1	16,34	15,3 (2)	-15,47
População coberta pelo Programa Saúde da Família (%)	65,0	65,4	67,94	70,9	9,00
Número de CRES com gestão efetivada	4	4	4	4	0,00
Número de internações, consultas e exames regulados	72.163	142.884	217.073	236.254	227,39
Número de Municípios com Política de Gestão do Trabalho e Educação em Saúde Implantada e em Desenvolvimento	0	0	06	27	-
Número de Exames de Saúde Pública realizado	353.453	584.151	671.967	823.459	132,98
Taxa de internação por diarreia em menores de 5 anos.	19,8	15,6	13,6	10,3 (3)	- 47,98

(1) Dados de 2009 sujeitos à revisão. **FONTE:** NUVEP/NUIAS/SES

(2) Taxa de Mortalidade Infantil - Dados parciais utilizados em 26/01/2010, dos óbitos e nascidos vivos para o cálculo da Razão da Mortalidade Materna – RMM em 2008 e 2009. **FONTE:** SIM/SINASC/SESA -Cálculo de variação 2006/2009 (%) = $\frac{\text{Ano base 2006} - \text{ano 2009 (valor)}}{\text{ano base 2006 (valor)}} \times 100$

(3) Dados parciais atualizados em 26/01/2010, dos registros de internação em menores de 5 anos do Monitoramento das Doenças Diarréicas Agudas – MDDA. **Fonte:** NUVEP/NUIAS/SESA.

Análise dos Indicadores do Resultado

Número de Pessoas com Deficiência Assistidas pelos Serviços de Saúde do SUS com Órtese e Prótese.

As pessoas são assistidas através dos serviços municipais de saúde que integram o Sistema Único de Saúde – SUS, com recursos federais e pela SESA através de recursos do Tesouro do Estado.

Número de Pessoas Idosas Assistidas pelo SUS

Os números de Pessoas Idosas assistidas em 2008 (542.018) e 2009 (703.944) correspondem aos Idosos residentes no Estado que foram assistidos com a administração da dose de vacina contra Influenza, o que representam uma cobertura populacional de 86,4% e 87,3% respectivamente, este dado diz respeito a registro e análise de pessoas idosas e vacinadas.

Número de Pessoas Beneficiadas com Assistência Farmacêutica

A análise para esse indicador do resultado setorial tem como base o ano de 2006 e leva em consideração os três níveis de atenção à saúde (básica, secundária e terciária). Na Atenção Básica como o financiamento é *per capita* e de responsabilidade da união, estado e município, considera-se que a cobertura populacional foi de 100%, correspondendo a totalidade de habitantes no estado. Contudo, no período houve variações na disponibilidade dos medicamentos nas centrais municipais de 60% em 2006 para cerca de 90% em 2009. Essa variação reflete o resultado da compra centralizada de medicamentos básicos pela SESA, o que propiciou a diminuição da inadimplência dos municípios e ampliou a cobertura assistencial, o elenco e o acesso da população aos medicamentos básicos.

Na Atenção Secundária 141 dos 184 municípios pactuaram a política de financiamento o que repercutiu em um total de 90,9% de cobertura populacional, ou seja, 7.503.810 pessoas beneficiadas.

Já na alta complexidade, Atenção Terciária, o número de pessoas beneficiadas com medicamentos excepcionais foi crescente: 25.000 (2006), 27.000 (2007), 28.500 (2008) e 30.000 (2009), observando-se, portanto, na variação do período, um acréscimo de 20%, considerando 2009 em relação a 2006. Neste nível de atenção concentra maior aporte de recursos financeiros nisto que atende a clientela com medicamento, em geral, de alto custo e de uso contínuo.

Percentual de Transferência de Pacientes Regulados pela CRESUS

Este indicador de resultado vem apresentando uma tendência crescente no funcionamento das centrais de regulação, implantadas nas 21 Coordenadorias Regionais de Saúde – CRES.

O resultado em 2009 de 50,93%, demonstra inclusive as transferências no sistema microrregional, significando que o modelo assistencial neste nível, está cada vez mais capaz de ofertar serviços com resolutividade para população.

Número de Consultas Médicas Especializadas

Com o acesso da população aos serviços de saúde, garantido pelo fortalecimento da atenção nos níveis secundários e terciários, evidenciou-se um incremento no número de consultas médicas e exames especializados.

Considerando o custo elevado para a operacionalização e manutenção da Rede de Atenção Secundária e Terciária, especificamente dos Hospitais Pólo, a insuficiência de recursos federais, o Governo do Estado vem co-financiando, desde o ano de 2003, pagamento de médicos especialistas e custeio das unidades. Com o resultado positivo deste programa, houve um aumento no número de unidades hospitalares conveniadas. A partir do ano de 2006, esta política foi fortalecida pelo incremento também, na área tecnológica.

A ampliação dos investimentos (recursos humanos e tecnológicos) vem propiciando a população uma maior e melhor qualidade na assistência à saúde, tornando o sistema mais resolutivo, mostrado pelo aumento de 31,31% no número de consultas médicas especializadas; passando de 1.945.077 no ano de 2006 para 2.554.263 no ano de 2009; bem como, no número de exames especializados, que passou de 14.722.083 no ano de 2006 para 19.095.542 no ano de 2009, com variação de 22,90%.

Número de Exames Especializados

O incremento de 22,90% reflete um aumento na capacidade de oferta e atendimento do sistema público de saúde do Estado, como também a melhoria do acesso da população aos serviços de saúde. Este resultado na área de interesse da saúde pública, além de subsidiar a vigilância em saúde, também concorre para o resultado setorial que é uma população mais sadia.

Número de Procedimentos Odontológicos Especializados Realizados

Este indicador de resultado vem apresentando uma variação positiva de 208,25%, considerando o número de procedimentos realizados no período 2006/2009. A descentralização desse serviço para municípios e sistemas microrregionais de saúde com a implantação de 69 Centros de Especialidades Odontológicas, destes 9 CEO's microrregionais (São Gonçalo, Tauá, Iguatu, Aracati, Crato, Sobral, Joaquim Távora, Rodolfo Teófilo e Ceo Centro localizados em Fortaleza e 60 municipais, foi crescente, visto que neste mesmo período houve a implantação de novas Equipes de Saúde da Família-PSF e o cadastramento de 1.587 equipes de saúde bucal em 2009, apresentando uma expansão de 294 equipes o que representa um incremento de 18,52% em relação 2008, reforçando o sistema de referência já que os usuários do SUS são referenciados a partir destas equipes para os serviços especializados.

Razão da Mortalidade Materna por 100 mil Nascidos Vivos

Analisando-se o período de 2006 a 2009, constata-se que a Razão da Mortalidade Materna (RMM) aumentou em 2007, explicada pela área técnica como decorrente da implementação da vigilância do óbito materno/Comitês de Prevenção da Mortalidade Materna no referido ano. A partir de 2008, observa-se uma tendência a redução, embora a RMM continue elevada para os parâmetros da OMS (RMM <20 baixa; de 20 a 49 média; de 50 a 149 alta e >150 muito alta) e predominem as causas evitáveis de óbitos maternos.

Taxa de Mortalidade Infantil por mil Nascidos Vivos

A Taxa de Mortalidade Infantil-TMI mantém a tendência de declínio no Ceará considerando o período 2006/2009, com redução importante da mortalidade pós-neonatal ocorrida entre 28 dias a 11 meses e 29 dias de idade, particularmente as causadas por pneumonia e diarreia, nessa faixa de idade em que predominam as causas perinatais.

População coberta pelo Programa Saúde da Família (%)

Este indicador de resultado apresenta uma tendência crescente, cuja variação positiva foi de 9,0% no período 2006/2009, considerando os anos extremos da série. Este fator positivo é resultante do desenvolvimento de algumas atividades, dentre elas, a expansão da estratégia saúde da família com o cadastramento de 2.121 equipes em 2009, passando de uma cobertura de 65% para 70% da população.

A realização de cursos, oficinas, seminários, encontros, reuniões técnicas no âmbito estadual, sistema microrregional de saúde e nos municípios, para gestores e profissionais, tem sido de grande importância, refletindo na melhoria de atenção básica, assegurando as referências para outros níveis de atenção.

Outros fatores importantes foram a realização de obras e aquisição de equipamentos para a rede básica financiados com recursos do Programa de Cooperação Federativa – PCF, da fonte do Tesouro do Estado e recursos de incentivos para a construção, reforma e equipamento Unidades Básicas de Saúde - UBS, conforme Plano Nacional de UBS, para equipes de saúde da família apresentado na Portaria GM nº 226 de 23 de setembro de 2009.

Número de Coordenadorias Regionais de Saúde com Gestão Efetivada - CRES

As Coordenadorias Regionais de Saúde - CRES com Gestão Orçamentária e Financeira descentralizada, logo em 2006 alcançaram 66,7% da meta programada, permanecendo sem evolução até o momento, considerando as dificuldades operacionais principalmente na deficiência de recursos humanos para descentralizar a Gestão Financeira, qualificar para a função, dotar as CRES de infraestrutura física e tecnológica, necessárias à implantação de sistemas descentralizados de execução orçamentária e financeira.

Número de internações, consultas e Exames Regulados

O aumento do número de transferências hospitalares (internações) e agendamentos ambulatoriais (consultas e exames) regulados pelas Centrais Estaduais de Regulação das 21 Microrregionais (com funcionamento de segunda a sexta-feira) e das 3 Macrorregionais (com funcionamento 24 horas, com médico regulador) evidencia adesão crescente a este importante instrumento de gestão pelos gestores dos 184 municípios através do Módulo de Centrais de Agendamento e pelas 336 Unidades hospitalares e ambulatoriais de referência, utilizando os Módulos Hospitalares e Web do sistema.

Estes dados qualificam o Estado no papel de responsável pela regulação das referências intermunicipais, conforme Pacto de Gestão.

Número de Municípios com Política de Gestão do Trabalho e Educação em Saúde Implantada e em Desenvolvimento

Este resultado apresenta um crescimento de 350,0%, considerando o número de municípios (2008-6 e 2009 -27) com adesão ao Programa de Qualificação da Gestão do Trabalho e Educação em Saúde.

A política de Gestão do Trabalho e Educação em Saúde inicia-se na SESA com criação da Coordenadoria de Gestão do Trabalho e de Educação em Saúde, em 2007, estabelecendo diretrizes políticas na área de Gestão do Trabalho coerente com o Pacto pela Saúde firmado pelo Estado do Ceará e pelos 33 municípios que aderiram a partir de 2008 ao Programa de Qualificação de Gestão do Trabalho e de Educação na Saúde – PROGESUS.

O PROGESUS no Ceará tem sido implantado atendendo aos editais do Ministério da Saúde e que os municípios ao aderir a convocação ficam comprometidos a criar a política de Gestão do Trabalho e Educação no âmbito dos municípios alimenta o Sistema de Informação do Trabalho – SISTRABALHOSUS, em momento de construção. Inicialmente os editais pactuados contemplam municípios com mais de 1.000 trabalhadores públicos na Saúde e posteriormente(2009) com mais de 500 trabalhadores públicos na Saúde.O papel da SESA é compartilhar com os municípios na implantação da Política de Gestão do Trabalho, formar os trabalhadores, ofertar instrumentos técnicos para planejamento e força de trabalho na Saúde.

Municípios com 1.000 trabalhadores públicos na Saúde que aderiram ao PROGESUS – 2008, (6 municípios)

Municípios com mais de 500 trabalhadores públicos de Saúde - PROGESUS – 2009 (27 municípios).

Número de Exames de Saúde Pública Realizado

Observa-se um incremento na realização de exames de saúde pública no período de 2006 a 2009 devido à melhoria do acesso em decorrência dos investimentos realizados (R\$ 3.650.000,00), possibilitando a descentralização das análises para os cinco Laboratórios Regionais (Tauá, Icó, Juazeiro do Norte, Crato e Senador Pompeu) que compõem a Rede de Laboratórios Centrais- LACEN, juntamente com o LACEN em Fortaleza.

Em 2009, foram realizados 823.459 exames, destes, 235.869 a TB Hanseníase, 205.206 referente a água e 189.497 referente a HIV – Dengue, destaca-se também que em 2009, 2.300 pessoas fizeram exames de DNA.

Aumento significativo no envio de amostras de água para análise, devido à ação proativa de monitoramento pelo LACEN, ao enviar mensalmente para o COPROM, CRES e municípios, as planilhas com o demonstrativo das metas pactuadas pelo Programa Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental Relacionada à Qualidades da Água para Consumo Humano (VIGIÁGUA) e as realizadas, possibilitando que às secretarias municipais desenvolvem ações no sentido de cumpri-las.

A Integração entre o LACEN, CRES e os diversos Núcleos vinculados ao COPROM, contribuiu para o alcance dos resultados.

Taxa de internação por Diarréia em Menores de 5 Anos.

No período de 2006 a 2009 ocorreu um decréscimo significativo, de 48,0% na taxa de internação por diarréia. A taxa de internação por diarréia é um indicador sensível a diversas ações preventivas e curativas básicas. Estima-se que diversos fatores contribuíram para a prevenção e controle desse agravo, evitando ou diminuindo as internações, como: incremento da prática da terapia e reidratação oral; a introdução da vacina contra rato vírus no calendário básico infantil a partir de 2006 e o aumento das diversas coberturas vacinais; o estímulo e conseqüente elevação da prevalência das crianças em aleitamento materno; o aumento do acesso a rede de abastecimento de água e esgoto (ao saneamento básico); a administração da suplementação periódica e regular das crianças de 6 a 59 meses de idade, com megadose de vitamina A; a melhoria geral das condições de vida, da segurança alimentar e nutricional e do grau de instrução das mulheres; ampliação do acesso aos serviços de saúde e ampliação da cobertura da Estratégia da Saúde da Família.

PLANO ESTADUAL DE SAÚDE / 2007-2010

METAS ESTRUTURANTES

Reduzir em 50% a Razão da Mortalidade Materna, passando de 70,7 óbitos por 100.000 nascidos vivos em 2006 para 35,4 óbitos por 100.000 nascidos vivos até 2010.

Tabela 1- Número de óbitos maternos e RMM. Ceará, 2006 - 2009

Ano	Nº de óbitos	RMM	% de variação
2006	90	66,0	...
2007	94	70,4	5,6
2008	86	65,7	-6,7
2009	64	50,0	-23

Fonte: MS/ DATASUS – SESA/ COMPROM/ NUIAS – SIM; SINASC
Comitê Estadual de Redução da Mortalidade Materna

Em 2007, a redução da mortalidade materna foi destacada como uma das prioridades de governo, que adotou como estratégia “ O Pacto Cearense pela Redução da Mortalidade Materna e Humanização do Pacto do Nascimento “ e o relançou em 28 de maio, com a sociedade civil organizada e gestores públicos. As ações programadas foram: planejamento familiar, incluindo a presença de profissionais qualificados na hora do parto.

Observa-se uma redução do número absoluto de óbitos maternos, no entanto a RMM continua elevada. Os dados de 2008 e 2009.

Reduzir em 12% a Taxa de Mortalidade Infantil, passando de 17,8 óbitos por 1.000 nascidos vivos em 2006 para 15,7 óbitos por 1.000 nascidos vivos até 2010.

Tabela 2 - Número de óbitos de < 1 ano e Taxa de Mortalidade Infantil. Ceará, 2006 a 2008.

Ano	Nº de óbitos	TMI (*)	% de variação
2006	2.443	18,1	...
2007	2.167	16,2	-10,5
2008	2.043	15,6	-3,7
2009	1.966	15,3	-1,9

Fonte: MS/ DATASUS – SESA/ COPROM/ NUIAS – SIM
(*) Dados sujeitos à variação

A redução da mortalidade infantil vem sendo observada, embora a redução de 2007 para 2008 tenha sido apenas de 1,9%. Esses óbitos concentram-se no período próximo ao nascimento, demandando atenção para as mortes perinatais e proporcionando a integração dos esforços em obstetrícia e neonatologia para efetivamente enfrentar essa QUESTÃO. A TMI de 2009 é parcial, pois o banco de dados continua recebendo informações principalmente de nascidos vivos, com provável redução da taxa.

Aumentar a detecção precoce do Câncer de mama, reduzindo em 10% o percentual de casos com estadiamento registrado III e IV, passando de 47,6% em 2006 para 42,8% até 2010.

A detecção do câncer de mama em fase mais tardia da doença vem diminuindo a partir de 2007, embora com redução de 6,8% de 2006 para 2007 e de 3,8% de 2007 para 2008. Os dados de 2009 não estão disponíveis, pois um ano após o término do tratamento é que o sistema de informação é alimentado.

Aumentar a detecção precoce do Câncer de colo de útero, reduzindo em 10% o percentual de casos com estadiamento registrado III e IV, passando de 31,9% em 2006 para 28,7% até 2010.

A detecção do câncer de colo de útero, em fase mais tardia da doença, tem sido menor que o câncer de mama, com redução e 6,7% de 2006 para 2007 mas, constatou-se aumento de 2007 para 2008. Os dados de 2009 não estão disponíveis, pois um ano após o término do tratamento é que o sistema de informação é alimentado.

Aumentar a detecção precoce do Câncer de próstata, reduzindo em 10% o percentual de casos com estadiamento registrado III e IV, passando de 75,7% em 2006 para 68,1% até 2010.

A detecção do câncer de colo de útero, em fase mais tardia da doença, supera os cânceres no sexo feminino mama e próstata, com mais de 60% de detecção da doença em fase mais avançada. Consta-se melhoria na detecção de 2006 para 2007 de 9,2% e de 2007 para 2008 de 1,7%. Os dados de 2009 não estão disponíveis, pois um ano após o término do tratamento é que o sistema de informação é alimentado.

Reduzir em 20% a Taxa de Gravidez na Adolescência, passando de 32,3 por 1.000 hab. em 2006 para 25,8 por 1.000 hab até 2010.

Tabela 3. Número e taxa de partos e abortamentos em adolescentes (10 a 19 anos). Ceará, 2006 a 2008.

Ano	Nº de partos/abortamentos em adolescentes	Taxa de partos/ abortamentos/1.000 adolescentes	% de variação
2006	30.073	32,4	...
2007	29.467	35,4	9,3
2008	27.228	33,0	
2009	25.432	31,1	-5,3

Fonte: MS/ DATASUS – SIH; Nota: Taxa por 1.000 adolescentes

Observa-se um aumento da gravidez na adolescência de 5,3% de 2006 para 2007 com redução de 8,5% de 2007 para 2008. Em 2009, 23% dos partos foram em adolescentes.

Reduzir em 10% a Taxa de Mortalidade por causas externas (acidente de trânsito, homicídio e suicídio) passando de 63,5 por 100.000 hab em 2006 para 57,1 por 100.000 habitantes até 2010.

Tabela 4 - Número e Taxa de mortalidade (p/100.000 hab) por causas externas. Ceará, 2006 a 2008.

Ano	Nº de óbitos	Taxa de mortalidade (p/100.000 hab) por causas externas	% de variação
2006	5.268	64,1	...
2007	5.647	67,7	5,6
2008	5.455	64,5	-4,7
2009	5.104	59,7	-7,4

Fonte: MS/ DATASUS – SESA/ COPROM/ NUJAS – SIM

As iniciativas do setor saúde para a redução da mortalidade por causas externas foi a implantação de ações recomendadas através da Política Nacional de redução de Morbimortalidade por Acidentes e Violências e do Programa Saúde da família e Política de Promoção. Entre as ações destacam-se:

Implantação de núcleos de prevenção da violência e Promoção da Saúde em 36 municípios; realização de seminários macrorregionais de promoção da saúde e prevenção da violência na estratégia saúde da família; realização de capacitações envolvendo profissionais de saúde, educação e ação social para identificação de situações de risco à violência nos grupos mais vulneráveis e notificação; desenvolvimento de trabalho conjunto com os setores de trânsito, educação e saúde para prevenção de acidentes de trânsito e promoção da saúde em Fortaleza.

Erradicar o Sarampo até 2010.**Tabela 5 - Número de casos de Sarampo. Ceará, 1997 a 2008.**

Doença Sarampo	Ano												
	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Nº de Casos	724	24	8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SESA/ COPROM/ NUIAS – SINAN

Eliminar a Raiva Humana; Tétano Neonatal; Rubéola e Síndrome da Rubéola Congênita; Meningite por *Haemophilus influenzae* B; e a Influenza até 2010.**Tabela 6 - Número de casos de algumas doenças transmissíveis, objeto de eliminação. Ceará, 1997 a 2008.**

Doenças	Anos												
	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Raiva Humana	4	3	1	1	1	7	7	-	1	-	-	1	-
Tétano neonatal	11	9	3	1	-	2	1	-	1	-	-	-	-
Rubéola	407	121	533	323	417	21	1	2	-	12	342	101	-
Síndrome da Rubéola Congênita	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-
Meningite por <i>Haemophilus influenzae</i> B	86	48	48	21	16	8	9	6	5	5	2	4	6

Fonte: SESA / COPROM/ NUIAS – SINAN

Controlar o Dengue, Tuberculose, Hanseníase, AIDS, Doenças Diarréicas, Hepatite B e a Doença Meningocócica até 2010.**Tabela 7 – Número de casos e taxa de algumas doenças transmissíveis, objeto de controle. Ceará, 1997 a 2008.**

Doença	Anos												
	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	
Dengue	Nº 1.264	3.581	9.757	13.645	34.390	16.465	23.796	3.094	22.817	25.569	25.026	44.244	
Taxa	18	51	137	184	456	215	307	39	282	311	300	524	
Tuberculose	Nº 3.983	4.209	3.999	3.638	3.655	3.630	3.998	3.928	4.085	3.628	3.567	3.681	
Taxa	58	60	56	49	47	47	52	50	50	44	43	44	
Hanseníase	Nº 2.558	2.749	2.276	2.217	2.600	2.486	2.899	2.685	2.750	2.414	2.550	2.551	

nias
e

Taxa 37,0 39,2 32,0 29,8 34,4 34,4 32,5 37,4 34,2 34,0 30,6 30,2

AID Nº 447 554 568 568 586 612 688 757 641 531 559 493
S

Taxa 6,5 7,9 8,0 7,6 7,8 8,0 8,9 9,6 7,9 6,5 6,7 5,8

Hep Nº 378 329 191 99 75 176 138 174 335 193 141 135
ati te
B

Taxa 5,5 4,7 2,7 1,3 1,0 2,3 1,8 2,2 4,1 2,3 1,7 1,6

Doe Nº 193 145 144 180 130 103 109 115 83 64 53 67
nça
meni
n
gocó
ci
ca

Taxa 2,8 2,1 2,0 2,4 1,7 1,3 1,4 1,5 1,0 0,8 0,6 0,8

Fonte: SESA/ COMPROM/ NUIAS — SINAN
DENGUE/ NUVEP/ SESA

Tabela 8 - Número de casos de doenças diarréicas agudas. Ceará, 1997 a 2008.

Nº de casos de Doença diarréica	Anos										
	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
	334.462	243.605	197.919	257.214	257.527	242.964	256.304	370.065	230.073	236.372	

Fonte: SESA/ COPROM/ NUVEP – MDDA

Reduzir em 2% a Taxa de Letalidade de Leishmaniose visceral, passando de 4,1% em 2006 para 4,02% até 2010.

Tabela 9 – Número de casos, óbitos e Taxa de Letalidade por Leishmaniose visceral. Ceará, 2006

Anos	Nº de casos	Nº de óbitos	Taxa de Letalidade
2006	750	32	4,3
2007	701	28	4,0
2008	557	30	4,5
2009	644	32	5,0

Fonte: SESA/ COPROM/ NUIAS – SINAN, SIME

Reduzir em 76,5% a Taxa de Letalidade por Febre Hemorrágica do Dengue, passando de 8,5% em 2006 para 2,0% até 2010.

Tabela 10 – Número de casos, óbitos e Taxa de Letalidade por Febre Hemorrágica do Dengue. Ceará, 2006 a 2008

Anos	Nº de casos	Nº de óbitos	Taxa de Letalidade
2006	172	15	8,7
2007	300	12	4,0
2008	448	23	5,1
2009	26	9	34,4

Fonte: SESA/ COPROM/ NUIAS – SINAN e SIM

Reduzir em 3% a Taxa de Mortalidade por AVC na população de 40 anos e mais, passando de 18,97 óbitos para 10.000 habitantes em 2006 para 18,4 óbitos para 10.000 habitantes até 2010.

Tabela 11 – Nº de óbitos e Taxa de Mortalidade (p/ 100.000) por AVC na população de 40 anos e mais. Ceará, 2008.

Anos	Nº de óbitos	Taxa de Mortalidade	% de variação
2006	4.128	20,17	...
2007	4.161	18,14	-9,8
2008	4.161	17,62	-1,9
2009	3.973	16,38	?

Fonte: MS/ DATASUS – SESA/COPROM/NUIAS – SIM

A meta de redução da mortalidade por AVC tende a ser cumprida, considerando-se a redução ocorrida de 2006 para 2007 (10,0%) e de 2007 para 2008 (3%) e a implantação da unidade de AVC no hospital Geral de Fortaleza desde novembro de 2009. A unidade conta com vinte leitos para atendimento exclusivo de pacientes com AVC. A taxa de mortalidade para o cálculo da meta proposta foi alterada de 18,97 para 20,17 óbitos por 10.000 hab. Com a recuperação de óbitos com causas mal definidas realizada em 2007 retroativa ao ano de 2006.

Reduzir em 15% a necessidade de tratamento endodôntico, passando de 283.200 dentes em 2006 para 240.720 dentes até 2010.

No sentido de impactar, positivamente, na redução do contingente de necessidades de tratamento endodôntico foram produzidos 123.085 procedimentos endodônticos incluindo desde o acesso a polpa dentária e medicação até o selamento de perfuração radicular em dentes unirradicular, birradicular e trirradicular, totalizando um valor de R\$ 296.966,66.

Ampliar em 81% os Fóruns Microrregionais de Conselheiros de Saúde, passando de 3 em 2006 para 21 até 2010.

Com a implantação de 11 Fóruns Microrregionais de Conselheiros em 2008, esta meta atingiu 52,38%.

Dentre algumas atividades menciona-se a realização de 22 reuniões que contaram com a presença de 968 participantes e tiveram como resultado a atualização do diagnóstico de 88 Conselhos Municipais de Saúde correspondentes a 10 Microrregiões de Saúde.

Implementar em 100% a capacitação de Conselheiros de Saúde até 2010.

Foram capacitados 2.598 Conselheiros de Saúde até 2008 atingindo 52,33% da meta programada sendo 1.233 capacitados em 2007 e 1.365 em 2008.

Implantar o Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) da SESA em consonância com os objetivos estratégicos estabelecidos no Plano de Governo até 2010.

Elaboração e apresentação do projeto do Plano de Cargos, Carreiras e Salários – PCCS como também a criação de um Grupo de Trabalho para acompanhamento das negociações.

Participação da SESA em audiências públicas para sensibilizar os membros da Assembléia Legislativa sobre a relevância e repercussão para os trabalhadores da saúde.

Ademais, todas as negociações e atividades em torno da proposta do PCCS tiveram acompanhamento da Mesa Permanente de Negociação do SUS.

Objetivos/ Programas de Governo da Saúde

Citando o Plano Estadual de Saúde 2007-2010, para realização do monitoramento e avaliação foi considerada a capacidade de alcance dos objetivos e dos parâmetros apresentados nas metas.

Em 2008, o alcance desses compromissos e resultados se constituíram no referencial para definição das prioridades da Programação Operativa Anual.

Estruturada por Programas Finalísticos de Governo da Saúde, essa Programação agrupa ações e tem função de operacionalizar projetos e atividades com físico e financeiro definidos, em conformidade, com as prioridades de saúde, daí, sua convergência com os objetivos e metas do Plano.

Avaliando a correspondência do alcance das ações e metas com os objetivos do Plano, e por ser o programa, unidade central de gestão da Programação Operativa Anual, fez-se uma relação dos objetivos do Plano de Saúde com os Programas Finalísticos de Governo da Saúde da Programação Operativa Anual – POA.

Tabela 21 – Correlação entre os objetivos do Plano de Saúde e os Programas Finalísticos da POA - 2008. Ceará, 2008

Objetivos do Plano de Saúde

Programas Finalísticos da POA 2008

Efetivar o atendimento com resolutividade na média e alta Fortalecimento da Atenção à Saúde nos Níveis Secundário e

complexidade nas Macrorregiões de Saúde do Estado. Estruturar o Sistema Estadual de Urgência e Emergência Garantir as ações e serviços de saúde com resolutividade no nível secundário em todas as Microrregiões de Saúde	Terciário. Atenção à Pessoa com Deficiência. Atendimento à Pessoa Idosa.
Estimular a expansão e a efetivação da Atenção Básica em Saúde	Fortalecimento e Expansão da Atenção à Saúde no Nível Primário
Efetivar a Política de Gestão do Trabalho e Educação Permanente em Saúde	Gestão do trabalho e Educação em saúde
Implementar Práticas de Gestão Participativa e Controle Social do SUS	Gestão Controle Social e Desenvolvimento Institucional do SUS
Implantar Consórcios públicos de saúde de acordo com o modelo da regionalização da saúde do Estado.	Vigilância em Saúde Sistema Estadual de Assistência Farmacêutica e Gestão de Tecnologia da Informação

FONTE: ASPLAG/ SESA, 2008

Vale salientar que os Programas Vigilância em Saúde, Sistema Estadual de Assistência Farmacêutica e Gestão de Tecnologia da Informação são transversais aos demais programas, portanto, estão contemplados em seus conteúdos.

Quanto a correlação proposta, em vistas, ao monitoramento e avaliação, a explicitação dos formulários de monitoramento contidos no Capítulo 2 deste relatório, já demonstram um processo inicial de avaliação e entre estas merecem destaque por serem ações significativas frente à situação de saúde do Estado do Ceará, às seguintes ações, atividades e indicadores:

- Realização de 623 transplantes em 2008 (até 30/11/2008) sendo o maior número já registrado no Ceará. O aumento ocorreu em todos os tipos de órgãos e tecidos transplantados. O acréscimo foi de 34,0% e 10,5% para 2006/ 2007 e 2007/ 2008 respectivamente. Neste último ano, o transplante de coração foi o que mais cresceu em relação a 2007; foram 27 transplantes realizados, representando um acréscimo de 35% em relação ao ano anterior. Os fatores que possivelmente contribuíram para o aumento das doações foram:
- Reestruturação da Central de Transplantes, que além da equipe já existente, passou a contar com 07 médicos e 06 técnicos de enfermagem nomeados no último concurso.

Capacitação de 195 de profissionais, incluindo médicos clínicos e intensivistas, enfermeiros, técnicos de enfermagem, assistentes sociais e leigos ligados às associações de transplantados, além de campanhas de comunicação e de apoio da mídia que refletem de forma imediata no movimento das doações. Neste sentido informa-se que as listas de espera além de serem grandes são também dinâmicas. No presente, registram-se 909 pessoas nesta fila a espera da doação. A maioria, 516, aguardam por córneas. O rim vem em segundo lugar, com 271 na espera, o terceiro é o fígado, com 121 pessoas. Há um paciente precisando de coração para continuar vivendo.

Implantação do Cadastro de Doadores de Medula Óssea em todas as unidades do HEMOCE (Posto de coleta do Instituto José Frota - IJF, Hemonúcleo de Juazeiro do Norte e Hemocentros Regionais de Crato, Sobral, Quixadá e Iguatu) disponibilizando o serviço a todos os cearenses que têm acesso aos Hemocentros. Até 2007 apenas o Hemocentro coordenador de Fortaleza fazia o cadastro no Estado.

- Informatização do Cadastro de Doadores de Medula Óssea com a implantação do programa REDOME NET, possibilitando o cadastro *on line* dos doadores cearenses.
- Aumento do número de doadores de medula óssea cadastrados no Estado em mais de 500% resultando na marca de 30.000 cadastros de doadores de medula óssea em outubro de 2008 (havia 3.800 cadastros em julho de 2007). Esse esforço foi motivo de premiação nacional do HEMOCE que recebeu um troféu de reconhecimento oferecido pelo Instituto Nacional do Câncer (INCA) que coordena nacionalmente o Cadastro de Doadores de Medula Óssea.
- Participação no Primeiro Transplante de Medula Óssea no serviço público no Ceará, a partir da coleta, crio-preservação, armazenamento e descongelamento das células utilizadas no transplante. Após o primeiro transplante já houve mais um transplante completo e duas coletas de células que estão congeladas para transplante em janeiro de 2009.
- Estruturação do serviço de atendimento aos pacientes com Coagulopatias hereditárias com organização do Posto de Enfermagem do Setor de Hemofilia, direcionado especificamente para o atendimento a seus pacientes; abertura do Ambulatório de Coagulopatias da Hemorrede e visitas da equipe a todos os Hemocentros Regionais para avaliação e estruturação do atendimento ambulatorial a esses pacientes. Ainda conforme treinamento ministrado pelo MS, está em fase de implantação o prontuário eletrônico para Hemofilia, otimizando ainda mais o serviço.
- Reestruturação do serviço de aférese do HEMOCE com aumento do número de procedimentos

terapêuticos e reinício das atividades de Recuperação Intra-operatória de sangue na rede de hospitais atendidos pelo HEMOCE.

- Início ao atendimento a pacientes com Hemoglobinopatias na rede pública estadual, sendo esse um embrião do Programa de Atenção Integral aos Portadores de Anemia Falciforme e outras Hemoglobinopatias.
- Implantação do Sistema de Gestão da Qualidade no LACEN – Fortaleza e em implantação nos LACEN – Regionais, para manutenção preventiva, corretiva, calibração e certificação dos equipamentos objetivando segurança e confiabilidade às análises laboratoriais e a melhoria da qualidade dos serviços, com benefício para o cidadão.
- Informatização do LACEN - Fortaleza, por meio do Gerenciador de Ambiente de Laboratório (GAL), que permitirá o gerenciamento das rotinas, acompanhamento de todas as etapas do processo de realização dos exames e emissão de relatórios da produção laboratorial, fornecendo agilidade na entrega dos resultados das análises laboratoriais conferindo maior resolubilidade às ações.
- A Taxa de Crescimento de Transferências Hospitalares Reguladas para Macrorregião, foi eleita como um indicador de resultado que demonstra o avanço na organização, resolutividade e ao acesso à atenção secundária, onde os Hospitais-Pólo co-financiados pelo Governo do Estado tiveram papel relevante no atendimento às pessoas próximo de seus domicílios e no desenvolvimento regional do Estado, além deste resultado demonstrar a eficácia das Centrais de Regulação, conforme informações demonstradas na Tabela 17.

Tabela 22 – Demonstrativo das internações referenciadas dentro da Microrregião e para Municípios Pólo de outras Macrorregiões. Ceará, 2008

Microrregiões	% das internações referenciadas para os Municípios Pólos dentro da Microrregião.	% das internações referenciadas para Municípios Pólo que são sede de outras Macrorregiões.
Fortaleza(*)	55,1	55,1
Caucaia	39,4	37,0
Maracanaú	51,0	33,0
Baturité	58,4	24,0
Canindé	61,7	15,8
Itapipoca	67,2	19,8
Aracati	54,6	17,3
Quixadá	49,9	21,1
Russas	18,9	29,8
Limoeiro do Norte	34,2	18,3
Sobral	43,2	0,8
Acaraú	27,4	26,5
Tianguá	26,2	15,0
Tauá	55,6	13,1
Crateús	34,5	8,9
Camocim	46,3	18,7
Icó	32,0	8,2
Iguatu	27,3	12,0
Brejo Santo	45,5	10,2
Crato	58,7	7,7
Juazeiro do Norte	48,7	3,2
Cascavel	32,5	38,7

Fonte: Relatórios de produção apresentado pelo SIH/SUS – CORAC (*) Não incluso dados da população residente em Fortaleza.

Com referencia a Microrregião de Cascavel, ressalta-se que o Hospital Pólo Nossa Senhora das Graças oferta apenas serviços de internação nas Clinicas Gineco-Obstétrica e Pediátrica, fato que resulta num elevado percentual (38,7%) de encaminhamentos de internações para a Macrorregião de Fortaleza, especialmente nas clinicas cirúrgica, traumatológica e clínica médica que não foram conveniadas com a SESA.

O Número de internações, consultas e exames regulados, entre seus componentes mais significativos incluiu os 623 transplantes realizados em 2008.

- Levantamento das transferências hospitalares realizadas pela Central de Regulação (CRESUS), até 15/12/2008 alcançando os seguintes resultados: 13.684 na Macrorregião de Sobral; 4.591 na Macrorregião do Cariri e 22.705 na Macrorregião de Fortaleza.
- Levantamento de atendimentos marcados pela Central de Regulação (CRESUS), até 15/12/2008 alcançando os seguintes resultados: 65.583 na Macrorregião de Sobral; 28.052 na Macrorregião do Cariri e 82.494 na Macrorregião de Fortaleza.
- Educação continuada no Programa de Qualidade da Atenção Básica nas Unidades de Saúde (PROQUALI) em 49 municípios e Diagnóstico sobre Biossegurança em 291 Unidades Básicas de Saúde da Família (UBASF); elaboração do Manual Técnico do PROQUALI; Avaliação da Melhoria da Qualidade em 180 municípios cearenses.
- Reforma e aquisição de equipamentos para os Hospitais de Pequeno Porte (HPP), contribuindo

para política de humanização do parto nos Municípios de Deputado Irapuan Pinheiro, Tejuçuoca, Umirim, Guaiúba, Mulungu, Fortim, Piquet Carneiro, Nova Olinda, Salitre, Capistrano e Carnaubal.

- Aplicação de investimentos no valor de R\$ 101.999,88 com aquisição de 18 equipamentos odontológicos para 12 municípios com menor IDH-m.
- Organização da rede de atenção à saúde mental com implantação de CAPS ad e infantil em todas as Microrregiões; supervisão em 27 dos 35 CAPS I e II cadastrados até dezembro de 2006 para efetivação de ações de saúde mental na atenção básica e realização de Encontros nas Macrorregionais do Cariri e Sobral.
- Execução de ações de prevenção, promoção, reabilitação e vigilância na área da saúde do trabalhador no âmbito do SUS, no sentido de reduzir os acidentes e doenças relacionadas ao trabalho, a partir, da Rede Estadual de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador que está composta por 7 Centros Regionais de Referência em Saúde do Trabalhador e um (1) Centro Estadual de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST).
- Implantação do CEREST Regional de Tanguá, de Aracati e de Quixeramobim.
- Regulação e supervisão de 60 vagas destinadas à atenção especial aos usuários de drogas lícitas e ilícitas em três Comunidades Terapêuticas conveniadas, em parceria com o Hospital de Saúde Mental de Messejana (HSMM).
- Implantação do SAMU 192 Litoral Leste com sede no Município de Eusébio, sob gestão de Estado, com cobertura de 541.015 pessoas nos Municípios de Aquiráz, Aracati, Beberibe, Cascavel, Chorozinho, Eusébio, Fortim, Horizonte, Icapuí, Itaiçaba, Itaitinga, Ocara, Pacajús e Pindoretama.
- Realização do Curso de Atendimento em Situações de Urgência e Emergência com 20h/ aula componente da Caravana das Urgências para 75 profissionais Enfermeiros, Auxiliares e Técnicos de Enfermagem dos municípios integrantes do SAMU 192 Litoral Leste e do Curso de Condutas em Urgência e Emergência para 70 Enfermeiros dos Hospitais-Pólo e Hospitais do Litoral Leste.
- Formalização dos Convênios com os municípios de Aquiraz, Itaiçaba, Icapuí e Chorozinho para repasse dos recursos de contrapartida das prefeituras partícipes no custeio do Serviço de Assistência Pré-hospitalar Móvel de Urgência (SAMU Litoral Leste).
- Realização das Conferências Estadual de: Saúde Ambiental com 400 participantes; Saúde do Trabalhador com 400 participantes; Comunicação e Informação em Saúde com 200 participantes e Conferência Estadual dos Secretários e Secretárias Municipais de Saúde com 500 participantes.
- Realização de 114 auditorias analíticas, 41 operativas e 12 de gestão.
- Implementação da Política de Educação Permanente em Saúde no Estado com a criação das Comissões Permanentes de Integração Ensino-Serviço (CIES), dos Colegiados de Gestão (CGR) e Elaboração dos Planos de Ação Regional de Educação Permanente em Saúde (PAREPS) nas três Macrorregiões de Saúde (Fortaleza, Sobral e Cariri) e a instalação de 11 Fóruns Microrregionais de Saúde.
- Realização de 22 Oficinas Microrregionais de Sensibilização em Planejamento e Gestão do SUS e Cooperação Técnica da Assessoria de Planejamento e Gestão da SESA ao estado do Maranhão para construção do Plano Estadual de saúde daquela unidade federada.
- Intercâmbio da Tecnologia de Formação por Competências de Recursos Humanos para o Setor de Saúde do Brasil – Intercâmbio Brasil - Canadá: Equidade de Gênero na Formação em Saúde (43 participantes); Retrato de Formação do Setor Saúde (62 participantes); Planificação de Recursos Humanos no Setor Saúde (86 participantes); Projeto Intercâmbio do Conhecimento (51 participantes); Formação de Recursos Humanos por Competências (13 participantes); Engenharia da Formação por Competências (174 participantes).
- Convocação de aprovados no Concurso Público da Saúde/ 2006 onde 2.002 são servidores de nível médio dos quais 1.730 foram nomeados e 988 médicos dos quais 795 foram nomeados.
- Aplicação de R\$ 12.522.132,34 na aquisição de medicamentos especiais, indicados na média complexidade, beneficiando 11.772 pessoas e destas 1.476 atendendo a processos administrativos e judiciais com dos recursos do Tesouro do Estado.
- Beneficiamento de 88% dos municípios do Estado com medicamentos essenciais usados na Atenção Básica nos 1º, 2º e 3º trimestres da Programação Pactuada Integrada (PPI) da Assistência Farmacêutica. Esses medicamentos satisfazem às necessidades prioritárias de cuidados da saúde da população. São adquiridos com recursos das três esferas de governo e para 2008 foram definidas as seguintes contrapartidas e elenco: contrapartidas financeiras/ *per capita*; Governo Federal: R\$ 4,10; Governo Estadual: R\$ 1,55 e Governo Municipal aplicando um dos três valores a

seguir: R\$1,50; R\$2,00; R\$2,50 ou R\$3,00.

- Acréscimo de 54,22% no elenco de medicamentos pactuados em 2007 passando de 77 itens em 2007, para 142 envolvendo a aplicação de R\$ 17.424.227,48 dos recursos referentes à contrapartida estadual. A PPI de 2008 da Assistência Farmacêutica da Atenção Básica para a compra centralizada no Estado foi feita por 180 municípios, sendo, portanto, possível a manutenção da economia de escala para aquisição deste novo elenco e possibilitando aos municípios a oferta de uma variabilidade maior de itens.

Pacto pela Saúde - Pacto de Gestão/ Termo de Compromisso da Gestão Estadual: prioridades e metas

O Pacto pela Saúde: em Defesa da Vida, do SUS e da Gestão no Estado do Ceará, tal qual as outras políticas e projetos da saúde, alcançou uma posição de vanguarda no Estado brasileiro.

O movimento realizado envolveu o arcabouço legal, às Portarias Nº 399 e Nº 699 e às adequações que se fizeram necessárias à sua efetivação como: construção das condições para adesão dos Municípios e do Estado; uso dos instrumentos de planejamento e gestão; formalização da adesão ao Pacto; medidas para adequação da CIB- Ce ao processo, a partir da instalação de uma agenda de pactuação com os gestores para construção de seus termos de Compromisso de Gestão em consonância com os Planos de Saúde no tocante às prioridades e ações necessárias ao alcance das metas, introduzindo um sentido de gestão pública por resultados e de responsabilização sanitária.

Ademais, a interpretação de responsabilidade plena frente à saúde da população, passa a ser entendida não no sentido literal do termo, mas na capacidade dos gestores pactuarem entre si a garantia de execução, através do desenvolvimento de mecanismos de cooperação, parceria e solidariedade, atendendo ao princípio da integralidade da atenção e acesso universal.

Esta concorrência saudável pela autonomia de gestão, a partir de 2006, conquistou, rapidamente, à adesão dos gestores municipais, permanecendo sob gestão estadual, ao final de 2008, em virtude de pendências na solicitação de adesão, apenas 9 municípios, a saber: Baixo; Barroquinha; Ererê; Granja; Granjeiro; Ipaumirim; Pacajus; São Luís do Curu e Umari.

Desta forma, a avaliação das metas anuais para 2008 há de representar a materialização técnica das intenções e responsabilidades pactuadas, ora no limiar do sonhos, ora na constatação coerente da realidade imposta.

Indicador (P) Principal (C) Complementar	Resultado 2008	Meta Pactuada 2009	Resultado 2009	Observações
Prioridade: I – Atenção à saúde do idoso.				
(P) Taxa de internação hospitalar de pessoas idosas por fratura do fêmur (por 10.000 idosos).	12,3 (alcançada)	13,0	16,49	Meta pactuada com base em 2006 (13,0 internações por 10.000 hab idosos.); 2) Foram internados 1.330 pacientes com procedimentos para fratura de fêmur em 2009.
(P) Percentual de Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI) cadastradas, inspecionadas.	100% (alcançada)	100%	100%	Estão cadastradas na Vigilância Sanitária 19 ILPI. Municípios com ILPI: Fortaleza (7), Sobral (2) e municípios com 1 ILPI: Maranguape, Crato, Quixeramobim, Lavras da Mangabeira, Russas, Apuiarés, Redenção, Nova Olinda, Canindé, Limoeiro do Norte.
Prioridade: II - Controle do câncer do colo de útero e mama.				
(P) Razão de exames citopatológicos cervico-vaginais na faixa etária de 25 a 59 anos em relação a população-alvo.	0,2(não alcançada)	0,3	0,2	1) Indicador de acompanhamento da Atenção Básica, Portaria 648/2006, para fins de correção do PAB-Fixo; 2) Foram realizados 289.160 exames, até setembro de 2009 ; 3) Indicador do Pacto de Saúde do Índio; 4) A detecção precoce de câncer de colo de útero é meta estruturante do Governo.
(P) Percentual de tratamento/seguimento no nível ambulatorial das lesões precursoras do câncer de colo do útero (lesões de alto grau - NIC II e NIC III).	28,28% (não alcançada)	100,00%	32,6	1) Número de pacientes com lesões tipo NIC II e NIC III: 1.005 e com tratamento/segmento: 328; 2) Indicador do Pacto de Saúde do Índio. 2) Dados disponíveis até setembro de 2009

(C) Percentual de municípios com amostras de exames citopatológicos cervico-vaginais insatisfatórias acima de 5%.	1	1	Aguardando informação	1) A detecção precoce de câncer de colo de útero é meta estruturante do Governo
(C) Proporção de municípios com serviço de mamografia, prestadores do SUS, capacitados no Sismama.	35,7 %	100%	100%	1) Número de municípios com mamógrafos 2) Número de mamógrafos 3) Indicador do Pacto de Saúde do Índio; 4) A detecção precoce de câncer de mama é meta estruturante do Governo.

Prioridade: III - Redução da mortalidade infantil e materna.

(P) Proporção de investigação de óbitos infantis.	54,5% (alcançada)	25%	59,7	1) Ocorreram 1.911 óbitos em < de 1 ano de idade e investigados 1.141; 2) Indicador do Pacto de Saúde do Índio; 3) A redução da mortalidade infantil é meta estruturante do Governo.
(P) Proporção de óbitos de mulheres em idade fértil investigados.	67% (não alcançada)	90%	70,1	1) Ocorreram 2.226 óbitos de mulheres em idade fértil e investigados 1.561; 2) Indicador do Pacto de Saúde do Índio; 3) A redução da mortalidade materna é meta estruturante do Governo.
(P) Coeficiente de mortalidade pós-neonatal (por 1.000 Nascidos vivos).	1,85	7,0	5	1) Meta para 2008 reduzir 7% da projeção para 2007 do MS ; 2) Foram registrados 597 óbitos pós-neonatais; 3) Indicador do Pacto de Saúde do Índio; 4) Indicador de acompanhamento das Metas do Milênio.
(P) Coeficiente de mortalidade neonatal (por 1.000 Nascidos vivos).	3,5	5,0	11	1) Meta para 2008 reduzir 5% da projeção para 2007 do MS (16,2); 2) Foram registrados 1.314 óbitos neonatais; 3) Indicador do Pacto de Saúde do Índio; 4) Indicador de acompanhamento das Metas do Milênio.
(C) Número de casos de sífilis congênita.	496 (não alcançada)	311	622	1) Meta reduzir 15% em relação a 2006 (de 430 casos para 366); 2) Meta deliberada pelo Cesau reduzir para 311 casos (27,6%); 3) Aumento de 15% para 2009 em relação a 2006;
(C) Percentual de partos cesáreas.	34,2% (não alcançada)	30%	35,4	1) Nº de partos cesáreos/nº total de partos (102.058/36.118); 2) Meta pactuada por 114 municípios e 4 municípios pactuaram acima da meta do estado; 3) Fonte de dados: SIH-SUS.

Prioridade:IV – Fortalecimento da capacidade de respostas às doenças emergentes e endemias, com ênfase na dengue, hanseníase, tuberculose, malária, influenza, hepatite, Aids.

(P) Taxa de letalidade por febre hemorrágica de dengue.	3,9% (não alcançada)	2,5%	34,8	1) Meta reduzir em 25% em relação a 2007; 2) Foram registrados 23 casos e 8 óbitos por FHD; 3) A redução da letalidade por FHD é meta estruturante do Governo.
(P) Proporção de cura de casos novos de tuberculose pulmonar bacilífera.	70,0% (não alcançada)	78,8%	67,8	1) Meta pactuada em 2007 - 73%; 2) Meta 2009 da coorte 2007 (abril de 2008 a março de 2009); 3) Indicador do Pacto de Saúde do Índio.
(P) Proporção de cura dos casos novos de hanseníase diagnosticados nos anos das coortes.	84,0% (não alcançada)	90%	81,8	1) Meta 2009 da coorte PB 2008 e MB 2007; 2) Indicador do Pacto de Saúde do Índio.
(P) Proporção de amostras clínicas coletadas do vírus influenza em relação ao preconizado.	37,2% (não alcançada)	80%	43,7	Foram coletadas 227 amostras e esperadas 520 amo;
(P) Proporção de casos de hepatites B e C confirmados por sorologia.	64,6% (não alcançada)	80%	63,83	Foram notificados 47 casos de hepatite B e C e confirmados 30 casos.
P) Taxa de incidência de Aids em menores de 5 anos de idade (por 100.000 hab. < 5 anos).	0,8 (alcançada)	1,1	0,8	1) Foram notificados 5 casos de Aids em <5 anos de idade em 2009. 2) Indicador do Pacto de Saúde do Índio.

Prioridade: V - Promoção da Saúde.

(C) Prevalência de sedentarismo em adultos.	27,5% (alcançada)	29,40%	Agua resultado da pesquisa	1) Reduzir 0,5% do resultado de 2006 (31,4%); fonte: VIGITEL - Vigilância de Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico; 2) indicador pactuado pelo estado e capital; 3) Os municípios pactuaram % de US desenvolvendo ações no campo da atividade física.
(C) Prevalência de tabagismo.	11,8% (alcançada)	14,40%	Agua resultado da pesquisa	1) Reduzir 5% do resultado de 2006 (16,3%); fonte: VIGITEL; 2) indicador pactuado pelo estado e capital.
(C) Proporção de municípios prioritários com Núcleos de Prevenção das Violências e Promoção da Saúde.	66,6% (alcançada)	34%	66,6%	Municípios prioritários para a implantação desses Núcleos: Fortaleza, Caucaia e Sobral. Implantados em Fortaleza e Sobral e em processo de implantação em Caucaia.

Prioridade: VI - Fortalecimento da Atenção Básica

(P) Proporção da população	77,6% (alcançada)	62%	76,9	1) Indicador de acompanhamento da Atenção Básica, Portaria
----------------------------	----------------------	-----	------	--

cadastrada pela estratégia saúde da família.				648/2006, para fins de correção do PAB-Fixo.
(P) Cobertura de primeira consulta odontológica programática.	12,6 (não alcançada)	15%	12,1	1) Indicador do Pacto de Saúde do Índio;
(P) Taxa de internações por acidente vascular cerebral (por 10.000 hab).	20,8 (alcançada)	21	25,9	1) Foram internados 6.286 pacientes com procedimento para AVC; 2) Indicador do Pacto de Saúde do Índio.
(P) Taxa de internação por diabetes mellitus e suas complicações na população de 30 anos e mais (por 10.000 hab).	10 (alcançada)	12	11,2	1) Foram internadas 4.053 pacientes; 2) Indicador do Pacto de Saúde do Índio.
(P) Média anual de consultas médicas por habitante nas especialidades básicas.	1,3 (não alcançada)	1,5	1,3	1) Foram realizados 10.742.367 procedimentos para consulta médica.
(P) Proporção de nascidos vivos de mães com 4 ou mais consultas de pré-natal.	90,7% (não alcançada)	92%	90,59	1) Indicador de acompanhamento da Atenção Básica, Portaria 648/2006, para fins de correção do PAB-Fixo;

Prioridade: VI - Fortalecimento da Atenção Básica

(P) Percentual de crianças menores de cinco anos com baixo peso para idade.	7,8% (alcançada)	8,3%	1,2%	Foram cadastradas 178.324 crianças , < 5 anos de idade e destas 2.224 estavam abaixo do percentil 3. Fonte: Sisvan referente a 2009.
(C) Proporção de municípios com o projeto de avaliação para melhoria da qualidade da estratégia saúde da família (AMQ) implantado.	0,5 (alcançada)	15,0%	0,54%	Apênas Barbalha
(C) Recurso financeiro (em reais) próprio despendido na atenção básica.	61.793.396,24 (não alcançada)	73.731.124,12	Não disponível	Avaliação anual.
(C) Média anual da ação coletiva escovação dental supervisionada.	5,7 (não alcançada)	8	6,1	1) Indicador do Pacto de Saúde do Índio; 2) Meta pactuada por 157 (85,3%) e alcançada 72 municípios (47,06%).
(C) Média mensal de visitas domiciliares por família realizadas por agente comunitário de saúde.	1 (alcançada)	1	0,2	Meta pactuada por 154 (83,7%) e alcançada por 4 municípios (2,6 %).
(C) Percentual de famílias com perfil saúde beneficiárias do Programa Bolsa Família acompanhadas pela atenção básica.	68,3% (não alcançada)	80%	73,5%	Foram cadastradas com perfil saúde beneficiárias do programa bolsa família 1.539.674 famílias e destas 1.132.680 estavam acompanhadas. Fonte: Sisvan referente a vigência 2009.

Prioridade: VII - Saúde do trabalhador.

(P) Número de Cerest implantados.	8 (não alcançada)	13	8	Encontram-se implantados 8 Cerest regionais (Fortaleza, Horizonte, Sobral, Tianguá, Aracati e Quixeramobim, Juazeiro) e 1 Cerest estadual.
(P) Número profissionais de saúde matriculados no sistema Viask (Virtual Institute of Advanced Studies Knowledge) de ensino à distância da Ensp.	Sem informação	130	Sem informação	-

Prioridade: VIII - Saúde mental.

(P) Taxa de cobertura CAPS por 100 mil habitantes.	0,80% (meta alcançada)	0,80%	0,80%	Estão cadastrados 34 CAPS I, 26 CAPS II, 3 CAPS III, 5 CAPS infantil e 13 CAPS Ad, totalizando 81 CAPS.
Taxa de cobertura do Programa de Volta para Casa.	-	-	-	Indicador não pactuado.

Prioridade: IX - Responsabilidades gerais.

Investigar todos os casos de eventos adversos pós-vacinação.	-	-	-	Indicador pactuado na Programação das Ações de Vigilância em Saúde (PAVS) – 2008/2009 para eventos adversos graves pós-vacinação.
--	---	---	---	---

Prioridade: X – Atenção integral às pessoas em situação ou risco de violência.

(C) Proporção de municípios prioritários do Estado com notificação de violência doméstica, sexual e/outras violências, implantadas.	100% (alcançada)	100%	100%	1) Municípios prioritários Fortaleza, Caucaia e Sobral. 2) Houve capacitação técnica para implantação da notificação da violência.
Proporção de Redes de Atenção Integral a Mulher e Adolescentes em situação de violência implantados em municípios prioritários no estado.	-	-	-	Indicador não pactuado.

Prioridade: XI - Saúde do homem.

(P) Política da saúde do homem elaborada e publicada.	Não publicada (não alcançada)	Publicar	Sim	Portaria –
---	-------------------------------	----------	-----	------------

Pacto de gestão

(P) Cobertura vacinal por tetravalente em menores de um ano de idade.	100% (alcançada)	95%	100%	1) Indicador de acompanhamento da Atenção Básica Portaria 648/2006, para fins de correção do PAB-Fixo; 2) Indicador do Pacto de Saúde do Índio.
(P) Proporção de óbitos informados ao SIM com causas básicas definidas.	94,2% (não alcançada)	95%	93,9%	1) Foram informados 37.416 óbitos com causas definidas do total de 39.829 óbitos; 2) Meta alcançada por 90 (48,9%) dos municípios.
(P) Taxa de notificação de casos de Paralisia Flácida Aguda - PFA em menores de 15 anos	1,4 (alcançada)	1,1	1,07	Foram notificados 26 casos (esperados 28 casos).
(P) Proporção de doenças exantemáticas investigadas oportunamente.	61,8 (não alcançada)	80%	58,6%	1) Foram notificados 512 casos de doenças exantemáticas; 2) Indicador composto. Inclui: Investigação adequada (em até 48h da notificação) e preenchimento da ficha de investigação das variáveis essenciais (presença de febre, data do exantema e data da coleta de espécimes clínicos).
(P) Proporção de casos de doenças de notificação compulsória (DNC) encerrados oportunamente após notificação.	75% (alcançada)	75%	71,7%	Foram notificados 1.039 agravos e encerrados oportunamente 745.
(P) Proporção da receita própria aplicada em saúde conforme previsto na regulamentação da EC 29/2000	21,1% (alcançada)	12%	Não disponível	Avaliação anual.
(P) Índice de alimentação regular das bases de dados nacionais obrigatórias SIA-SUS, SIH-SUS, CNES, Siab.	-	100%	100%	-
(P) Índice de contratualização de unidades conveniadas ao SUS, nos estados e municípios.	-	100%	-	Informação não disponível.
(P) Proporção de estados e municípios com relatórios de gestão aprovados no Conselho Estadual de Saúde e Conselho Municipal de Saúde.	100% (alcançada)	100%	46,7	Até o presente momento 86 municípios enviaram seus relatórios aprovados pelos CMS, estes serão apresentados na CIB do dia 18/06/2010.
(P) Proporção de constituição de colegiados de gestão regional.	100% (alcançada)	100%	100%	-

De todas as fontes de informações dos Indicadores do Pacto pela Saúde e de Gestão, em 2008, apenas o Sistema de Informação de Mortalidade – SIM e o Sistema de Informação de Nascidos Vivos – SINASC não estão fechadas, portanto, as metas ainda estão sujeitas à alterações.

Torna-se importante referir que no período 2007-2008 conseguiu-se aumentar de 81% para 93,85% em 2006 a (investigação de óbitos com causa definida realizada em 2007 retroativa a 2006).

Matriz de Gestão Pública por Resultados – GPR 2008: indicadores de produto e resultados

Para 2009, foram analisados os elementos quantitativamente mensuráveis, os produtos, apresentando resultados parciais ou finais, os quais ao serem avaliados qualitativamente justificam os esforços emvidados e os desafios a serem transpostos na rotina dos trabalhos e na vida das pessoas.

Tabela 12 – Indicadores do Painel de controle da Matriz de Gestão Pública por Resultados – GPR/ SESA. Ceará, 2001 – 2010.

INDICADORES	RESULTADOS										METAS	
	2001	2002	2003	2004	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	
Razão da Mortalidade Materna - RMM (por 100.000 nascidos vivos)	73,7	87,2	75	86,6	86,6	70,7	70,6	70,5	70,5	67,17	63,81	
Taxa de Mortalidade Infantil – TMI (1.000 nascidos vivos)	21,3	24,2	25	22,4	18,3	17,9	17,20	16,34	16,34	15,52	14,74	
Consultas Médicas Especializadas (Nº)	1.998.097	2.084.063	1.974.119	1.974.578	1.864.281	1.945.077	2.119.039	2.105.042	2.105.042	2.109.252	2.113.470	
Exames Especializados (Nº)	10.081.205	11.888.240	12.692.102	13.564.907	13.591.839	14.722.083	15.404.793	18.583.910	18.583.910	22.300.392	26.760,83	

Tabela 13 – Matriz de Gestão Pública por Resultados – GPR/ SESA. Ceará, 2008

Eixo	Resultados Estratégicos de Governo	Resultados Estratégicos Setoriais	Indicadores de Resultados	Linha de Base Evolução	Programas Prioritários	Produtos	Indicadores de Produtos	Metas 2009
			Número de Pessoas Portadoras de Deficiência Assistidas pelos Serviços de Saúde do SUS	2006 (45.145) 2007 (51.853) 2008 (47.198)	Atenção à Pessoa com Deficiência (074)	Rede de atenção à pessoa portadora de deficiência reorganizada (9046)	Nº de Unidades de Atenção à Pessoa Portadora de Deficiência Integradas à Rede Estadual	35
						Órtese e prótese e tecnologia assistiva dispensada (9048)	Nº de Pessoas Beneficiadas com a Concessão de Órtese e Prótese	3.400
			Número de Pessoas Idosas Assistidas pelo SUS	2006 (...) 2007 (...) 2008 (3.000)	Atendimento à Pessoa Idosa (076)	Município beneficiado com serviço de atenção à saúde do idoso (1206)	Nº de Municípios com Serviços de Atenção à Saúde do Idoso Implantados e Implementados	130
Sociedade Justa e Solidária	Saúde Descentralizada com Qualidade	População Mais Sadia	Nº de Municípios com Acesso à Medicamentos da Assistência Farmacêutica Básica	2006 (184) 2007 (184) 2008 (184)	Sistema Integral de Assistência Farmacêutica	Municípios pactuados com Assistência Farmacêutica Básica	Nº de Municípios Cumprindo a Pactuação da Assistência Farmacêutica Básica	184
			Nº de Microrregiões de Saúde com Serviço de Assistência Farmacêutica de Alta Complexidade Descentralizado	2006 (4) 2007 (5) 2008 (6)		Serviço de Assistência Farmacêutica de Alta Complexidade descentralizado	Nº de Microrregiões de Saúde com Serviço de Assistência Farmacêutica de Alta Complexidade Descentralizado	6
			Percentual de Transferências Reguladas para Macrorregiões	2006 (11,0%) 2007 (44,0%) 2008 (50,36%)	Fortalecimento da Atenção à Saúde nos Níveis Secundário e Terciário (535)	Hospital Pólo co-financiado pelo Tesouro do Estado	Nº de Hospitais Pólo Co-Financiados	32

Eixo	Resultados Estratégicos de Governo	Resultados Estratégicos Setoriais	Indicadores de Resultados	Linha de Base Evolução	Programas Prioritários	Produtos	Indicadores de Produtos	Metas 2009
			Número de Consultas Médicas Especializadas	2006 (1.945.077) 2007 (2.119.039) 2008 (2.105.042)		Policlínicas construídas e equipadas	Nº de Policlínicas Implantadas	4
			Número de Exames Especializados	2006 (14.722.083) 2007 (15.404.793) 2008 (18.583.910)				
			Número de Procedimentos Odontológicos Realizados	2006 (...) 2007 (...) 2008 (...)		Serviço ambulatorial de média e alta complexidade realizado (1218)	Nº de Serviços Ambulatoriais de Média e Alta Complexidade em Funcionamento	802
						Centro Regional Especializado em Odontologia – CREO construído e equipado (9251)	Nº de Centros Regionais Especializados em Odontologia - CREO Construídos e Equipados	6
			Razão de Mortalidade Materna	2006 (70,7) 2007 (70,6) 2008 (70,5)		Município com Sisprénatal implantado e alimentado regularmente (1308)	Nº de Municípios com Sisprénatal Implantado e Alimentado Regularmente	184
			Taxa de Mortalidade Infantil por 1.000 nascidos vivos	2006 (17,9) 2007 (17,2) 2008 (16,34)	Fortalecimento da Atenção Primária à Saúde (536)	Município beneficiado com serviço de assistência ao adolescente (1207)	Taxa de Partos e Abortos na Adolescência	31,0
Sociedade Justa e Solidária	Saúde Descentralizada com Qualidade	População Mais Sadia	População Coberta pelo Saúde da Família	2006 (65%) 2007 (65,4%) 2008 (67,9%)		Município beneficiado com serviço de assistência à criança (1243)	Nº de Municípios Beneficiados com Serviços de Assistência à Criança	184
			Número de CRES com Gestão Efetivada	2006 (4) 2007(4) 2008 (6)	Gestão, Controle Social e Institucional do SUS (553)	CRES com gestão orçamentária e financeira descentralizada (1233)	Nº de CRES com Gestão Orçamentária e Financeira Descentralizada	6
			Nº de Conselheiros de Saúde Capacitados no SUS	2006 (...) 2007 (1.131) 2008 (813)		Fórum regional de conselheiros de saúde instalado (5580)	Nº de Fóruns Regionais de Conselheiros de Saúde Instalados	5

			Conselheiros de saúde capacitados (5766)	Nº de Conselheiros de Saúde Capacitados	1.242
Número de Municípios com Política de Gestão do Trabalho e Educação em Saúde Implantada e em Desenvolvimento	2006 (0) 2007 (0) 2008 (...)	Gestão do Trabalho e Educação em Saúde (554)	Profissional de saúde especialista em saúde da família capacitado (7803)	Nº de Profissionais de Saúde Especialistas em Saúde da Família Capacitados	186
			Agente Comunitário de Saúde treinado (7802)	Nº de Agentes Comunitários de Saúde treinados	1.682
Número de Exames de Saúde Pública Realizado	2006 (353.453) 2007 (427.605) 2008 (375.405)	Vigilância em Saúde (559)	Laboratório de saúde pública ampliado/reformado (2376)	Nº de Laboratórios Ampliados/Reformados	4
			Laboratórios em funcionamento	Nº de Laboratórios em Funcionamento	6
Taxa de Internação por Diarréia em Menores de 5 anos	2006 (22,2) 2007 (13,9) 2009 (11%) (**)		Exame de controle da qualidade da água para consumo humano realizado (1228)	Nº de Exames de Controle da Qualidade da Água para Consumo Humano Realizados	24.500

Fonte: (*) SIM – Sistema de Informação de Mortalidade não concluído em 2008

(**) Dados parciais

(...) Sem informação disponível

Tabela 14 – Demonstrativo do desempenho dos indicadores da Matriz de Gestão Pública por Resultados – GPR. Ceará, 2008

Indicadores de Produtos	Previstos	Alcançados	Observações específicas
Nº de Unidades de Atenção à Pessoa Portadora de Deficiência Integradas à Rede Estadual	35	41	<p>Ampliação da Rede de Saúde de Assistência a Pessoas com Deficiência – PCD atingindo 117% da meta programada, com 18 unidades já habilitadas e 23 em processo de habilitação, com as seguintes especificidades: 8 unidades para deficiência auditiva; 1 unidade para triagem neonatal; 2 unidades para deficiências físicas e 3 em processo de habilitação; 7 unidades para deficiência mental e 20 unidades de oftalmologia, em processo de habilitação.</p> <p>Estes resultados decorrem de um processo de identificação de 47.198 pessoas com deficiência – PCD em 151 municípios de 19 Microrregiões, com exceção das Microrregiões de Maracanaú e Camocim, assim distribuídas: 17.035 com deficiência física; 7.724 com deficiência visual; 5.948 com deficiência auditiva; 16.491 com deficiência mental.</p> <p>O levantamento da demanda reprimida de órteses e próteses para PCD (física, visual e auditiva), identificou a presença de 27.842 pessoas na lista de espera dos serviços de saúde que atendem a PCD.</p>
Nº de Pessoas Beneficiadas com a Concessão de Órtese e Prótese	3.400	3.450	<p>Concessão de Órteses e Próteses para 3.450 pacientes, representando 101,5% da meta programada, repercutindo financeiramente no desembolso de R\$ 840.500,00, na concessão dos seguintes benefícios a pessoas carentes: cadeiras de roda (higiênica, infantil e especial); colchão d'água; colchão caixa de ovo; óculos de grau; muletas (axilar e canadense); carrinho para criança excepcional; expansor de pele; aparelho ortopédico; Oxigenoterapia Hiperbárica; Dieta enteral e exames.</p>
Nº de Municípios com Serviços de Atenção à Saúde do Idoso Implantados e Implementados	130	117	<p>Identificação das Unidades de Saúde que atendem idosos para implementação da Assistência à Saúde do Idoso em 117 municípios das 21 CRES, mediante levantamento epidemiológico dos idosos cadastrados nos serviços de saúde e acompanhamento dessas pessoas no Programa de Hipertensão e Diabetes, representando 90% da meta programada.</p> <p>Acompanhamento do atendimento a idosos no Ambulatório do Hospital Geral Dr. César Cals de Oliveira - HGCC e no Centro de Atenção ao Idoso do Hospital Universitário Walter Cantídio - HUWC-UFC com dispensação de medicamentos de alto custo para 1.200 e 1.800 idosos, respectivamente.</p> <p>Implantação do Centro de Referência ao Idoso do Município de Barbalha.</p> <p>Implantação do Programa de Internação Domiciliar do Idoso em 7 hospitais estaduais; realização da oficina do Atendimento Domiciliar para os gestores dos hospitais do Estado em Fortaleza e gestores de municípios com população igual ou superior a 100.000 habitantes; reunião do programa para definir estratégias de funcionamento entre o Município de Fortaleza e o Estado, além de supervisão dos serviços de Atendimento Domiciliar ao Idoso no Estado.</p> <p>Realização da Oficina de Prevenção de Quedas e Osteoporose para 60 profissionais da área da Saúde e participação da SESA na II Conferência Estadual da Pessoa Idosa; na Câmara Técnica Olhar Brasil – Saúde Ocular; na II Oficina do Projeto Olhar Brasil – SESA; no Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa e na Comissão de Políticas de Assistência à Pessoa Idosa (CEDI); implementação do Sistema de informação em Diabetes e Hipertensão nos 184 municípios; implantação da avaliação de risco para Diabetes nos próximos 10 anos em todas as Microrregiões.</p>

Indicadores de Produtos	Previstos	Alcançados	Observações específicas
Nº de Municípios Cumprindo a Pactuação da Assistência Farmacêutica Básica	184	184	<p>O atingimento de 100% da meta foi relevante para os municípios, principalmente, no beneficiamento de 88% (160) deles com medicamentos essenciais usados na Atenção Básica através da Programação Pactuada Integrada - PPI da Assistência Farmacêutica. Esses medicamentos satisfazem às necessidades prioritárias de cuidados básicos da saúde da população e foram adquiridos em 2008 com recursos das três esferas de governo, após definição das seguintes contrapartidas financeiras/ <i>per capita</i>: Governo Federal, R\$ 4,10; Governo Estadual, R\$ 1,55 e Governo Municipal aplicando os valores R\$ 1,50; R\$ 2,00; R\$2,50 ou R\$ 3,00.</p> <p>O cumprimento da contrapartida estadual correspondeu a R\$ 17.424.227,48 para a compra centralizada de medicamentos básicos no Estado por 184 municípios, sendo, portanto, possível a manutenção da economia de escala possibilitando aos municípios a oferta de uma variabilidade maior de itens, representando um incremento de 54,22% do elenco de medicamentos pactuados passando de 77 itens em 2007, para 142 itens em 2008.</p>
Nº de Microrregiões de Saúde com Serviço de Assistência Farmacêutica de Alta Complexidade Descentralizado	6	6	<p>Alcance de 100% deste indicador, descentralizando o Serviço de Assistência Farmacêutica de Alta Complexidade nas Microrregiões de Saúde de Sobral, Tianguá, Crato, Juazeiro do Norte, Brejo Santo e Icó materializada na aplicação de R\$ 123.328.197,16 beneficiando cerca de 30.000 pacientes com participação do Tesouro do Estado em 30% deste valor total.</p> <p>Benefícios concedidos a 11.772 pacientes por processos administrativos e 1.476 pacientes por processos judiciais com aplicação de R\$ 12.522.132,34 dos recursos do Tesouro do Estado.</p> <p>Elaboração da minuta da Portaria Estadual que institui o Serviço de Assistência Farmacêutica de Alta Complexidade, incluindo a negociação com os municípios para definição da contrapartida municipal, a partir do mês de janeiro de 2009.</p>
Nº de Hospitais Pólo Co-Financiados	32	34	<p>Esta meta foi atingida em 103,13% com a inclusão do Instituto da Criança Menino Jesus de Praga a partir de junho de 2008 aos demais hospitais que receberam recursos financeiros regularmente até dezembro, com exceção do Hospital Abelardo Gadelha de Caucaia que ficou impossibilitado de receber a parcela de dezembro, em virtude do não cumprimento da prestação de contas.</p> <p>A repercussão dessa cooperação financeira do Estado viabilizou a realização de 4.934.806 procedimentos ambulatoriais de média e alta complexidade e 155.372 internações hospitalares.</p> <p>Os recursos financeiros transferidos pelo Tesouro do Estado no valor de R\$ 41.780.000,00 representou o desempenho de 99,86% de sua programação de desembolso.</p>
Nº de Policlínicas Implantadas	2	1	<p>Foram programados para funcionar em 2008 as Policlínicas de Sobral e Itapipoca. A de Sobral é gerida pelo município e atende a população referenciada pela Microrregião de Sobral.</p> <p>A unidade construída para funcionamento de uma Policlínica em Itapipoca, após avaliação das adequações necessárias para a Policlínica Tipo I, a direção da SESA fez opção pela construção de uma nova unidade, dado que o valor do orçamento foi superior ao valor do previsto para a Policlínica Tipo I.</p>

Indicadores de Produtos	Previstos	Alcançados	Observações específicas
Nº de Serviços Ambulatoriais de Média e Alta Complexidade em Funcionamento	802	1.195	<p>Este indicador comportou-se com variações em 2008. Em agosto, o número de unidades de saúde com serviços de média e alta complexidade era 1.165; em novembro existiam 1.195 unidades e em dezembro foi registrado a oferta desses serviços em 1.189 unidades, sendo que 129 delas ofertaram serviços ambulatoriais de alta complexidade.</p> <p>No que se refere a produção estes serviços foi informada a realização de 35.975.796 procedimentos, com aprovação de 26.365.927, dos quais 35.336.842 na média, com aprovação de 25.745.086 e 638.954 na alta complexidade com aprovação de 620.841 aos quais corresponderam a captação total de R\$ 273.307.057,42, correspondente a R\$ 198.395.041,87 na média e 74.912.015,55 na alta complexidade.</p>
Nº de Centros Regionais Especializados em Odontologia - CREO Construídos e Equipados	6	6	<p>Meta cumprida em 100% encontrando-se em pleno funcionamento os Centros de Especialidades Odontológicas CEO de Sobral, São Gonçalo do Amarante, Aracati, Tauá, Iguatu e Crato, construídos e equipados com recursos do Tesouro Estadual, com exceção do CEO de Sobral, cujos recursos foram provenientes do Município e do Governo</p> <p>Para o funcionamento do CEO do Crato optou-se, provisoriamente, pelo modelo de gestão por Organização Social – OS, prevendo a transição para consórcio, após negociação com o Município de Crato, que manifestou-se impossibilitado de assumir a gestão da unidade, em virtude da previsão dos custos operacionais.</p>
Nº de Municípios com SISPRÉNATAL Implantado e Alimentado Regularmente	184	184	<p>Todos os municípios cearenses estão com o SISPRENATAL implantado, alcançando-se 100% da meta prevista, evidenciando que em dezembro de 2008 todos estavam informando regularmente o Sistema.</p>
Taxa de Partos e Abortos na Adolescência	31	30,1	<p>Em 2008 foi possível uma redução de apenas 4% nesta meta. Foram realizadas 24.866 internações por partos e abortos entre os 825.797 adolescentes na faixa etária entre 10 a 19 anos de idade, onde algumas ações e projetos contribuíram para redução deste indicador, a saber: 184 municípios beneficiados com protocolos de atendimento na atenção primária; Passaporte de Saúde do Adolescente Masculino e Feminino, Ficha de Primeira Consulta, Gráfico de Turner, que avalia a velocidade do crescimento da criança, verificando se está crescendo adequadamente; Gráfico de Crescimento e Desenvolvimento Masculino e Feminino, Fichas de Notificação de Maus-tratos, distribuição de CDS, com todos os protocolos, para serem reproduzidos e adaptados ao município.</p> <p>Distribuição do Manual das Diretrizes para a Implementação do Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas e do Guia para Formação de Profissionais de Saúde e Educação do Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas.</p> <p>Implantação e monitoramento das ações do Projeto Espaço Jovem para 27 municípios.</p> <p>Realização de Oficinas para Atualizações Técnicas das Comissões de Identificação de Maus Tratos e Violência contra Criança e Adolescentes nas CRES de Crateús, Iguatu, Limoeiro do Norte, Quixadá e Tauá, com identificação de crianças e adolescentes vítimas de maus tratos e trabalho Infantil através do PSF com apoio das Microrregiões de Brejo Santo, Crato, Juazeiro do Norte e das Secretarias Municipais da Educação e Desenvolvimento Social e Associação das Primeiras Damas Municipais do Ceará – APDM/ CE.</p>

Indicadores de Produtos	Previstos	Alcançados	Observações específicas
Nº de Municípios Beneficiados com Serviços de Assistência à Criança	184	184	<p>O desempenho de 100% alcançado resultou de diversas ações e entre essas destacaram-se: sensibilização e implantação da Estratégia Hospital Amigo da Criança para 31 municípios: Alto Santo, Aracati, Barbalha, Baturité, Boa Viagem, Canindé, Carnaubal, Eusébio, Fortaleza, Fortim, Hidrolândia, Horizonte, Itaiçaba, Itaitinga, Ipu, Jaguaribe, Maracanaú, Massapê, Morada Nova, Mulungu, Pacajus, Paracuru, Pindoretama, Quixadá, Quixeramobim, Quixerê, São Benedito, São Gonçalo do Amarante, Sobral e Tamboril, reavaliação nos Municípios de Beberibe e Cascavel e Oficinas para Gestores de 15 (quinze) hospitais pólos e Regionais sobre esta estratégia.</p> <p>Implantação e implementação do Comitê Estadual de Prevenção ao Óbito Infantil e Fetal/ CEPOIF, com realização de oficinas em todas as Microrregiões de Saúde; Comitê de Incentivo ao Aleitamento Materno/ CEIAMCE com realização de Encontro Estadual de Aleitamento Materno; Seminário em Hidrolândia e oficinas de atualizações técnicas e de formação de monitores sobre Aleitamento Materno para os membros dos CEIAMCE, CEBLHCE, e das Coordenadorias Regionais de Saúde - CRES, para participação na Avaliação Nacional do Pacto para Redução da Mortalidade Materno e Neonatal e para implantar à Rede Amamenta Brasil e Comitê de Banco de Leite Humano/ CEBLHCE.</p> <p>Participação da SESA no Conselho, Comitê e Fórum – CEDCA, Comitê do Semi-Árido e Fórum de Erradicação de Trabalho Infantil e Oficina sobre Ciclos de Vida em Comunidades Quilombolas, em parceria com o UNICEF.</p> <p>Implementação do Programa de Triagem Neonatal (teste do pezinho), acompanhado do monitoramento dos testes positivos – Fase I nos 184 municípios do Estado e no Laboratório Central de Saúde Pública do Ceará - LACEN e estruturação para implantação da Fase II.</p> <p>Atualização dos profissionais do PSF em puericultura, pré-natal, emergências pediátricas e identificação de crianças com risco, determinantes da formação da Rede Estadual da 1ª Infância.</p>
Nº de CRES com Gestão Orçamentária e Financeira Descentralizada	6	4	<p>A meta alcançada refere-se às 4 CRES programadas em 2007, ou seja, Fortaleza, Baturité, Iguatu e Sobral e que se mantiveram com gestão descentralizada em 2008, quanto àquelas previstas para 2008, Aracati, Canindé, Caucaia, Itapipoca, Maracanaú e Russas não ocorreu a ação programada em virtude da carência de recursos humanos e de equipamentos de tecnologia da informação. Tal dificuldade foi encaminhada para análise.</p>
Nº de Fóruns Regionais de Conselheiros de Saúde Instalados	5	11	<p>Instituídas 11 Comissões de Sensibilização e Mobilização com instalação de 11 Comissões Permanentes de Coordenação de Fóruns Regionais, efetivando a implantação de 11 Fóruns Regionais com 968 participantes e realização de 22 reuniões no período.</p> <p>Atualização do diagnóstico em 10 Conselhos Municipais de Saúde - CMS em 10 Regiões e 88 CMS.</p>
Nº de Conselheiros de Saúde Capacitados	1.242	1.365	<p>Capacitados 1.365 conselheiros ultrapassando em 10% a meta prevista envolvendo os temas: Orçamento e Finanças Públicas; Informações Básicas em Comunicação e Informação em Saúde.</p>
Nº de Profissionais de Saúde Especialistas em Saúde da Família Capacitados	186	80	<p>A meta foi atingida em 44,4% neste cursos de especialização contando com 80 profissionais de saúde dos Municípios de Beberibe, Aquiraz, Horizonte, Caucaia e Guaiúba.</p> <p>O convênio foi aditado em seu prazo e o valor repercutiu na futura meta a ser alcançada, de 120 especialistas em saúde da família capacitados.</p>

Indicadores de Produtos	Previstos	Alcançados	Observações específicas
Nº de Agentes Comunitários de Saúde Treinados	1.682	1.259	Foram formados 627 Agentes Comunitários de Saúde - ACS do Município de Fortaleza no primeiro momento e mais 286 no segundo, além de 346 no interior do Estado, perfazendo um total de 1.259, correspondendo a 74,85% da meta prevista.
Nº de Laboratórios Ampliados/ Reformados	4	4	A construção da nova sede do LACEN - Regional Tauá e a reforma dos LACEN - Regionais - Senador Pompeu, Icó e Fortaleza. estão em execução. Está em Brasília, para aprovação, o pré-projeto para construção do LACEN - Regional Sobral.
Nº de Laboratórios em Funcionamento	6	6	Os cinco Laboratórios Regionais e o LACEN - Fortaleza funcionaram plenamente, realizando: 335.311 análises, sendo 113.136 exames de análises clínicas, 212.966 exames de saúde pública e 9.309 análises para o controle da qualidade da água para consumo humano. Referidos exames avançaram em 2008 para a oferta de exames com maior variedade, quantidade e qualidade detectando e acompanhando a ocorrência de doenças de interesse à saúde pública. Implantação do Sistema de Gestão da Qualidade no LACEN – Fortaleza e em implantação nos LACEN – Regionais, para manutenção preventiva, corretiva, calibração e certificação de equipamentos dando segurança e confiabilidade às análises laboratoriais e a melhoria da qualidade dos serviços, com benefício para o cidadão. Informatização do LACEN - Fortaleza, por meio do Gerenciador de Ambiente de Laboratório - GAL, que permitirá o gerenciamento das rotinas, acompanhamento de todas as etapas do processo de realização dos exames e emissão de relatórios da produção laboratorial, fornecendo agilidade na entrega dos resultados das análises laboratoriais e conferindo maior resolubilidade às ações.
Nº de Exames de Controle da Qualidade da Água para Consumo Humano Realizados	24.500	42.094	Os municípios coletam e a rede de laboratórios de saúde pública efetua a análise. Embora o LACEN tenha ultrapassado o número previsto de exames e os usuários do sistema de informação tenham sido capacitados; será dada continuidade ao processo de cooperação técnica e financeira para aquisição de clorômetros; ampliação/ reforma dos Laboratórios Regionais e continuidade na inspeção da rede de distribuição de água.
Razão da Mortalidade Materna- RMM (por 100 mil, nascidos vivos)	70,6	70,5	Razão da Mortalidade Materna – RMM estima a frequência de óbitos femininos atribuídos a causas ligadas à gravidez, ao parto e ao puerpério, em relação ao número total de nascidos vivos e reflete a qualidade da assistência à saúde da mulher. Até novembro de 2008 estava em torno de 58/ 100.000 nascidos vivos, significativa com relação a 2007 que foi de 70,6/ 100.000 e que se mantida alcançará uma redução, de aproximadamente, 18%. Em dezembro de 2008 foram definidos os valores médios e metas: 2007 (70,7); 2008 (70,6); 2009 (67,17) e 2010 (63,81). O alcance destas metas representará um esforço em busca da redução de 20% dos óbitos maternos até 2010 e necessitará de empenho na capacitação para uma atenção obstétrica de qualidade e humanizada, direcionada a todos os Hospitais Pólo e realização de cursos sobre Suporte Avançado em Obstetria para médicos e enfermeiros obstetras.

Indicadores de Produtos	Previstos	Alcançados	Observações específicas
Taxa de Mortalidade Infantil – TMI (1.000 nascidos vivos)	17,20	16,34	<p>A Taxa de Mortalidade Infantil –TMI estima o risco de morte dos nascidos vivos durante o seu primeiro ano de vida. A mortalidade infantil neonatal (menores de 28 dias) está associada às condições de saúde da mãe e à assistência ao pré-natal, ao parto e ao recém-nascido.</p> <p>Até novembro de 2008 estava em torno de 15,1/ 1.000 nascidos vivos demonstrando uma tendência histórica de redução, comprovada em relação ao resultado final de 2007 que correspondeu a 16,0 óbitos/ 1.000 nascidos vivos. Em dezembro de 2008, na perspectiva de definir valores médios para a TMI até 2010 foram processados os seguintes valores: para 2007 (17,20); 2008 (16,34); 2009 (15,52) e 2010 (14,74), todos correspondendo a uma redução anual de 5%.</p> <p>A consolidação mais efetiva do Programa Saúde da Família - PSF, os óbitos infantis, por diarreia e pneumonia, vem decrescendo de forma sustentada e significativa. O grande desafio será reduzir os óbitos infantis por causas perinatais, o que exigirá maior qualificação do Pré-natal na Atenção Básica, uma assistência ao parto e nascimento de alto padrão técnico e humano e serviço de UTIs neonatais com número de leitos suficientes.</p> <p>O desenvolvimento de uma rede de cuidados do pré-natal ao puerpério, de complexidade crescente, será fundamental para redução da mortalidade infantil, no seu componente neonatal que predomina no Ceará e persiste em torno de 10,0/ 1.000 nascidos vivos, praticamente igual, ao ano de 2007 (10,8/ 1.000 nascidos vivos).</p>
Consultas Médicas Especializadas (nº)		2.105.042	Número de Consultas Médicas Especializadas é determinado pelo número de pessoas atendidas (consultadas) por médicos especialistas.
Exames Especializados (nº)		18.583.910	Número de Exames Especializados e determinado pelo número de exames realizados em pessoas para fins de auxílio de diagnóstico.

Projetos Convênios e Vinculadas

O Sistema de Monitoramento de Ações e Projetos Prioritários – MAPP, viabilizou investimentos de grande importância em 2009 para a melhoria do Sistema Único de Saúde – SUS/Ce.

Recursos Financeiros no valor total de R\$ 211.629.052,02 foram programados e autorizados para 599 projetos, sendo pelo Tesouro do Estado, o valor de R\$ 171.611.696,58, representando uma participação de 81,09% e o valor de R\$ 40.017.355,44 por Outras Fontes, representando uma participação de 18,91%.

Quanto a execução, o desempenho foi de 80,24%, considerando os recursos empenhados no valor de R\$ 169.823.530,16 em relação ao programado e autorizado.

A realização de obras, a aquisição de equipamentos e veículos no intuito de reforçar a rede Assistencial do SUS, dentre outras, beneficiou sete unidades hospitalares e treze unidades ambulatoriais de Atenção à Saúde nos níveis de média e alta complexidade sob gestão da SESA, vinte e cinco Hospitais Polo de referência secundária nos Sistemas Microrregionais de Saúde, seis Hospitais de pequeno porte de referência local/municipal e unidades da rede básica e secundária de saúde de noventa e um municípios pelo programa de cooperação federativa e ainda a implantação de Centros Regionais de especialidades Odontológicas e a construção do Hospital Regional do Cariri.

Todos esses investimentos, têm uma correspondência com os objetivos de gestão, apresentados no Plano Estadual de Saúde, que dentre outros, mencionamos: **Efetivar** o atendimento com resolutividade na média e alta complexidade nas Macrorregiões de Saúde e **Garantir** ações e serviços de saúde com resolutividade no nível secundário em todas as Microrregionais de Saúde e **Estimular** a expansão e a efetivação da atenção básica em Saúde.

Sistema de Planejamento do SUS - PlanejaSUS

Regulamentado pela portaria nº 3085, de 1º de dezembro de 2006, o PlanejaSUS é entendido como estratégia relevante à efetivação do SUS.

Por ser uma atuação contínua, de forma articulada, integrada e solidária, a sua organização e operacionalização baseia-se em processos que permitem o seu funcionamento harmônico entre todas as esferas do SUS.

O PlanejaSUS é integrante do ciclo de gestão e busca permanentemente de forma bipartite no âmbito estadual, a pactuação de bases funcionais.

Em 2009, a estruturação do PlanejaSUS perpassou pela pactuação de Proposta de Ação na Comissão Intergestores Bipartite – CIB/Ce contendo as descrições das ações com seus respectivos resultados esperados.

A SESA, através da Assessoria de Planejamento e Gestão – ASPLAG, que tem a articulação inter e intra institucional com parceiros, como condição primordial para viabilidade de estruturação desse Sistema no intuito de construir uma cultura de Planejamento e utilização prática de seus instrumentos legais, consolidou na sua proposta de ação os seguintes objetivos:

Implementar a Cooperação Técnica aos municípios na realização de Oficinas para elaboração dos Planos Municipais de Saúde, seguindo a metodologia de Planejamento Estratégico e Participativo; **Desenvolver** uma cultura de Planejamento integradora que respeite as características locoregionais e que subsidie a tomada de decisão por parte dos Gestores do SUS; **Estabelecer** parcerias com o COSSEMS na condução desse processo.

Sendo assim, em 2009 dentre as ações pactuadas, apresentamos algumas realizações:

- Parceria com o COSSEMS na realização do fórum de acolhimento aos novos Gestores, conduzindo uma oficina de sensibilização, com abordagem das bases de Planejamento, as responsabilidades de Gestão e os instrumentos;
- Realização de Oficina Estadual para elaboração dos Planos Municipais de Saúde com abordagem sobre Planejamento participativo, momentos do processo de construção e estrutura do PS;
- Exposição sobre a cooperação técnica da ASPLAG nas Comissões Intergestores Bipartites Microrregionais de Saúde, objetivando assessorar as Secretarias Municipais de Saúde na elaboração dos Planos Municipais de Saúde e Relatórios Anuais de Gestão;
- Coordenação da revisão do Plano Diretor de Regionalização PDR/SESA;
- Parcerias da ASPLAG com áreas internas e externas no tocante as ações de Planejamento, tais como: Oficinas Regionais de revisão do PPA 2010 e 2011, instituições de ensino/universidades, implantação de Política Estadual de atenção a Saúde do Homem;
- 1º Seminário de Monitoramento e Avaliação de Gestão da SESA no intuito de integrar as diversas áreas para aprimorar o processo de gestão e subsidiar a elaboração do Relatório Anual de Gestão – RAG.

- Participação e apresentação de trabalhos da equipe técnica em eventos científicos relacionados a Planejamento e Gestão;
- Atualização do diagnóstico de informações para identificação de evolução do perfil da área de Planejamento da SESA para consolidação do novo perfil nacional pelo MS.

Ressalta-se a importância e contribuição do Incentivo Financeiro para a implantação do PlanejaSUS, por ter proporcionado a execução da proposta de trabalho no âmbito Estadual e Municipal e também a realização anual de forma regionalizada, de Encontro dos profissionais de Planejamento do SUS, oportunidade de avaliação e elaboração de novas estratégias de trabalho.

Gestão Estratégica e Participativa – ParticipaSUS

A Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa – ParticipaSUS foi instituída pela Portaria nº 3.027 de 26 de novembro de 2007, cumprindo as diretrizes do Pacto pela Saúde 2006 com seus três componentes: Pactos pela Vida, em Defesa do SUS e de Gestão – Portaria nº 399/GM de 22 de fevereiro de 2006.

A implantação desta política em 2008 seguiu, além dos princípios e diretrizes do SUS, a regulamentação constante na Portaria nº 3.060/2007 orientando a elaboração do Plano Estadual de Qualificação da Gestão do SUS do Bloco de Financiamento para a Gestão do SUS envolvendo as áreas de Ouvidoria, regulação, controle, auditoria, monitoramento e avaliação da gestão, participação popular e fortalecimento do controle social.

A ParticipaSUS, tem por finalidade eleger ações estratégicas que alcancem a redução das desigualdades regionais, apoiando as instâncias de participação social e seus movimentos, o monitoramento e a avaliação da gestão do SUS, o processo de controle social e institucional do SUS no Estado.

A SESA coordenou o processo de implantação da ParticipaSUS, formentando discussões junto aos atores sociais envolvidos e articulando a composição de um Comitê Técnico - GT para operacionalização da política no âmbito estadual.

Quanto à Gestão Participativa algumas realizações tiveram grande repercussão para o SUS:

- Elaboração do Plano de Ação para a Qualificação do SUS no Estado do Ceará – Portaria GM Nº 3.060.
- Participação dos técnicos de SESA e de pessoas do CESAU, COSSEMS e SEAUD/CE no 1º Seminário de Gestão estratégica e Participativa aprofundando o processo de avaliação sobre o tema definindo alguns indicativos de ações setoriais como:
- Necessidade de definir com maior clareza o processo de implantação da PGEP em nível microrregional e local com realização de um Encontro Estadual.
- Necessidade de garantir maior organicidade das ações dos componentes da PCEP, diante da fragmentação das atividades das diversas áreas da Gestão estratégica e Participativa.
- Realização da I Oficina de Gestão estratégica e Participativa do Estado do Ceará com o objetivo de avaliar a implantação da política e iniciar o desenho do Plano de Qualificação da Gestão do SUS, referente a Portaria GM Nº 2.588, contando com a presença da equipe da SESA, COSSEMS e técnicos do Ministério da Saúde.
- Encontro da equipe SGEP/MS com técnicos SESA, COSSEMS/CE, SEAUD/CE e CESAU para avaliar PGEP no Ceará e definir prioridades para o ano vindouro, em 16 de dezembro de 2008.

Em 2008, no que se refere ao componente Ouvidoria, pode-se destacar as seguintes realizações:

- Capacitação de equipes técnicas nos municípios para implantação e implementação de Ouvidorias do SUS e Sistema OuvidorSUS;
- I Treinamento sobre o Sistema OuvidorSUS na Região do Cariri, em Juazeiro do Norte - julho de 2008, com objetivo de capacitar os técnicos dos municípios da região para trabalhar com o sistema.
- Seminário Macrorregional de Ouvidorias do SUS – Sobral, outubro de 2008, com objetivo de qualificar equipes técnicas dos municípios da região para implantação de ouvidorias do SUS.

- Elaboração do Projeto do Curso de Capacitação em Ouvidorias do SUS no Ceará, com previsão de 92 horas/aulas, em quatro turmas.
- Funcionamento regular do Fórum Permanente de Ouvidorias do SUS no Estado do Ceará, com o objetivo de articular as diversas ouvidorias do SUS existentes no Estado.

No âmbito da participação e mobilização social, destaca-se:

- VI Plenária Estadual de Conselhos de Saúde com a participação de 264 Conselheiros municipais e estadual de saúde.
- Aquisição de material didático de uso duradouro e de consumo.
- Elaboração e produção de manuais técnicos sobre controle social.

VI. Confecção e distribuição de pastas para os participantes dos diversos eventos;

VII. Elaboração e produção de manuais técnicos sobre controle social.

No campo da Auditoria foi realizado o Curso de Regulação, Avaliação e Auditoria que qualificou 30 técnicos municipais selecionados pelo COSSEMS/CE.

Ainda, destacaram-se no Ceará alguns resultados estratégicos da ParticipaSUS:

- Maior organicidade das ações dos componentes da PGEP diante da fragmentação das atividades das diversas áreas da Gestão Estratégica e Participativa.

Apoio ao IX Congresso das Secretarias e Secretários Municipais de Saúde do Ceará, que teve como tema "GESTÃO PARTICIPATIVA", objetivando sensibilizar os gestores municipais para a implantação do PARTICIPASUS.

2.Elaboração da Agenda da Política de Gestão Estratégica e Participativa do Ceará que definiu as prioridades para 2009 envolvendo os diversos atores locais do SUS.

Formação do Grupo Técnico (GT) de Gestão Estratégica e Participativa do Ceará, com o objetivo de garantir maior organicidade ao processo de implementação do PARTICIPASUS no Estado.

Escola de Saúde Pública do Ceará – ESP-CE: instituição vinculada

Como instituição vinculada a ESP/Ce, elabora próprio relatório de Desempenho de Gestão, conforme manda a lei.

IV – CONCLUSÃO

a) Posicionamento conclusivo sobre o resultado global da organização;

b) Aspectos globais relevantes que merecem ser objeto de aperfeiçoamento com vistas a proporcionar melhores condições ao desenvolvimento da missão institucional do órgão ou entidade e cumprimento dos objetivos e metas relacionadas ao próximo período de gestão.

Diante das informações apresentadas recomenda-se um esforço permanente para alcance das seguintes metas estruturantes:

- Redução da Mortalidade Materna;
- Detecção precoce do Câncer de Colo de Útero;
- Redução da Taxa de Gravidez na Adolescência;
- Redução da Taxa de Mortalidade por causas Externas;
- Controle do Dengue, Tuberculose, Diarreia Aguda;
- Redução da Letalidade por Leishmaniose Visceral;

Enfim, envidar esforços na valorização do servidor, fortalecendo as instâncias de negociação e seus colegiados e o suprimento de espaços pelo acesso legal ao serviço público.

Ademais, potencializar uso dos sistemas de controle e registro de insumos para melhor subsidiar a gestão do SUS no Ceará.